



ISSN 1809-3191

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Número 9

Junho 2007



“Navale Bellvm Navtis Docere”

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL



ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Av. Pasteur, nº 480, Praia Vermelha
Urca - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
22290-240



NOSSA CAPA:

Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré Patrono da Marinha-Bicentenário de nascimento: 1807-2007.

ISSN-1809-3191

Revista da Escola de Guerra Naval	Rio de Janeiro	nº 9	p. 1-102	Junho 2007
-----------------------------------	----------------	------	----------	------------



REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

ISSN 1809-3191

Número 9

Junho 2007

A **Revista da Escola de Guerra Naval** é um periódico especializado que tem como objetivo publicar, disseminar e promover o intercâmbio, em níveis nacional e internacional, de informações nas seguintes áreas de concentração: Ciência Política; Geopolítica; Políticas de Defesa Nacional, Marítima Nacional e Naval; Estratégia, Estratégia Marítima e Estratégia Naval; Doutrinas Marítima e Naval; Relações Internacionais; Direito Internacional Público; Estudo de Operações Militares; Planejamento Militar; Jogos de Guerra e de Crise; Gestão Estratégica; e Doutrina de Comando e Controle.

Este periódico visa a proporcionar uma maior integração entre a Marinha do Brasil e a sociedade acadêmica, publicando textos científicos, de interesse da Defesa Nacional.

Os artigos publicados pela Revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, podendo ser reproduzidos desde que citada a fonte.

Os trabalhos poderão ser apresentados por civis e militares, conforme as Normas para Publicação citadas na última página de cada volume e constante do site www.egn.mar.mil.br.

Revista da Escola de Guerra Naval
Direitos desta edição reservados à EGN – Av Pasteur,
480, Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.290-240
Tel (21) 2295-7882

Publicação semestral, editada em português, inglês e espanhol de natureza acadêmica, sem fins lucrativos.

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Almirante-de-Esquadra Julio Saboya de Araujo Jorge

DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Contra-Almirante Rodrigo Otávio Fernando de Hônkis

Chefe do Departamento de Ensino

Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

Chefe do Departamento de Recursos Didáticos

Capitão-de-Corveta (T) Alexandre França de Mello

Editor Responsável

Capitão-de-Mar-e-Guerra Magno de Farias Franco e Silva

Editor Adjunto

Capitão-de-Fragata (T) Maria de Fátima Martins da Costa

Programador Visual

Capitão-Tenente (AA) Carlos Cesar Arigoni Maia

Programador Visual Adjunto

Servidor Civil Josenildo Bezerra Cavalcante

Revisor Ortográfico

Guarda-Marinha (RM2-T) Ana Beatriz Baía Tozzini

Gestor Financeiro

Capitão-Tenente (IM) Sergio de Oliveira Ligeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

Vice-Almirante Fernando Manoel Fontes Diégues

Vice-Almirante Afonso Barbosa

Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva

Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis

Professora Angela da Rocha

Professora Mônica Herz

Professor José Murilo de Carvalho

Professor Antônio Celso Alves Pereira

Professor Alcides Costa Vaz

Revista da Escola de Guerra Naval. – n. 9 (jun. 2007) - . – Rio de Janeiro :

Escola de Guerra Naval , 1968-

v. ; 27 cm.

Semestral

ISSN 1809-3191

1. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Escola de Guerra Naval.

II. Título.

CDD 359.00981

PALAVRAS DO DIRETOR

Em continuidade ao processo de produção e registro do conhecimento na área de Defesa Nacional, tenho a grata satisfação de apresentar a nona edição da Revista da Escola de Guerra Naval.

Nossa publicação pretende ser uma excelente fonte de consulta e pesquisa, haja vista a qualidade dos textos apresentados pelos seus colaboradores, estudiosos nos assuntos: Defesa Nacional, Estratégia e Direito Internacional, entre outros.

A revista, que possui versões nos idiomas português e inglês, a partir desta edição, será impressa, também, no idioma espanhol, no intuito de expandir e divulgar, ainda mais, a produção acadêmica da Escola.

Seu conteúdo, além de estimular os fóruns de discussões e debates no âmbito militar, permite-nos caminhar para o reconhecimento de instituições civis e militares, no Brasil e no exterior, possibilitando-nos ingressar no tão almejado mundo acadêmico.

A revista comprova que continuamos uma Instituição atuante, formadora e disseminadora de conhecimento, contribuindo para solidificar nossa visão de futuro, qual seja, a de transformarmo-nos num *Centro de Excelência em ensino e pesquisa no campo da Defesa Nacional, até o ano de 2014*.

Convido a todos a uma ótima leitura.



RODRIGO OTÁVIO FERNANDES DE HÔNKIS

Contra-Almirante
Diretor

Sumário

RESENHA ESTRATÉGICA 2006 Professor Hervé Coutau-Bégarie	7
FONTES DE FRICÇÃO DA GUERRA NAVAL: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA CF(ESP) Alejandro Ameneiro Baturone	27
ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE TERRORISMO CMG Wilson Pereira de Lima Filho	47
AS NOVAS TENDÊNCIAS NA CONDUÇÃO DO CNTM: UMA VISÃO SOBRE A DOCTRINA ADOTADA PELA AMAS CF André Luiz de Mello Braga	53
O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A SOBERANIA NACIONAL CF Kleber Albuquerque Cerqueira	67
PREVER PARA PROVER NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PREPARAÇÃO CF(IM) Claudio Rodrigues Corrêa	79
GUERRA NO IRAQUE DÁ LIÇÕES SOBRE LOGÍSTICA (RESENHA) CC Carlos Eduardo Leitão Costa	85
MOSHE DAYAN; UMA BIOGRAFIA (SINOPSE) CF Eduardo Augusto Wieland	81
Biblioteca da EGN	85
Normas para publicação na Revista da EGN	89

RESENHA ESTRATÉGICA 2006

Hervé Coutau-Bégarie

O Professor Hervé Coutau-Bégarie é Diretor de Pesquisas em Estratégia na Escola Inter-Forças de Defesa da França, bem como, é Presidente da Comissão Francesa de História Militar. Em novembro de 2006, ele proferiu a palestra “Os desafios estratégicos do século XXI”, na Escola de Guerra Naval, durante o VI Encontro nacional de Estudos Estratégicos (ENEE).

Incontestavelmente, 2006 será marcado pela radicalização das tendências observadas em 2004 e 2005 evidenciando, assim, a complexidade estratégica do mundo contemporâneo do ponto de vista dos interesses em jogo e também dos próprios acontecimentos. As operações no Líbano, Iraque e Afeganistão certamente tiveram seu lugar na linha de frente da cena mediática, da mesma forma que os riscos de proliferação representados pelo Irã e pela Coreia do Norte. Mas, 5 anos após os atentados do 11 de setembro de 2001, o terrorismo continua representando um motivo de preocupação para o qual, não foi encontrada, até o momento, uma solução real, ao passo que, ao final de uma trajetória anunciada sedimentavam-se os novos conceitos em matéria de segurança. A participação da França no exterior permaneceria também cercada por uma determinada estabilidade, enquanto que determinadas evoluções da PESC (Política Europeia de Segurança e Defesa), como a operação EUFOR-RDC, no Congo-Kinshasa, nos permitem entrever uma atividade da Europa no cenário mundial maior do que a pretendida por Bruxelas ao final da estratégia europeia de segurança (2004). No domínio industrial produziram-se, também várias evoluções, no bojo dos inúmeros desenvolvimentos corridos nos últimos anos.

OPERAÇÕES MILITARES: A ASSIMETRIA, PRINCIPAL JOGO ESTRATÉGICO

A SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO

Sob vários aspectos o ano estratégico de 2006 teria sido marcado pela operação Mudança de Direção. Conduzida por Israel contra o Hezbollah após o seqüestro de 2 soldados em território israelense ao final de uma operação complexa¹, Mudança de Direção, assistiu, de 12 de julho a 15 de agosto², ao envolvimento do Tsahal, inicialmente nas

¹Implicando notadamente uma reviravolta tática minuciosamente planejada.

²Henrotin, J., « Une techno-guérilla aurait-elle défait la « meilleure armée du monde » ? », Défense & Sécurité Internationale, n° 18, septembre 2006.

operações aéreas e em seguida nas terrestres, todas elas em território libanês. Um bloqueio naval seria igualmente imposto pela Heyl Ha' Yam (Marinha israelense), com o objetivo de impedir a transferência de armamentos para o Hezbollah por via marítima.

A adoção de uma estratégia hesitante, marcada não só por várias alterações de objetivos estratégicos³, mas também por um forte poder de fogo, resultaria em um grande número de vítimas civis, sem que, no entanto, Hezbollah fosse aniquilado. Os quarteirões ao sul de Beirute, feudos do Hezbollah, foram rapidamente atingidos por bombardeios, antes que as infra-estruturas libanesas (pontes, aeroporto de Beirute, centrais elétricas) fossem, por sua vez, atingidas, como parte de um plano, que aparentemente se apoiava sobre uma metodologia que se aproxima da representada pelo conceito de operação centrada em efeitos (*Effects-Based Operations*) (EBO)⁴ e que visava, em última instância, envolver o governo libanês no processo do desarmamento do Hezbollah.

Este último lançaria uma média de 200 foguetes por dia sobre Israel (apenas Haifa, Tel Aviv ou Jerusalém não foram atingidas), alguns dos quais fornecidos pelo Irã, e mísseis antinavios C-802. Um deles atingiria a corveta israelita Hanit, dotada de características furtivas, demonstrando assim que o movimento shiita era capaz de utilizar equipamentos de alta tecnologia⁵.

Posteriormente, durante a fase terrestre do conflito o movimento utilizaria igualmente os modernos mísseis antitanque de origem russa que, possivelmente teriam transitado pelo Irã e a Síria, com resultados convincentes: mais de 25 % dos tanques Merkava utilizados pelo Tsahal teriam sido assim atingidos⁶. Lição importante para as forças ocidentais, várias autoridades do Tsahal indicariam que a “superioridade em informações”, adquirida via captação eletrônica, veículos aéreos não tripulados e redes de comunicação e controle, não é a panacéia definitiva para a vitória. Além das implicações tecnológicas de um conflito complexo, que alguns denominaram, sem dúvida de modo impróprio em face do envolvimento do Irã, “guerra árabe-israelense”, demonstrou as limitações de um exército israelense inicialmente formatado para combater a Síria e que não estaria à altura, apesar da experiência adquirida nos Territórios Palestinos, de aplicar uma verdadeira doutrina anti-guerrilha.

Extremamente móveis, bem treinadas (muito mais do que os israelenses estimavam) e bem equipadas – de forma que, por exemplo,

³ Razoux, P., « Tsahal : la crise ? », *Défense & Sécurité Internationale*, n° 18, setembro 2006.

⁴ Sobre este conceito; Henrotin, J., *L'Airpower au XXIe siècle. Enjeux et perspectives de la stratégie aérienne*, Coll. « RMES », Bruylant, Bruxelles, 2005.

⁵ Cordesman, A.H., *Preliminary Lessons of the Israeli-Hezbollah War*, CSIS, Washington, 2006

⁶ Henrotin, J., « Une techno-guérilla aurait-elle défait la « meilleure armée du monde » ? », *Défense & Sécurité Internationale*, n° 18, septembre 2006

uma localidade como Bint Jbeil jamais seria tomada pelas forças israelenses – as tropas do Hezbollah beneficiaram-se igualmente de uma estratégia de mídia sem falhas.

Ao escutar as comunicações israelenses, o movimento podia então enviar equipes de televisão aos locais onde o Tsahal acabava de sofrer baixas, fazendo em seguida uma difusão massiva das imagens em todo o Oriente Médio. O mesmo ocorreu com os resultados dos ataques às zonas urbanas, que resultaram em baixas entre as populações civis, possibilitando assim ao Hezbollah “retomar o favorecimento” de determinadas populações libanesas que inicialmente a ele se opunham. Ao mesmo tempo, a estratégia de comunicações israelense foi amplamente considerada deficiente, apesar dos esforços virtualmente inéditos realizados neste campo. Difundiu-se também rapidamente a impressão de uma vitória do movimento shiita, e isto, a despeito dos sucessos táticos do Tsahal e do fato de que, no final, as forças israelenses conseguiriam efetivamente reduzir o arsenal do Hezbollah. Praticamente, o final das operações teria dado ensejo ao surgimento em Israel de um amplo debate não somente sobre a eficácia do Tsahal mas também sobre a oportunidade do desenvolvimento das operações de acordo com os planos adotados pelo governo e o estado-maior. A crise moral que atingia o Tsahal voltaria à baila em relação à estratégia das retiradas unilaterais (no Líbano e depois em Gaza), retardando, assim, uma retirada não apenas da Cisjordânia mas também de Golan, o qual, segundo diversos analistas, atualmente não representa mais a posição estrategicamente vantajosa que poderia ter existido alguns anos atrás.

Após a decisão do governo libanês de enviar seu exército para o Sul do Líbano – uma zona para a qual este exército não havia sido destacado há mais de 20 anos – chegou-se finalmente a uma solução intermediária segundo a qual uma UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano) mais dura seria posicionada no Líbano, ao sul do Litani, em uma zona de responsabilidade idêntica à zona em que vinha atuando até o momento. A definição dos objetivos (que poderiam chegar até ao desarmamento das tropas do Hezbollah que fossem encontradas) e de suas regras de engajamento dariam ensejo a numerosos debates.

Este seria certamente o caso da questão referente ao comando desta “UNIFIL bis”, com a França postulando a manutenção do comando (uma vez que estava encarregada da UNIFIL no momento em que se iniciaram as operações), da mesma forma que a Itália⁷.

Ao mesmo tempo, as tropas israelenses se retirariam, à medida que as tropas libanesas avançavam, estando a retirada concluída em 1º de outubro, sendo também levantado o bloqueio naval enquanto se estabelecia

⁷ Praticamente esta última garantirá o comando da UNIFIL a partir de 2007. Serão envolvidos na operação 15.000 combatentes da França, Itália, Alemanha, Bélgica, Qatar, Polônia, China, Malásia, Indonésia, Finlândia, Suécia, Noruega, Espanha, Turquia, Bangladesh e Nepal.

uma « UNIFIL naval » chefiada pela Alemanha e envolvendo navios franceses e italianos. Enquanto isso, a França conduziria uma evacuação sem falha de seus súditos : Recém-saída dos testes, a Navio de Projeção e Comando (*Bâtiment de Projection et de Commandement*) BPC *Mistral* seria empregado com sucesso. Em 16 de agosto, o balanço das operações não era favorável. Segundo estimativas de diferentes fontes, o número de mortos entre civis libaneses giraria entre 707 e 1.100, aos quais se somariam entre 58 e 465 membros do Hezbollah, 30 civis israelenses e 119 soldados do Tsahal. Trinta e quatro militares libaneses haviam também sido mortos durante um ataque aéreo israelense. O número de feridos era elevado: mais de 3.700 civis libaneses, 1.000 civis israelenses, 450 membros do Tsahal. Além disto, vários comentaristas observam que Hassan Nasrallah, o líder do Hezbollah, havia reforçado consideravelmente sua legitimidade no Líbano, surgindo agora como um novo herói aos olhos das populações árabes e iranianas, por ser responsável por uma “vitória divina” (slogan que se multiplicaria nos numerosos painéis instalados no Líbano pelo Hezbollah ao final das operações). Recebendo ajuda maciça do Irã, o Hezbollah prometeria em seguida reconstruir todas as moradias destruídas pelos ataques israelenses, reforçando, assim sua posição junto à população. Neste sentido, o adágio que diz que “uma guerrilha vence se resistir a um exército convencional e perde se não vencer de forma decisiva” continua mais do que válido.

O balanço, para a comunidade internacional, não é absolutamente mais favorável. Incapaz de encontrar um consenso sobre o próprio fato de que as operações deveriam cessar, ela parecia aderir à idéia de que o Hezbollah, como movimento armado, constitui um problema real⁸.

Mas, Nasrallah continuava a rejeitar este desarmamento, apresentando seu arsenal como a garantia essencial da soberania libanesa frente a Israel, se bem que o Estado hebreu se retirou do Líbano em 2000 e, desde então, não fez nada senão responder com disparos de artilharia – de forma aleatória e não sistemática – aos atos do Hezbollah. Permanecem ainda sem resposta questões referentes às motivações que levaram o Hezbollah a seqüestrar soldados israelenses. Uma tese pleiteia que o líder shiita teria sido surpreendido pela reação israelense e que era seu desejo ter à mão alguns trunfos para uma possível troca de prisioneiros. Entretanto, um outro seqüestro de um soldado em solo israelense, desta vez, próximo à faixa de Gaza e alguns dias antes da operação do Hezbollah, levaria também o Tsahal a uma « incursão », tudo isso num contexto em que Israel era visto como estando na mira dos foguetes Kassam vindos de Gaza e de sua região. Uma outra tese é a de que o Hezbollah teria deliberadamente planejado sua ação com total conhecimento de causa, com o intuito de aumentar

⁸ Uma situação homologada pelos acordos de Taëf de 1989 antes que as resoluções da ONU, nunca respeitadas, exigissem o desarmamento.

seu peso político em um Líbano, no qual, afinal, ele não tinha representação política, quando esta é comparada ao lugar que ele ocupa na sociedade libanesa.

AFEGANISTÃO: O ATOLEIRO

No momento em que o governo paquistanês assinava em setembro um acordo com os chefes das tribos do Vaziristão (região fronteira com o Afeganistão através da qual transitam os “estudantes de teologia” formados nas *madrassas*) ao final do qual as forças de Islamabad se retirariam da região, a perspectiva de uma pacificação do Afeganistão parecia tornar-se mais distante. Ao longo de todo o ano, a atividade ininterrupta das *madrassas* (a despeito das promessas paquistanesas após os atentados de Londres em julho de 2005) além de um claro ressurgimento dos Talibãs – aos quais precisamos agora somar os poderosos produtores de ópio e chefes de tribos hostis à nova administração empossada em Kabul – estão longe de facilitar a estabilização do Afeganistão. Neste cenário, e no momento em que Washington pretende retirar do país os combatentes que seriam em seguida enviados ao Iraque, a OTAN, que deveria assumir o comando da ISAF⁹, aceitou, em julho, prorrogar o mandato desta missão ao sul do país (continuando as forças dos Estados Unidos sob comando americano, dentro do escopo da operação *Enduring Freedom*), renunciando operações muito duras. Assim, no início de setembro (desde o início em 2006, 1500 insurgentes foram mortos), a OTAN lança uma operação, *Medusa*, de alta intensidade, as forças da coalizão – com 2000 homens apoiados por forças de segurança afegãs – enfrentando combates árduos, durante os quais mais de 1.000 Talibãs foram mortos em 21 de setembro, segundo o general James Jones, SACEUR (*Supreme Allied Commander Europe* – Comandante Supremo Aliado na Europa); 90 outros foram capturados, 5 canadenses foram mortos e 7 outros membros da ISAF ficaram feridos.

Concomitantemente, a RAF lamentava a perda de um Nimrod e de seus 14 tripulantes, sem que se pudesse responsabilizar o fogo inimigo pelo fato. Oficialmente, a operação *Medusa* visava “estabilizar” o sul do Afeganistão e particularmente o distrito de Panjwayi. Do ponto de vista prático, entretanto, os membros envolvidos na operação não se deixaram enganar de forma que ao encontrar forte resistência, a condição de securização foi adotada pela OTAN. Enquanto isso, as forças da OTAN viram-se rapidamente superadas pelas operações, tanto do ponto de vista humano quanto do material. Assim, os oficiais que lá se encontravam queixaram-se

⁹ A própria ISAF dispõe de meios limitados, se os compararmos à tarefa a ser cumprida: 18 500 homens provenientes de 37 nações, ao passo que devem também gerar 13 Equipes de Reconstrução Provincial (PRT), tudo isto em colaboração com as forças de segurança afegãs mal equipadas e mal remuneradas.

da falta de apoio da artilharia, de apoio helitransportado, de apoio aéreo e da falta de capacidade de reconhecimento.¹⁰

Ao mesmo tempo, os combatentes inimigos estão sempre equipados com armas leves, mas seus modos de operação se diversificavam. Assim, aos tradicionais ataques do tipo *hit and run* foram acrescentadas emboscadas bem preparadas, ou mesmo ataques frontais reais, durante os quais, com freqüência, as forças da OTAN levam a melhor. Mas seu número reduzido¹¹ não permitia a ocupação sistemática de um terreno que seria retomado por um adversário extremamente determinado, gerando a necessidade de novas operações. Os combates foram particularmente violentos, com um oficial britânico indicando que suas forças estavam enfrentando as operações mais violentas desde a Guerra da Coréia e que apenas os britânicos haviam disparado 400.000 cartuchos. Desenvolveu-se concomitantemente uma campanha de atentados, inclusive em zonas tradicionalmente tranquilas.

Considerada oficialmente um sucesso, a operação *Medusa*, na verdade, lograria apenas o estabelecimento de um controle transitório e lacunar da região. Determinados comentaristas indicam que os esforços em matéria de reconstrução, dos quais a agenda da ISAF parece estar repleta, são utilizados no contexto de uma estratégia de comunicação que visa a população afegã. Mas indicam igualmente que são às vezes supérfluos (ênfatizando que a securização deve continuar prioritária) e essencialmente conduzidos para alcançar uma grande visibilidade internacional. Ora, o impacto sobre as populações das ações de reconstrução após os ataques seria mínimo, sendo as forças da ISAF, com maior freqüência, percebidas como forças de ocupação. Ao mesmo tempo, a literatura referia-se cada vez de forma mais sistemática às (difíceis e finalmente inúteis) operações britânicas do século XIX. Praticamente, então, entre estabilização/securização e reconstrução, um esforço de precisão estratégica fazia-se necessário, sem o qual tanto a ISAF quanto a OTAN poderiam perder a iniciativa sobre o terreno, sem poder fazer valer o governo de H. Karzai e, menos ainda, a democratização da região.

O IRAQUE AGORA E SEMPRE

O Iraque continua a ser uma zona de confronto extremamente complexa, marcada por uma média semanal de “ataques significativos” (de Dispositivos Explosivos Improvisados, ataques contra as forças americanas e de segurança iraquiana) que tenderiam a aumentar entre agosto de 2005

¹⁰ Calibrados para aplicações outras que não a detecção de combatentes humanos, os sistemas óticos dos drones não tiveram capacidade discriminatória suficiente.

¹¹ Os membros da OTAN demonstraram má vontade para empregar os homens e o material necessário desde o início do verão, de sorte que se a Polónia iria envolver 1000 homens adicionais, ela o faria somente no início de 2007. Para alguns, a crise libanesa representou uma oportunidade de declinar polidamente os convites da OTAN.

e fevereiro (cerca de 550 por semana) e depois a se radicalizar entre fevereiro e maio de 2006 (mais de 610).

Acima de tudo, é preciso acrescentar a estes números o aumento do número de atos de violência inter-religiosa, mais do que significativo após fevereiro de 2006, e particularmente, depois dos ataques a bomba contra as mesquitas shiitas: 250 ataques em fevereiro, chegando a mais de 450 em março, antes de caírem para 340 em abril. Sem atingir os picos de atividade de agosto e novembro de 2004 ou de janeiro de 2005, o número total de ataques contra a coalizão permaneceria o mais elevado após o encerramento das “grandes operações” decretado em maio de 2003. De março de 2005 a março de 2006, as baixas cotidianas entre os civis iraquianos (em média 36 por dia, ou seja, 12.617 no período analisado) seriam as mais elevadas desde o final das “grandes operações”, com o total de baixas civis girando entre 43546 e 48343 mortos. As baixas entre os militares americanos são igualmente significativas (apesar de um importante debate sobre a sua proteção, e o emprego de veículos super-blindados) e não caiu: de novembro de 2005 a setembro de 2006, a média mensal de mortos era de 65, com o total desde o início das operações chegando a 2.849. Ao mesmo tempo, de um ponto de vista global, o número mensal de feridos continuava estável, 19.773 soldados feridos desde março de 2003.

Os sucessos táticos como a eliminação de Zarquawi, chefe da « Al-Qaeda no país dos rios », não permitiriam alterar o curso das operações, enquanto que as forças de segurança iraquianas, parcialmente formadas pela OTAN, pagariam um pesado tributo às operações de securização. Criticadas por estarem mal equipadas ou por não possuírem as competências necessárias, estas forças seriam cada vez mais utilizadas de forma sistemática nas operações anti-guerrilha, sob a supervisão de forças americanas.

Esta *proxy war* (guerra por procuração) é, além disso, considerada como um instrumento estratégico precioso por Washington, ao final da Revisão Quadrienal de Defesa (*Quadriennial Defense Review - QDR*) publicada em fevereiro de 2006, sendo criticada por um observador tão bem informado quanto Stephen Biddle, que considera que tal tática de emprego de forças resultaria no aumento das tensões religiosas.

Zonas consideradas como relativamente calmas, como Bassorah, tornam-se cada vez mais freqüentemente teatro de confrontos.

O PESO DA QUESTÃO NUCLEAR

A questão iraniana

Um outro motivo para que o Iraque fosse citado na QDR americana, é o fato de ele fornecer uma base operacional importante para as forças aéreas americanas que poderiam estar combatendo um Irã que continua a desenvolver o seu programa nuclear. Fonte de inquietação no ocidente em

2006, este programa motivou uma seqüência de “declarações não oficiais” em maior ou menor grau retransmitidas pela imprensa americana, prestando sem querer “um serviço encomendado”. Houve também um artigo de S. Hersch segundo o qual o Irã poderia ser alvo de um ataque nuclear e, na época, a Marinha Americana realizou ao longo do ano uma série de manobras de intimidação, para despertar a atenção de Teerã, que incluíam vôos que chegavam até o limite extremo do espaço aéreo iraniano. Ora, o artigo em questão foi publicado no momento em que o Irã realizava manobras importantes denominadas Grande Profeta (Teerã realizaria ainda outras ao longo do ano), em abril de 2006, que lhes permitiriam testar novos equipamentos resultantes de um processo de engenharia reversa, como o torpedo *Hout* (derivado do *Shkval* russo de grande velocidade), os *Misagh*, mísseis anti-aéreos lançados do ombro (réplicas do *SA-7*) ou o submarino *Nahang*. No entanto, a maioria dos materiais apresentados como “não detectáveis” ou dotados de “precisão milimétrica” e capazes de transportar várias ogivas como o “míssil” *Fajr-3* (na verdade um foguete de longo alcance) são tidos como ultrapassados. Mas, com 3 submarinos da classe *Kilo* equipados com torpedos eficientes, o Irã está em condições de representar uma ameaça considerável à liberdade de circulação no Estreito de Ormuz, o que se reflete no aumento dos prêmios de seguro das embarcações que precisam navegar na região.

Vários analistas observaram, aliás, que a problemática iraniana era, antes e acima de tudo, de natureza diplomática, com probabilidade de uma operação militar reduzida (a despeito da presença na área de um grande número de aviões de combate americanos e israelenses). Ao mesmo tempo, uma operação contra os centros de pesquisa e produção iranianos não conseguiria reduzir as ambições nucleares militares de Teerã, ou, de forma mais ampla, sua influência na região, através daquilo que alguns denominam “comando oeste” (o Hezbollah). Sob este ponto de vista, incontestavelmente, o Irã posicionou-se em 2006 como um ator de peso – senão como o ator de peso – no Oriente Médio.

Esta situação é reforçada pelo desafio lançado às sanções impostas por uma comunidade internacional que, até agora, não conseguiu negociar o abandono por parte do Irã do seu programa de enriquecimento nuclear.

Os testes norte-coreanos

A Coréia do Norte, um outro teatro de operações em potencial, realizou no dia 4 de julho uma série de testes com mísseis, num momento em que Pyongyang tentava conduzir negociações bilaterais com Washington, que sempre privilegia as negociações a seis.

Estes testes, entretanto, realizados depois que a Coréia do Norte ostensivamente deixou um míssil *Taepodong-2* (com um alcance que poderia,

segundo determinadas estimativas, atingir o Alasca)¹² sobre sua plataforma de lançamento, fracassaram. Dos 7 mísseis lançados, apenas os tipos comuns e já testados e dotados de uma função tática, funcionaram, enquanto que o Taepodong explodiu 40 segundos após o lançamento, provavelmente devido a uma falha. Mas, no dia 9 de outubro, Pyongyang detonou uma arma nuclear no subsolo. A detonação foi de baixa potência – gerando quase que imediatamente conjecturas sobre um possível fracasso¹³ – e, em seguida, desistiu de um segundo teste.

De qualquer forma, as conseqüências desses testes são importantes.

No momento em que já há alguns anos assistimos a um debate estratégico sem precedentes desde 1945 (em torno, sobretudo, da qualificação das forças de auto-defesa como exército, sobre os ataques preventivos, sobre o intervencionismo no nível internacional ou sobre o “compartilhamento de tarefas” com os Estados Unidos), o Japão, que assistiu à ascensão de Shinzo Abe ao cargo de Primeiro Ministro, está considerando a construção de 2 novos contratorpedeiros, – na verdade, cruzadores - da classe *Kongo*. Com capacidade de conduzir missões de defesa contra mísseis balísticos - um dos mísseis norte-coreanos acabou caindo no Mar do Japão – estas embarcações são a ponta que surge de um dispositivo considerado estratégico e que implica em trabalhar no mais alto nível das pesquisas realizadas pelos Estados Unidos sobre os lasers antimísseis aerotransportados.

S. Abe, considerado uma verdadeira águia – um termo, aliás, bastante exagerado se considerarmos as suas posições – pretende dar continuidade ao desenvolvimento das forças japonesas cujo adversário principal, a curto prazo, continua sendo a Coreia do Norte. Foi lançado um novo satélite de reconhecimento para vigiar o país e Tóquio anuncia a intenção de dispor de veículos aéreos não tripulados de reconhecimento capazes de operar nas proximidades da Coreia do Norte, enquanto espera pelos que pretende produzir a partir de 2015. Após o teste do dia 9, o Japão proibiria o acesso de navios norte-coreanos aos seus portos.

Os testes norte-coreanos na verdade não abriram uma nova discussão sobre a postura dos Estados Unidos – notadamente no tocante a tropas desdobradas, cuja tendência seria até diminuir – em relação a uma Coreia do Sul que está trabalhando para minimizar a ameaça que os mísseis norte-coreanos representam para a segurança internacional. O desenvolvimento do poderio da Coreia do Sul continua

¹² Observe-se, entretanto, que « Taepodong-2 » é uma designação atribuída ao míssil pelos Estados Unidos. Muito pouco se sabe a sobre este míssil.

Assim, as estimativas referentes ao seu alcance vão de 3500... a 15000 km.

¹³ Pode-se, na verdade, por em dúvida que a Coreia do Norte domine a tecnologia de armas de baixa potência.

anunciando o crescimento de um míssil de cruzeiro de ataque terrestre preciso, com alcance de 500 km, e capaz de, segundo Seul, atingir as bases dos mísseis balísticos norte-coreanos¹⁴

A China, na verdade, continua sendo o único Estado em condições de exercer pressão efetiva sobre Pyongyang (cortando o oleoduto que transporta 98 % do petróleo norte-coreano). Mas, exceto por sua adesão à resolução das Nações Unidas condenando “o teste nuclear”, a China não tomou outras medidas quanto a uma mudança significativa de postura diplomática em relação à Coreia do Norte.

As definições da doutrina nuclear francesa

No momento em que a França assistia aos debates sobre a utilidade e o custo da dissuasão nuclear, Jacques Chirac, em um discurso pronunciado na base de Île Longue, definia o conceito francês. Enquanto a dissuasão continuava sendo essencial, ele refinava a estratégia francesa na linha do discurso pronunciado no IHEDN em 2001, enfatizando principalmente a importância dos interesses vitais (sem dar-lhes uma definição precisa, jogando com o fator incerteza); a modulação da resposta (inclusive uma relação das responsabilidades) visava mais os centros de gravidade políticos do que as cidades; manutenção do componente nuclear aerotransportado; desenvolvimento das defesas antimísseis e sua integração na estrutura da dissuasão, principalmente em benefício das tropas engajadas em operações no exterior; uma confirmação da “dissuasão por notificação”, que permite, assim, colocar outros países europeus sob “o guarda-chuva nuclear francês”. Mas, aquilo que mais chamou a atenção foi sem dúvida a afirmação segundo a qual os governantes dos Estados “que recorrerem a métodos terroristas contra nós, da mesma forma que aqueles que considerassem utilizar, de uma forma ou de outra, armas de destruição em massa, precisam entender que estarão se expondo a uma resposta firme e precisa de nossa parte”.

TERRORISMO: UM RECRUDESCIMENTO DOS ATENTADOS

Cinco anos após o 11 de setembro, o terrorismo continua sendo objeto de preocupação importante, ainda que o número de ataques, de mortos e feridos registrados tenda a cair – com exceção dos atentados cometidos no Iraque. Em contrapartida, observa-se uma diversificação dos países atingidos. Assim,

¹⁴ Vale observar, entretanto, que estes mísseis, construídos em série a partir de 2007, estarão também sujeitos a desenvolvimentos em termos de alcance (passando a 1000 km de alcance) mas também em relação à modalidade de lançamento, com a Coreia do Sul buscando ser capaz de instalá-los em submarinos Tipo-214, o que a tornaria o primeiro país da região (exceção feita dos Estados Unidos) a dispor de uma capacidade de lançar mísseis de cruzeiro de navios.

após um cessar fogo, a retomada dos combates no Sri Lanka entre as forças governamentais e o grupo terrorista LTTE levou à retomada dos ataques. Quanto ao Jihad, o alvo dos atentados foi a embaixada americana na Síria.

Importantes iniciativas foram implementadas, notadamente na Grã-Bretanha, onde foi evitada uma operação de grande envergadura, que objetivava a destruição de várias aeronaves comerciais sobre grandes cidades americanas. No Canadá foi preso um grupo que aparentemente se preparava para um ataque contra uma central nuclear.

Mas estes sucessos no combate ao terrorismo escondem uma determinada progressão dos processos de talibanização. Este foi o caso, já visto, do Afeganistão, mas também da Somália. As operações conduzidas pela União dos Tribunais Islâmicos resultaram na derrota militar da aliança dos senhores da guerra apoiados pelos Estados Unidos em vários setores do país como Mogadiscio. Viriam em seguida atos da Sharia que resultariam, por exemplo, na proibição da transmissão de música pelas rádios das regiões conquistadas.

Após um atentado contra o presidente da Somália (em que seu irmão faleceu), a Etiópia se inquietaria com este novo avatar da destruição do Estado somali, enquanto que a Eritreia apoiaria as forças islâmicas, notadamente através do fornecimento de armas.

Neste contexto, a União Africana decidiria criar uma força de manutenção da paz, IGASOM, inicialmente proposta pelo IGAD (que reúne 7 países do Leste da África – Djibuti, Eritreia, Etiópia, Kenia, Sudão, Uganda e o governo de transição da Somália) que se apoiaria, num primeiro momento, em tropas sudanesas e ugandenses. Outros a eles se juntariam e a operação duraria um ano. Esta evolução no Chifre da África constitui um caso extremo que tende a demonstrar a teoria dos *failed States*, é igualmente percebida como inquietante pelos Estados Unidos, reforçando seu desejo de criar a curto prazo um comando africano, o último dos grandes comandos inter-forças a ser criado, com a África ficando dependente até lá do Comando Europeu. Por outro lado, a radicalização de determinadas regiões Saarianas e Sub-saarianas continua a ser um motivo de real preocupação, no momento em que o Grupo Salafista para Pregação e Combate (GSPC) – argelino, porém igualmente ativo no Marrocos e na Mauritânia – declarava seu apoio à Al-Qaeda.

Por outro lado, são também desenvolvidas respostas ao terrorismo. Na França a publicação do Livro Branco sobre a segurança interna em face do terrorismo permite a difusão de um verdadeiro corpo doutrinário sobre a matéria, muito completo, exceto quanto a determinados aspectos em matéria de comunicação de crise, apontando a natureza da ameaça,

– o jihadismo – os meios utilizados para responder a ela, enfim, as ações a serem empreendidas¹⁵.

¹⁵ Distinguindo assim a « batalha do cotidiano » limitada aos fenômenos de radicalização, « batalha das tecnologias », e « batalha das idéias ». La France face au terrorisme. Livre Blanc du gouvernement sur la sécurité intérieure face au terrorisme, La Documentation française, Paris, 2006.

Este esclarecimento que vinha amadurecendo desde 2001, surge no momento em que várias pessoas são detidas na Alemanha, após terem colocado bombas em trens, bombas estas que, devido a uma falha, acabam não explodindo. Ao mesmo tempo é impossível ignorar o contexto deletério no qual estes atentados ocorrem ou são frustrados (“o caso das caricaturas”, declarações de Bento XVI, etc.).

Neste cenário, se os observadores esperam muito da Cúpula de Riga da OTAN¹⁶ sobre o plano de respostas militares cuja estrutura não evoluiria em 2006, com exceção da retomada da maior parte do Afeganistão pela ISAF, já mencionada¹⁷ – os progressos da União Européia em relação à questão terão sido igualmente débeis em 2006.

PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS

Se o terrorismo concentra as atenções dos serviços de segurança interna, ele afeta igualmente a estruturação das forças armadas e as preocupações dos industriais. O ano de 2006, através de salões e exposições como o Eurosatory ou a Euronaval, permitiu a constatação do enfoque principal nos sistemas ditos de “segurança global” permitindo a centralização em redes dos diferentes sistemas de vigilância à disposição dos Estados. As soluções propostas, no entanto, são freqüentemente imprecisas, conceitualmente problemáticas e, sob vários aspectos, não apresentam a revolução apregoada. Além disso, de forma notável, outras forças armadas além das européias ou americanas, engajaram-se neste processo de transformação. Este foi, entre outros, o caso da Índia e dos Emirados Árabes Unidos, que anunciaram em seus planos a guerra centralizada em redes (*network centered warfare*). A modernização das forças é igualmente de capacitação e pode apresentar reviravoltas espetaculares. No caso mexicano, nada menos do que Su-27 Flankers seriam designados para as missões de combate ao narcotráfico, em conjunto com os E-2C de detecção aérea avançada. Esta modernização deve ser colocada em perspectiva: numerosos países da América Latina encomendaram ou receberam naquele ano novos equipamentos modernos (Mirage-2000 no Brasil ; F-16, submarinos classe Scorpène e fragatas no Chile), inclusive a Venezuela de H. Chavez (compra de Su-30), que utilizava a compra de armamento como fator de bravata política perante Washington.

Observamos igualmente o aumento do poderio da África do Sul (com o recebimento de novas corvetas, submarinos e também aviões de combate avançados), e também da Austrália (escolha do míssil de cruzeiro AGM-158, reestruturação da guarda costeira, recebimento de carros de

¹⁶Que ainda não ocorreu no momento em que estas linhas são escritas.

¹⁷ Continuação das operações marítimas de securização no Mediterrâneo Oriental, operações ao largo do Chifre da África e no Oceano Índico.

combate M-1). A maioria dos programas desenvolvidos no Japão, Coréia do Sul, e Europa não foram extintos. No caso europeu, a Alemanha e a Espanha oficialmente escolheram suas “infantarias do futuro”, confirmando uma tendência que a França (com o FELIN) e a Grã-Bretanha (com o FIST) haviam inaugurado.

As forças navais européias experimentaram igualmente importantes evoluções, como, por exemplo, na Dinamarca, que lançou um programa de construção de 3 grandes fragatas aptas a lançar mísseis de cruzeiro, baseadas nas 2 fragatas classe *Absalon* que já estavam em serviço. Na Espanha, foram encomendadas duas fragatas – mais propriamente contratorpedeiros - *Alvaro de Bazan* adicionais. Os novos membros da OTAN deram continuidade à sua modernização, estando a Polônia entre os mais adiantados no processo de substituição do material de origem soviética.

Convém observar, entretanto, que estes desenvolvimentos não ocorreram em contextos orçamentários favoráveis. Assim, um ano após ter ratificado o plano Armée XXI através de um plebiscito, a Suíça está encontrando dificuldades para sua implementação. Este é também o caso da Grã-Bretanha, sujeita a vários cortes de orçamento que poderiam por em risco programas como o CVF, afetando, em consequência o programa PA2 francês.

O caso da Rússia é mais específico: de um total de mais de 11 bilhões de dólares, o orçamento do Ministério da Defesa teve um acréscimo de 29% entre 2006 e 2007 (o aumento médio anterior era de 20 %). Cerca de metade desta quantia será investida na aquisição de novos materiais, que se encontram em fase de introdução. Este é o caso dos submarinos *Amur* e também dos submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos da classe *Borei* (testes no mar programados para 2007), e o almirantado confirma que 5 unidades estarão em serviço em 2015.

O porta-aviões *Kuznetsov* passou por uma grande modernização e já está novamente em operação na frota do Norte, ao mesmo tempo em que uma nova classe de embarcações com características furtivas começa a surgir.

O exército e os pára-quedistas recebem novos blindados. A força aérea parece ser a menos favorecida. Acontece que a forças armadas russas estão muito degradadas e, por mais espetacular que seja este incremento, ele representa apenas uma recuperação do tempo perdido.

Tanto a situação dos militares russos nada tem de invejável, que nenhum plano real de modernização e de abandono do recrutamento foi desenvolvido e a situação no Cáucaso continua preocupante.

Esta evolução em matéria de estratégia de meios ocorre num contexto de intensa atividade internacional. Sob vários aspectos, a atividade militar é igualmente intensa. A título de exemplo, durante os três primeiros meses de 2006, o Japão precisou efetuar 107 decolagens de caças em resposta a um alarme, com as aeronaves de reconhecimento chinesas flertando perigosamente com o seu espaço aéreo. Mais pacificamente, as primeiras

manobras da NATO Reaction Force (NRF) desenrolaram-se com sucesso em Cabo Verde. Importantes manobras internacionais foram também realizadas no Pacífico, durante o verão de 2006, sob iniciativa americana, envolvendo nada menos do que 4 grupos de porta-aviões em três exercícios, mas também as marinhas chilena, australiana, japonesa, sul-coreana e peruana. Buscando abertamente atingir um valor dissuasivo, estas manobras se realizarão igualmente tendo como pano de fundo o aumento da capacidade militar chinesa. Além disso, elas exemplificam o conceito da “Marinha de 1.000 navios (*1000-ships navy*), apresentado pelo Chief of Naval Operations norte-americano em setembro de 2005, que visa o emprego comum das capacidades ditas aliadas no contexto das missões globais (vigilância das vias de comunicação marítimas, combate à pirataria e ao terrorismo) tendo como contrapartida a redução do número de navios da Marinha Americana.¹⁸

O Secretário Geral da Organização Marítima da África Ocidental anunciou a criação, a partir de 2007, de uma guarda costeira internacional própria para a região.

A FRANÇA

Com o acionamento em estado de alerta, do Navio de Projeção e Comando (Bâtiment de Projection et de Commandement) - BPC *Mistral* antes que o mesmo estivesse totalmente pronto, a fim de contribuir para a evacuação dos súditos franceses e europeus no Líbano no contexto da operação *Baliste*, a Marinha Nacional viu aumentar as capacidades dos navios que farão dela uma força importante no mundo. O lançamento das fragatas *Forbin* e *Chevalier Paul*, que continuam sendo armadas, preenche um importante déficit em matéria de proteção antiaérea da frota. A assinatura do contrato de compra das primeiras fragatas FREMM. A Força Aérea declarou que estava operacional a sua primeira unidade dotada de aviões *Rafale*, em Saint Dizier e os programas de aeronaves de carga *A400M* e de munições diversas progredem normalmente. O veículo aéreo não tripulado SIDM, equivalente ao RQ-1 Predator americano, fez seu primeiro voo, mas o programa já enfrenta um atraso considerável. Dentro de alguns meses serão lançados dois satélites de comunicações *Syracuse III*. Quanto ao Exército, não ocorreram neste ano eventos notáveis, a não ser pelo primeiro teste operacional, no início do ano, da « NEB » (*Numérisation de l'Espace de Bataille* – Digitalização do Espaço de Batalha), sistema francês de guerra centrada em redes. Alguns meses depois, o sistema seria enviado à Costa do Marfim para ser testado em condições de operação de manutenção da paz colocando, assim, a França, que estava totalmente atrasada neste campo, em posição mais avançada do que os Estados Unidos.

¹⁸ Para uma colocação em perspectiva do conceito segundo uma abordagem francesa, ver Oudot de Dainville, A., « REFERENCE », *Technologie & Armement*, n° 3, outubro-dezembro de 2006.

UNIÃO EUROPÉIA E OTAN: JOGO DE PAPÉIS

No momento em que a União Européia parece ter estabilizado suas instituições de segurança, em termos operacionais, suas iniciativas concretas alcançaram vários sucessos. O início da operação *Althéa* na Bósnia, em substituição à SFOR, é considerado um sucesso, em um ambiente no entanto já pacificado, gerando um debate sobre o fato de que a UE não consiga subjugar, não atingindo assim um real desempenho estratégico. Contudo, com o emprego da EUFOR-RDC no Congo-Kinshasa, a União se envolve em um ambiente mais complexo. O apoio às forças locais e a securização das eleições congoleesas, vistas como potencialmente problemáticas, envolve 800 soldados em Kinshasa, além de 1200 homens no Gabão, prontos para intervir e 1500 outros mantidos em estado de alerta na Europa. A operação desenrolou-se sem percalços. Após o primeiro turno das eleições, os milicianos dos partidos de J. Kabila e de J-P Bemba, a bem da verdade, enfrentaram-se de forma violenta, mas a intervenção da EUFOR foi eficaz, entre demonstrações de força e negociações. Pelo menos um drone belga foi abatido. Os analistas estimam que o período mais delicado, do ponto de vista da segurança, será o que precede o segundo turno das eleições, previstas para 29 de outubro, estando planejado que a EUFOR-RDC deverá se retirar após a proclamação dos resultados.

Comparativamente, a OTAN aparece como mais empreendedora. Assumindo o controle das operações realizadas em todo o território afegão desde outubro, a organização se depara, entretanto, com membros pouco inclinados a enviar suas tropas. A KFOR em si não teve desenvolvimentos significativos. No campo industrial, a OTAN lançou oficialmente um programa de defesa antimísseis de tropas expedicionárias. Contando com as empresas européias o programa será, no entanto, essencialmente baseado no míssil americano Patriot. Vários países membros da OTAN decidiram, neste contexto, desenvolver um *pool* de transporte aéreo estratégico baseado na aquisição conjunta de aeronaves americanas *C-17*. Acima de tudo, a cúpula de Riga, programada para fim de novembro, deverá permitir a abertura da OTAN à Croácia, Macedônia e Albânia. Será discutido também um eventual processo de adesão por parte da Geórgia e também novos conceitos.

No seio da própria OTAN, os Estados Unidos permanecem predominantes, oficializando a instalação de novas bases militares na Bulgária e na Romênia, ao passo que o volume das forças estacionadas na Alemanha deverá diminuir nos próximos anos.

Os debates foram acirrados em relação à instalação no Leste da Europa de uma base do sistema americano de combate antimíssil, com a Polônia finalmente vindo a aceita-la, mas as manobras com a marinha ucraniana precisaram ser anuladas, devido às tensões que elas geravam com a Rússia.

QUADRIENNAL DEFENSE REVIEW E O FUTURO DA DEFESA AMERICANA

Aguardado tanto por comentaristas como pelos militares americanos, a edição de 2005 da QDR foi publicada com um certo atraso.¹⁹

O documento indica imediatamente que os Estados Unidos estão “engajados em uma guerra que será longa”, fazendo uma alusão explícita a “uma guerra global contra o terrorismo” considerada como a primeira prioridade estratégica. Às referências ao Iraque e ao Afeganistão sucedem-se considerações sobre a necessidade de se preparar para uma defesa prolongada dos Estados Unidos, no contexto do fortalecimento dos processos interagências.

Ao mesmo tempo, o documento enfatiza sempre a necessidade de tirar o máximo partido possível da revolução da informação.

Esta dicotomia estrutural marca todo o documento, a ponto de definir várias prioridades que deverão ser objeto de roteiros (*roadmaps*): a reforma institucional do departamento (já propalada por Rumsfeld durante a campanha eleitoral de 2001); a guerra irregular (muito presente); a eficácia das parcerias interagências; a comunicação estratégica; o reconhecimento. Em um nível mais elevado, a QDR define quatro prioridades estratégicas: a derrota das redes terroristas, a defesa em profundidade dos Estados Unidos, a capacidade de influenciar as decisões de países situados em encruzilhadas estratégicas, a capacidade de impedir a aquisição de armas de destruição em massa por estados e grupos não constituídos como estados. Estas considerações acopladas a uma retórica que apresenta sob uma ótica favorável os acontecimentos nos quais as forças americanas precisaram intervir (como os furacões Katrina e Rita, as operações no Iraque e no Afeganistão ou ainda os ataques contra os dirigentes da Al Qaeda) não estão isentos de uma determinada super-estimação.

O documento representa um considerável exercício de busca de consenso no seio de uma instituição militar americana que precisa permanecer adaptada às condições próprias dos conflitos. É assim que, no contexto das campanhas convencionais, os Estados Unidos devem sempre ser capazes de conduzir uma operação de grande porte envolvendo a queda de um regime, ao mesmo tempo em que conduz, quase que simultaneamente, uma operação de menor envergadura, eles não se envolveriam a não ser em uma única operação prolongada que implicasse em operações irregulares.

Vários comentaristas, entretanto, enfatizaram o fato de que, para atingir seus objetivos, os Estados Unidos têm uma gestão problemática dos seus recursos humanos: o efetivo do Exército passaria assim a 482.400

¹⁹ Department of Defense, Quadriennial Defense Review Report, Washington D.C., 6 février 2006 <http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/QDR20060203.pdf>

combatentes em 2011 (comparados aos 710000 em 1991), enquanto que numerosos recursos continuariam mobilizados pelo dispendioso FCS, um sistema de veículos de combate. Devemos observar, entretanto, que os efetivos dos batalhões das forças especiais registrarão um aumento de 33 % a partir de 2007, sendo estabelecido, por outro lado, um comando de operações especiais dos Marines. A Força Aérea receberia em 2018 um novo bombardeiro (uma vez que as frotas de B-52 estão reduzidas), um novo veículo aéreo não tripulado de combate naval capaz de ser reabastecido em vôo seria desenvolvido e o programa F22A seria desenvolvido ao longo do tempo.

A partir de 2012, o número de porta-aviões seria estabilizado em 11, haveria o lançamento de um programa de substituição dos navios utilizados para o pré-posicionamento das forças, a entrada em serviço do LCS seria acelerada, a marinha disporia de uma força fluvial, enquanto a produção de submarinos seria aumentada à razão de duas unidades por ano (com um custo máximo de dois bilhões de dólares por unidade). A dissuasão seria beneficiada por uma modernização de suas capacidades de comando e pelo reforço de suas aptidões defensivas e ofensivas em matéria de guerra cibernética. As capacidades em termos de inteligência, de guerra centrada em redes e de comando/controle serão também reforçadas. Enfim, apesar de alguns ajustes, o plano é esboçado com grande continuidade. O que suscita uma série de comentários críticos, particularmente no contexto de um novo aumento do orçamento americano de defesa, que não se enquadraria nos objetivos definidos pela QDR. A redução dos efetivos e o desenvolvimento de programas tecnológicos muito dispendiosos não se enquadram bem no aumento geral do número de operações, mesmo se o objetivo das duas operações de grande porte conduzidas simultaneamente – há muito questionada mas nunca abandonada – fosse revisto para baixo.

O documento parece, então, ambicioso, quando comparado à estratégia dos meios por ele projetados; a marinha, por exemplo, declara já ter um déficit de 7 bilhões de dólares.

O aumento dos custos do combustível teria sido tal que o custo total teria crescido em 11 milhões de dólares, em comparação com o ano anterior. Em suma, a aplicação da QDR será delicada.

Ao curto e médio prazo de uma “guerra global contra o terrorismo” soma-se o longo prazo das ameaças futuras. A China, certamente (embora pouco citada) mas também qualquer potência emergente e potencialmente expansionista. Neste contexto, os Estados Unidos tendem a delegar cada vez mais sistemática e radicalmente as tarefas de segurança regional aos seus aliados mais próximos. Os movimentos lançados anteriormente foram conduzidos desta forma, em relação ao Japão e também à Coreia do Sul, que deverá reassumir o comando das forças em seu território em tempo de guerra daqui a alguns meses. Os bombardeiros B-2 foram posicionados em Guam, enquanto as atividades das forças dos Estados Unidos se intensificava na África.

O MUNDO INDUSTRIAL

Os programas em andamento

Nenhum programa de vulto foi lançado este ano. O caso do *JSF F-35*, oficialmente denominado *Lightning II* este ano representa bem os múltiplos desvios gerados por uma sofisticação obsessiva. O custo galopante – estimado pelo Congressional Budget Office americano em mais de 80 milhões de dólares por unidade, já sendo o programa militar mais caro de todos os tempos –, é tal que os parceiros, como a Austrália, começam a questionar publicamente sua participação.

As transferências de tecnologia, a serem realizadas pelos americanos, da mesma forma que as atribuições dos contratos de sub-contratação, não foram realizadas, suscitando a cólera britânica, indo alguns ao ponto de alardear, por meio de comentários indiretos, a aquisição de aeronaves *Rafale* a fim de fazer pressão sobre as indústrias e sobre o governo norte-americano. Verificou-se também que a aeronave seria menos furtiva do que deveria. Este é também o caso do laser aerotransportado *ABL-1*, que está atrasado, assim como o Airborne Tactical Laser.

Se, por um lado, o caça F-22 foi oficialmente aceito para serviço, sua manutenção mostra-se difícil e dispendiosa. A aeronave de reconhecimento ACS foi simplesmente abandonada, com custos e dificuldades consideravelmente aumentados. Este é também o caso do programa do veículo aéreo não tripulado de combate conjunto J-UCAS. Entretanto, a despeito de seus atrasos e de outros programas abandonados, a indústria de defesa dos Estados Unidos, continua poderosa, apoiando-se sobre sistemas comprovados como o F-16 ou o helicóptero UH-60 ou ainda, mais recentemente, o avião de transporte C-17 (encomendado pela Austrália, pela Grã-Bretanha e pela OTAN).

Contudo, as indústrias francesa e europeia não ficam atrás. O obuseiro autopropulsado *Casear* foi assim encomendado pela Tailândia (6) e pela Arábia Saudita (76), ainda que o sucesso seja pouco representativo da indústria de armamentos terrestres.

Renomeada Nexter, a GIAT-Industries obtém mais contratos na área de munições do que em seus “grandes programas”.

No domínio aeronáutico, o *Rafale* não teve encomendas. Por outro lado a Eurocopter se destaca, fechando contratos com a Arábia Saudita. O helicóptero *NH90* obtém novos sucessos na Nova Zelândia, Austrália e Bélgica. A EADS Casa teria também obtido algum sucesso. A Alcatel Alenia Space, ao receber encomendas de satélites militares para a Alemanha, confirma sua posição de líder europeu no setor. Estão igualmente em curso também vários programas de treinadores. Uma boa parte dos sucessos comerciais europeus foram alcançados na área de redes de comunicações

militares, de sensores e de sistemas de identificação biométrica. Observam-se também firmas como a Mowag, KMW, MAN ou Steyr que obtiveram sucessos, por vezes, impressionantes no domínio terrestre (veículos de combate e transporte).

A indústria russa de defesa continua dominando o mercado, principalmente em função das armas individuais e das munições que é capaz de fornecer. Isto não impede, entretanto, o aumento das vendas de materiais pesados, particularmente no setor aeronáutico. No Mediterrâneo vemos também, um importante contrato fechado com a Argélia (14 *Yak-130*, 28 *Su-30MKA*, 36 *Mig-29SMT*, 300 tanques *T-90S*, a modernização de 250 *T-72*, 20 autopropulsados antiaéreos *Tunguska*, 8 sistemas antiaéreos *S-300PMU-2*), totalizando 7,5 bilhões de dólares. Pouco depois, a Argélia encomendaria à Rússia dois submarinos da classe *Kilo*. No setor terrestre, o lança-foguetes múltiplo pesado *Smerch* (300mm) alcança grande sucesso. Neste contexto, vários analistas estimam que a disseminação em grande escala de materiais nos quais a Rússia se especializou corre o risco de trazer graves problemas em termos de segurança internacional. Ainda mais se considerarmos o caso de materiais como os lança-mísseis com ogiva termobárica *Schmel* que parece ter alcançado algum sucesso junto aos movimentos de guerrilha.

A INDÚSTRIA DE ARMAMENTOS

Vários desenvolvimentos ocorreram neste ano mas com um ritmo menor do que nos anos anteriores.

Além da transformação da GIAT-Industries em Nexter, no setor terrestre a Thales alienou alguns ativos ou setores (como a Thales Navigation vendida à Safran). A aproximação entre a Thales e a DCN, sujeita anteriormente a atrasos, foi oficializada por ocasião do Salão Euronaval, no final de outubro, com a Thales assumindo 25% do capital da DCN, e a Thales Naval France revendida à DCN.

Houve também uma aproximação entre a Thales e a Alcatel, que parece estar em vias de uma conclusão bem sucedida.

Além disso, observamos a publicação da Estratégia Industrial de Defesa britânica, que considera que a capacidade de produção autônoma de aeronaves e navios de combate deixou de ser um requisito.

No nível europeu, a Agência Européia de Defesa lançou novos programas de pesquisa, direcionadas sobretudo para o transporte marítimo estratégico, campo que, de forma bastante incompreensível, havia sido deixado de lado no programa anterior. Vários comentaristas estimam, entretanto, que sem um orçamento digno deste nome, as atividades da agência serão imensamente limitadas. Sob um ponto de vista mais geral, a BAE Systems e a maior parte das indústrias européias e americanas continuam a obter bons resultados. Neste contexto, a EADS/Airbus Military assinou um contrato de fornecimento de 4 *A400M* com a Malásia, após os contratos assinados em 2005 com o Chile e com a África do Sul.

Como conclusão, este ano será, a princípio, marcado, pela continuidade no domínio dos conflitos, do terrorismo, da estratégia nuclear, da modernização das forças e da indústria de defesa. Em todos estes campos continua a existir uma extraordinária preponderância por parte dos Estados Unidos, gerando um sistema de normas extremamente complexo nos campos estratégico, doutrinário e tecnológico, que tende a ser aplicado tal qual na Europa, sem qualquer aculturação. Neste sentido, sem dúvida, pode-se considerar como uma certa forma de esperança o fato de que a nova doutrina de combate contra-assimétrico - comum aos Fuzileiros e ao Exército dos Estados Unidos - que surgiria no final de 2006, com determinados elementos sendo divulgados - leva em conta as lições afgãs e iraquianas e a experiência européia.

21 de outubro de 2006.

FONTES DE FRICÇÃO NA GUERRA NAVAL: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Capitão-de-Fragata Alejandro Ameneiro Baturone

O Capitão-de-Fragata Alejandro Ameneiro Baturone é Oficial da Marinha da Espanha e participou do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), na Escola de Guerra Naval, em 2005, ocasião em que produziu o presente trabalho.

INTRODUÇÃO

O estudo dos elementos que governam o desenvolvimento da guerra nos permite entendê-la melhor e nos preparar para ela. *Clausewitz* é um dos grandes autores que estudou estes elementos.

“Em sua obra, *Clausewitz* introduziu a palavra **fricção** como a noção que corresponde, de uma maneira bastante geral, aquilo que distingue a guerra real da que se pode ler nos livros”.

O conceito de **nevoeiro**, a dificuldade de ver claramente o que ocorre na guerra, ainda que diferente, aparece na obra de *Clausewitz* estreitamente unido ao conceito de fricção, e constitui uma de suas maiores causas.

De maneira incontestável, pode afirmar-se que o surgimento das novas tecnologias transformou, de maneira irreversível, a forma de fazer a guerra nos tempos atuais. A melhora na capacidade de obtenção e velocidade de processamento dos dados, reduz drasticamente o nevoeiro da guerra e, conseqüentemente, diminui a fricção.

No entanto, não está claro que o nevoeiro seja a fonte de fricção mas freqüente e, além disso, podem existir outras fontes de fricção que não sejam “lubrificadas” pelo emprego das novas tecnologias, ou que, inclusive, estas novas tecnologias as tenham potencializado. Estas outras fontes, somadas, poderiam fazer com que o fenômeno da fricção continuasse existindo, apesar dos avanços tecnológicos.

O tema da fricção foi tratado muitas vezes de forma geral e, sobretudo, dentro do cenário terrestre. Porém, poucos são os estudos feitos sobre a influência da fricção no meio naval.

Portanto, cabe se perguntar, quais são as fontes da fricção na guerra naval, que influência tiveram no passado e como evoluirão no futuro?

Para contestar esta pergunta, será necessário primeiro definir exatamente o que é fricção, a seguir, determinar como seria possível identificar uma fonte de fricção depois classificar as fontes de fricção no mar e pesquisar a freqüência com que estas fontes de fricção se manifestaram ao longo da história, a fim de determinar sua importância relativa; e por último, esboçar como estes elementos podem se ver afetados no futuro pelas novas tecnologias.

CONCEITO DE FRICÇÃO

Em sua obra, o general *Carl Von Clausewitz* não faz uma definição acadêmica do conceito de fricção, mas menciona a palavra com dois significados diferentes.

Em primeiro lugar, refere-se à fricção em seu conceito amplo:

[...]as dificuldades acumulam-se e levam a uma **fricção** (grifo nosso).
[...]A noção de **fricção** (grifo nosso) é a única que corresponde, de maneira geral, aquilo que distingue a guerra real da que se pode ler nos livros.” (5:129). “**Fricção** (grifo nosso) [...] é pois o que torna difícil tudo o que parece fácil. .

Em resumo, poderíamos definir esta primeira menção à fricção de maneira mais completa como todas aquelas dificuldades inesperadas que aparecem durante a batalha, dificultando a ação e desviando-a do planejado.

Em princípio, a fricção não guarda necessariamente relação só com o inimigo, mas sim que surge dos outros dois elementos principais da batalha: as próprias forças, e o meio ambiente. Compõe-se de pequenos casos dentro destes dois elementos, que isoladamente podem ser insignificantes, mas que ao unirem-se, magnificam-se, e produzem efeitos que podem ser desproporcionais.

Aprofundando mais sobre o tema, alguns autores afirmam que a fricção se comporta como um sistema não linear, no qual pequenas variações da entrada, produzem grandes variações da saída. As variações iniciais procedem da dificuldade de determinar, sem erro, o valor da entrada. Se a saída é retro-alimentada na entrada, então a resposta do sistema tende a ser caótica e imprevisível.

Em segundo lugar, a palavra fricção é também utilizada por *Clausewitz* num sentido mais restrito, quando afirma que “as partes do exército não estão compostas duma (sic) só peça, senão que nele tudo se compõe de indivíduos em que cada um conserva a sua própria **fricção** (grifo nosso)”. Este conceito é ligeiramente diferente ao anterior, já que se limita à fricção interna do próprio exército, que é, em realidade, uma das causas da fricção na guerra, e é conhecido modernamente com o nome de “ruído”, para diferenciá-lo do conceito de fricção generalizada descrito em primeiro lugar.

ORIGEM DA FRICÇÃO

CAUSAS CONTIDAS NA OBRA DE CLAUSEWITZ

Para que um elemento possa ser considerado como uma fonte de fricção, tem que cumprir três características que derivam da definição de *Clausewitz* para este conceito:

1. É algo que limita ou dificulta a ação própria.
2. Não depende da presença do inimigo.
3. Tem um componente aleatório e imprevisível.

Seguindo estas premissas, é possível identificar na obra de *Clausewitz* quatro causas como origem da fricção:

1. Contato com o **acaso**.

“A guerra é o domínio do acaso.[...]Este excessivo desgaste (da máquina militar) [...] encontrá-se, por tanto, por toda parte, relacionado com o acaso: dá então origem a fenômenos imprevisíveis, justamente porque eles dependem, essencialmente, do acaso”.

Por máquina militar poderíamos entender a interação entre homens e máquinas com o meio ambiente. Isto é, os exércitos têm uma poderosa fricção interna, o que se combina chamar de “**ruído**”.

2. O **esforço físico** e o **perigo** podem ser considerados as duas causas fundamentais de fricção, e fazem com que o indivíduo tenha sua própria fricção particular. E como a guerra é rica em ações individuais, que escapam ao controle do general, surge uma fonte de fricção.

3. **Nevoeiro**. “A Guerra é o domínio da incerteza; os três quartos dos elementos nos quais a ação se fundamenta, permanecem nas brumas de uma incerteza mais ou menos grande”. “(A incerteza) constitui uma das maiores fricções da guerra”.

4. **Condições atmosféricas**. Para *Clausewitz*, a meteorologia pode ser considerada uma fonte de fricção, mas não tem uma influência determinante: “e ainda mais raro que as condições atmosféricas exerçam uma influência determinante e, neste caso, o nevoeiro é praticamente o único que tem uma certa influência”.

REDEFINIÇÃO DAS CAUSAS DA FRICÇÃO

A fricção não tem relação com a ação do inimigo, senão que surge do meio ambiente e das próprias forças. As forças próprias utilizam três tipos de recursos, os humanos, os materiais e os organizacionais. E estes recursos, como ficará claro em seguida, estão contidos nas causas citadas por *Clausewitz*.

Ao analisar estas causas, pode-se argumentar que o acaso atua em todo momento, unindo fatos insignificantes com a oportunidade de serem significativos e, portanto, está contido em todas as causas, não sendo por si mesmo uma delas, senão um **catalisador** que magnifica o resultado e permite que a fricção exista. “Nenhuma atividade humana depende tão completamente e universalmente do acaso como a guerra”.

Por outro lado, o perigo e o esforço físico causam um mesmo efeito: os erros humanos. Mas não são as únicas causas que induzem o homem a equivocar-se. Outras causas podem ser a simples falta de atenção, ou o esquecimento casual num dado momento. As doenças ou ausências de homens em postos chave também produzem uma fricção quando surgem inesperadamente. Como conclusão, a verdadeira causa da fricção encerrada neste conceito, não é o perigo nem o esforço físico, mas sim as **pessoas**.

A máquina militar, que experimenta a fricção interna ou ruído, está organizada mediante normas e procedimentos que regulam seu funcionamento. A falta de adequação destas normas, ou a não-observação ou desvio involuntário das mesmas, produzem resultados não desejados, e fazem com que a realidade se desvie da teoria. Desta forma, podemos dizer que a **organização** é em si mesma uma fonte de fricção.

Outras conseqüências originárias de um mau funcionamento da organização são a desconexão entre fins e meios, e as limitações políticas ao uso da força (20:32), que também podem se enquadrar no conceito de ruído.

Um aspecto fundamental da organização militar é a gestão da sua informação, isto é, como a obtém, avalia e dissemina a quem precisa. A falta de informações é originada pelas falhas da organização neste processo. Por isso, o nevoeiro não é em si uma fonte da fricção, mas sim uma manifestação dela, sendo a **organização** a verdadeira fonte da fricção.

Em resumo, a fricção que surge da organização tem duas maneiras de se manifestar: o ruído, isto é, a falta de coordenação entre os elementos da máquina militar; e o nevoeiro, isto é, a falta de informações.

Porém, como a organização é composta por pessoas, poder-se-ia confundir a fricção gerada pela organização com a gerada pelas pessoas. A fricção gerada pela organização, não pode ser atribuída ao erro de uma só pessoa, mas que ela fica diluída entre diversas pessoas, ou, inclusive, pode dar-se a situação de que nenhuma pessoa tenha um grau de responsabilidade tangível. Os erros individuais podem ser insignificantes, mas é o conjunto de todos eles que produz um fato significativo.

As avarias nas máquinas, não dependentes do inimigo, e, na maioria das vezes, imprevisíveis, podem interpor-se na consecução dos objetivos de uma ação militar. É dizer, o **material** é também uma fonte de fricção. Na obra de *Clausewitz*, esta fonte fica incluída dentro do contato com o acaso.

Embora a **meteorologia** não tenha uma influência definitiva para *Clausewitz*, é claro que no meio naval esta afirmação deve ser revisada. No contexto de guerras terrestres em que *Clausewitz* escreveu sua obra poderia ser verdadeiro, mas no mar existe um número maior de fatores meteorológicos a se levar em conta. Também não parece necessário argumentar que as condições meteorológicas foram, de maneira constante, um dos maiores impedimentos para a guerra aérea, desde que a aeronave emergiu como arma militar durante a Primeira Guerra Mundial.

Unindo a análise feita sobre as causas da fricção enumeradas por *Clausewitz* e o conceito de fricção como procedente, principalmente, de elementos alheios ao inimigo, as **fontes** de fricção podem ser redefinidas da seguinte forma:

1. Pessoal: Erros pessoais ou coletivos na tomada de decisões ou execução de procedimentos devidos ao acaso, à falta de adestramento, ao medo e ao estresse. Inclui também as doenças fortuitas, não causadas pelo

inimigo (apendicite, tumores, etc.), que sofrem, repentinamente, as pessoas chave de uma operação. Clausewitz frisa na sua obra a importância deste fator: “(O homem) mais insignificante é capaz, por pouco que o acaso intervenha, de provocar uma paragem (demora) ou uma irregularidade”.

2. Material: Avarias fortuitas em equipamentos vitais que impedem o desenvolvimento normal de um plano. Estas avarias geralmente estão baseadas num incorreto uso, acima de seus limites de desenho, numa etapa anterior, ou a um defeito na manutenção, mas permanecem ocultas até que o acaso faça com que se manifestem no momento crucial.

3. Organização: Manifesta-se de duas formas: mediante o ruído, ou fricção interna que impede que as ações sejam executadas como se planejaram, seja por falhas de coordenação entre os diferentes elementos da estrutura militar, seja por inadequação dos meios utilizados; e mediante o nevoeiro, que faz com que as informações não sejam obtidas, transmitidas, avaliadas e disponibilizadas adequadamente por meio da cadeia de comando.

4. Meio geo-ambiental: O cenário geográfico e ambiental onde se realiza a ação influi no rendimento dos meios empregados e pode ser determinante em alguns casos. No mar, a clareza das águas, a profundidade, ou a existência de navios afundados, ilhas e estreitos, por exemplo, são alguns dos fatores geográficos que determinam o confronto. As condições ambientais influem diretamente sobre o rendimento de plataformas, sensores e armas. As variações destas condições podem interferir inesperadamente no desenvolvimento das operações navais.

ANÁLISE DAS CAUSAS DA FRICÇÃO

Com que frequência se manifestam as diferentes fontes de fricção no mar? São estáveis, ou as causas variam segundo a época histórica?

Para responder a estas perguntas, analisou-se uma série de casos da história naval moderna, onde se verifica a presença do fenômeno fricção (Anexo A).

Nesta análise, verifica-se que a fricção se manifesta de maneira palpável desde o século XVII até nossos dias. Por exemplo, desde 1676, quando o navio sueco *Krona*, por estar navegando de contra-vento, embarcou água pelas gaiutas dos canhões, indevidamente abertas, afundou, até 2000, quando o submarino *Kursk* afundou, provavelmente pela explosão de um de seus torpedos. Entre estes exemplos, existe pelo menos uma centena de casos que mostram a presença do fenômeno da fricção.

Durante a Guerra das Malvinas, a fricção foi uma constante preocupação do Almirante britânico *Sandy Woodward*, como fica refletido nesta passagem de seu livro “*One Hundred Days*”:

“mesmo sem terem sido atacados, navios e aeronaves estavam recebendo um forte castigo. O desgaste era o problema: falhas e dificuldades vinham e iam em interminável sucessão, enquanto o tempo e a meteorologia iam cobrando seu pedágio”.

Portanto, pode-se concluir que, em toda a história naval moderna, a fricção tem uma forte presença na guerra no mar.

Aprofundando mais sobre os casos estudados, encontra-se que a fricção se manifesta também em tempo de paz (12% dos casos), e não só durante a guerra. No mar, especialmente mediante colisões, encalhes e perdas de navios devido a fatores meteorológicos. Em conseqüência, e particularmente no mar, a fricção não é só uma característica da guerra, como a concebeu *Clausewitz*, senão uma característica da operação de forças navais, seja em paz, em crise, ou em guerra .

Para responder à segunda pergunta, identificou-se em cada caso qual foi, das quatro fontes de fricção definidas, a que influiu de maneira decisiva.

Numa primeira análise da freqüência relativa com que aparecem as diferentes fontes de fricção ao longo da história naval moderna, obtemos os seguintes dados (Anexo A):

- pessoal: 30%;
- material: 20%;
- organização: 36 % (Ruído 14%, Nevoeiro 22%); e
- meio geo-ambiental: 14% .

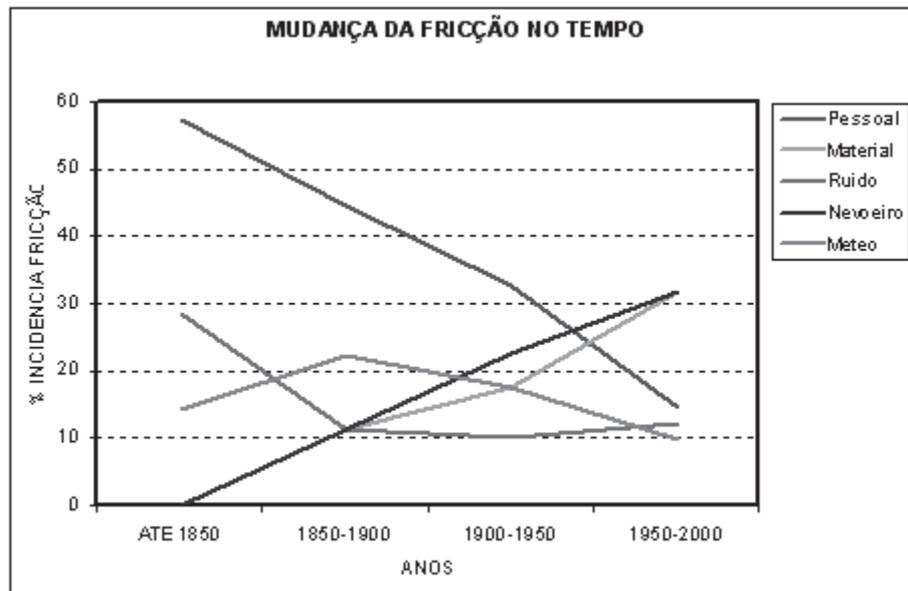
Esta estatística mostra que a principal fonte de fricção é a organização, sendo o nevoeiro pouco mais freqüente que o ruído. Também destaca a importância que tem o fator humano, quase tão importante quanto a organização. Material e meio geo-ambiental têm uma importância relativa menor, e sua incidência, em conjunto, se assimila à organização.

Esta estatística é pelo menos atraente, já que num meio hostil e corrosivo como é o marinho, sujeito a fortes intempéries meteorológicas, a fricção gerada pelas dificuldades do meio e desgaste de materiais, são de escassa importância em comparação com as que gera o próprio homem, por meio dos seus erros pessoais, e dos seus erros como organização.

Para responder à terceira das perguntas formuladas, é necessário dividir o período de tempo estudado em intervalos, e analisar como as porcentagens com que se manifestam as diferentes fontes de fricção mudam ao longo do tempo.

Os incidentes se agruparam em períodos de 50 anos para dar uma mostra suficientemente significativa para o levantamento estatístico, e agrupando todos os incidentes entre 1588 e 1850 num só grupo, por formar uma unidade histórica correspondente à época da navegação à vela.

O gráfico abaixo mostra a partilha das fontes que originam a fricção e sua variação ao longo do tempo.



Da época inicial do estudo, correspondente à navegação à vela, extraem-se os seguintes dados sobre a partilha das fontes de fricção:

- pessoal: 57%;
- material: 0%;
- organização: 29 % (Ruído 29%, Nevoeiro 0%); e
- meio geo-ambiental: 14% .

Na Guerra das Malvinas, que pode servir como exemplo de uma guerra naval moderna, os 26 incidentes de fricção detectados durante a investigação, dividem-se da seguinte maneira:

- pessoal: 8%;
- material: 32%;
- organização: 46 % (Ruído 16%, Nevoeiro 32%); e
- meio geo-ambiental: 12%.

Como pode-se observar, nas origens da era moderna, o pessoal era a principal fonte de fricção, mas com o desenvolvimento da história há uma marcada tendência descendente, até converter-se, hoje em dia, numa fonte de menor importância. Na guerra das Malvinas, sua incidência foi muito pequena.

A este respeito se pode deduzir que a baixa incidência do pessoal como fonte de fricção, reflexo na estatística na segunda metade do século XX, deve-se ao elevado grau de adestramento que tinham, tanto os homens da *US Navy*, como da *Royal Navy*, que são, principalmente, os protagonistas desta estatística.

A importância da experiência em combate e o adestramento como forma de combater a fricção ficam claramente refletidos na obra de *Clausewitz*:

“[...] a guerra não deve ser para o soldado [...] a primeira ocasião em que se entra em contacto com realidades (as dificuldades) [...]. Bastava que as tivesse visto anteriormente uma única vez e já se sentiria

semifamiliarizado com elas. [...]. Existe outro meio de menor alcance mas, no entanto, muito importante: consiste em adquirir em tempo de paz hábitos de guerra”.

A fricção provocada por material não aparece na investigação até a segunda metade do século XIX, casualmente condizente com a introdução da tecnologia nos navios, tal como a propulsão à vapor, canhões de retrocarga e torretas giratórias. Tem um rápido crescimento até a Segunda Guerra Mundial e, durante a segunda metade do século XX, mantém uma importante presença, sendo muito patente durante a Guerra das Malvinas, com 31% de incidência.

A organização é, historicamente, a principal fonte de fricção, e sua tendência é ascendente. No entanto, é curioso observar como foram evoluindo o ruído e o nevoeiro da organização. O ruído, importante durante o século XIX, perdeu importância no século XX, e se mantém estável num valor relativamente reduzido. O nevoeiro é um fenômeno em ascensão, que teve uma grande repercussão na Segunda Guerra Mundial, e que, desde então, manteve uma grande incidência em todos os conflitos.

A causa da elevada fricção por ruído, na época da navegação à vela era, sem dúvida, a falta de comunicações rápidas, que atrasava qualquer tentativa de coordenação entre os diferentes elementos da estrutura naval.

As batalhas se desenvolviam dentro do alcance visual e a lentidão dos movimentos dos navios permitia avaliar a situação desde o avistamento até o combate. Por tudo isso, o nevoeiro, como aquilo que é desconhecido, tinha baixa incidência na guerra naval.

Com o desenvolvimento das comunicações, o aumento de velocidade da guerra naval com a introdução das aeronaves, e a abundância de informações procedentes dos diferentes sensores, as fontes de fricção trocam sua importância, ficando o ruído estabilizado, e surgindo o nevoeiro como um potente elemento de fricção.

O meio geo-ambiental parece ser a fonte mais estável, pouco afetado pelo transcurso do tempo. A partir de uma análise mais detalhada, pode-se extrair que, durante os séculos XVII e XIX, a meteorologia causava a perda de muitos navios; seu papel diminuiu em importância durante a primeira metade do século XX, causando a perda de um número menor de navios. Mas com a aparição da aeronave e com o seu emprego em massa no meio naval, a partir da Segunda Guerra Mundial, a meteorologia volta a ter grande importância, e não só impede as operações aéreas, como também provoca a perda de inúmeras aeronaves.

AS FONTES DE FRICÇÃO NA GUERRA DO FUTURO

Chega-se à última das perguntas, e quem sabe a mais importante: como evoluirão as fontes de fricção no futuro? E pode-se acrescentar mais outra pergunta: vislumbram-se novas fontes de fricção?

EVOLUÇÃO DAS FONTES DE FRICÇÃO

Para responder esta primeira pergunta, é preciso fazer uma extrapolação das tendências históricas, e compará-la com o cenário previsível. A validade desta previsão não irá além da vida dos navios que se construirão nesta década, pois essa será a vida da tecnologia e organização atual e da fricção que ela produz. Tecnologias ou teorias advindas que possam produzir uma queda drástica na fricção, só poderão ser aplicadas a partir da próxima geração de navios.

Seguindo a atual tendência, o meio geo-ambiental continuará como fonte de fricção, mas com pouca incidência. O avanço dos sistemas de previsão faz com que o impacto da meteorologia possa ser antecipado e, eliminando o fator inesperado, deixa de ser uma fonte de fricção.

É evidente que haverá determinados efeitos do terreno e da meteorologia, os quais não poderão ser antecipados, e é por isso que sempre ficará uma fricção residual emanando desta fonte.

Do mesmo modo, o ruído da organização se manterá num nível baixo. A organização tende a se aperfeiçoar e a se estruturar melhor. A melhora das comunicações permite exercer um comando mais centralizado, facilitando a coordenação, e reagindo mais rápido ante às imprevisões. Portanto, este fator não deverá aumentar.

A fricção gerada pelo pessoal é a que tem uma tendência mais clara ao longo do tempo. Cabe perguntar se já estará em seu mínimo depois da forte queda acontecida na última metade do século XX. É de se esperar que esta nunca desaparecerá, já que a fragilidade do comportamento humano, quando está submetido a tensões, provavelmente persistirá.

O nevoeiro é um fator em ascensão, e parece que as novas tecnologias não fazem senão aumentá-la. O problema simplesmente muda da antiga falta de informações à abundância maciça de informações e, sobretudo, à incapacidade de gerenciá-las. O homem só é capaz de processar uma determinada quantidade de informações. Mais informação gera um maior estresse e, com isso, uma maior quantidade de dados serão ignorados, confundindo dados importantes com outros irrelevantes e gerando um clima de confusão que responde exatamente ao conceito de nevoeiro.

A idéia de que a incerteza persistirá na organização no futuro fica também apresentada nesta cita da última instrução de organização da Armada Espanhola:

“A gestão nos próximos anos, estará caracterizada por um número crescente de elementos que não poderão estabelecer-se com total segurança. A incerteza será a característica principal, sendo necessário que as pessoas (gerentes) assumam este fato”.

A incidência do material como fonte de fricção no futuro é uma das grandes incógnitas. Depois de uma ascensão importante, parece controlada na última metade do século XX, diminuindo seu ritmo de crescimento. No entanto, a introdução de novas tecnologias nos navios sempre gerou fricção, até que a dita tecnologia atingiu um elevado grau de maturidade. Já que a vida de um navio de guerra é longa, a tendência natural é incorporar as últimas tecnologias existentes, para atrasar sua obsolescência na medida do possível. E estas novas tecnologias trarão consigo sua fricção. Seremos capazes de introduzir em nossos navios só tecnologia já suficientemente provada? Parece que não. O fato de que muitos projetos navais se financiem com fundos de P&D¹ (Pesquisa e Desenvolvimento) nos dá uma indicação de que a tecnologia que adotamos, muitas vezes, não está ainda consolidada.

Por outro lado, na Guerra das Malvinas surgiu uma nova manifestação desta fonte de fricção: as falhas de *software*. Com o uso generalizado de equipamentos controlados por *software* a bordo dos navios, os programas, que podem atingir um milhão de linhas de código, contêm erros que só o azar faz com que, num dado momento, se manifestem. E, geralmente, se manifestam quando se leva a equipe ao limite de suas capacidades, isto é, durante o combate.

Um *software* já depurado, com a última tecnologia em predição de erros, pode apresentar uma taxa de 0,009 falhas por hora de funcionamento. Isto significa que apresentasse uma falha cada 111 horas de funcionamento, isto é, cada quatro ou cinco dias.

Estas falhas podem ser irrelevantes, se o navio não se encontra combatendo no momento que se produzem, mas o azar, esse catalisador da fricção, pode convertê-lo em algo muito relevante se a falha se apresentar justamente no momento do combate.

NOVAS FONTES DE FRICÇÃO

Segundo relata o Almirante *Woodward* no seu livro “*One Hundred Days*”, durante a Guerra das Malvinas encontrou uma inesperada fonte de fricção: a imprensa. “Eu também tive que enfrentar um inimigo não previsto, embora ele mesmo provavelmente não percebia sua condição de inimigo: a imprensa britânica”.

A BBC (*British Broadcast Company*) difundiu informações sensíveis, como a incorporação do grupo anfíbio à força tarefa, a iminência do ataque sobre *Goose Green*, ou a informação de que as bombas argentinas que estavam atingindo os navios não estavam explodindo.

¹ Navios como as F-100 ou o BPE da Armada Espanhola têm sido custeados, em parte, com fundos de P&D. As leis reguladoras destes fundos obrigam, na maioria dos países, a gastar os orçamentos de P&D no desenvolvimento de tecnologias ainda não consolidadas. No exemplo, as F-100 estão equipadas com sensores de EW e IFF de produção espanhola, e no caso do BPE, terá um revolucionário sistema de propulsão sem eixos.

Este fato, unido ao seguimento exaustivo que os meios de comunicação fizeram das duas Guerras do Golfo, faz pensar que estes poderiam, de fato, já se ter constituído numa nova fonte de fricção.

Para determinar se realmente o são, pode-se fazer a mesma prova às fontes de fricção encontradas na obra de *Clausewitz*:

Interfere na própria ação? É evidente que os meios de comunicação interferem na ação dos exércitos, e das marinhas, particularmente, seja revelando informação sensível, como no caso da Guerra das Malvinas, seja limitando algumas das linhas de ação por não ser “politicamente correta”.

Depende do inimigo? Embora os meios de comunicação possam estar manipulados por um inimigo que venha a explorar o conceito de guerra da informação, não é necessário que isto ocorra para que possam se constituir como uma fonte de Fricção, limitando a ação de uma força naval. Mesmo não sendo proposital, muitas vezes os meios de comunicação atuam como fonte de Fricção.

É seu comportamento aleatório e imprevisível? A atuação dos meios de comunicação é altamente imprevisível, e depende do número de temas da atualidade que estejam tratando (tem ou não tem notícias para preencher seu tempo), do nível de audiência que espera obter com a geração de polêmicas ou publicação de notícias, e do conhecimento sobre o tema que tenha o jornalista encarregado de manusear a informação, entre outros. Em qualquer caso, escapa ao controle dos exércitos, aliás levando em conta que pode tratar-se de meios de comunicação não nacionais.

Concluimos, portanto, que os meios de comunicação podem ser considerados, de fato, uma nova fonte de fricção.

CONCLUSÃO

Fricção são todas aquelas dificuldades inesperadas que aparecem durante a batalha, entorpecendo a ação, e desviando-a do planejado. Para que um elemento da atmosfera da guerra possa ser considerado uma fonte de fricção tem que cumprir três condições: dificultar a própria ação, não depender da ação do inimigo, e ter um caráter aleatório e imprevisível.

Seguindo esta orientação, é possível perceber na obra de *Clausewitz* quatro fontes de fricção, o acaso, o perigo e o esforço físico, o nevoeiro e o tempo. Estas fontes podem ser redefinidas como o pessoal, o material, a organização, e o meio geo-ambiental.

O conceito de fricção, vislumbrado por *Clausewitz* na primeira metade do século XIX, como fruto de seu estudo da guerra terrestre, é também aplicável à guerra no mar, e é um elemento estrutural que está presente ao longo de toda a história naval moderna.

A fricção no mar não só aparece em tempo de guerra, mas se manifesta também de maneira palpável em tempo de paz. Em conseqüência, a fricção não é só uma característica da guerra, como a concebeu *Clausewitz*, mas também uma característica da operação de meios navais, seja em paz, crise ou guerra.

A fonte histórica mais importante de fricção é a organização, que tem duas maneiras de se manifestar: o ruído, isto é, a falta de coordenação entre os elementos da máquina militar; e o nevoeiro, isto é, a falta de informações.

Ao longo da história, estas duas manifestações da fricção se comportam de maneira diferente. O ruído teve importância durante os séculos XVII e XVIII, mas em nossos dias sua importância relativa diminuiu, provavelmente devido à melhora das comunicações e do funcionamento das organizações. O nevoeiro, com baixa incidência na época da navegação à vela, foi ganhando importância ao longo da história, até converter-se hoje em dia na mais importante manifestação da fricção. A introdução das novas tecnologias não parece freá-la, senão, ao invés, potencializá-la.

A meteorologia é uma fonte de fricção cuja incidência é constante ao longo da história e, em nossos dias, tem uma influência moderada, principalmente limitando o uso de meios aéreos.

O fator humano, de grande importância no começo da história moderna, tem cada vez uma incidência menor, provavelmente devido à melhora do adestramento e à profissionalização do pessoal embarcado.

O fator material tem importância a partir da introdução da tecnologia nos navios, até converter-se, na Guerra das Malvinas, numa das principais fontes de fricção.

É previsível que a fricção continue existindo na guerra naval do futuro, apesar da introdução das novas tecnologias da informação, pelas seguintes razões:

- o **pessoal** persistirá como fonte de fricção, ainda que com baixa incidência, já que as fragilidades do comportamento do homem submetido a pressão nunca desaparecerão;

- a fricção decorrente do **material** continuará presente, já que a adoção de novos equipamentos e tecnologias introduz sempre um grau de incerteza no seu desempenho, enquanto os novos equipamentos são colocados a prova em condições reais e a tecnologia se consolida. As falhas de *software* contribuirão para que esta fonte siga ativa;

- a tecnologia não resolve totalmente o problema da gestão da informação, já que o homem sempre está dentro do ciclo de decisão, e este só é capaz de assimilar uma determinada quantidade de informação. No futuro, a antiga falta de informação, será substituída por uma superabundância de informação que ocultará aquela realmente importante, mantendo assim vigente o conceito de **nevoeiro**; e

– a **imprensa** se revela como uma nova fonte de fricção, que interfere nas operações. É realmente uma fonte de fricção, já que cumpre as três condições: dificulta a ação da força própria, não depende da ação do inimigo, e seu comportamento não é facilmente previsível .

REFERÊNCIAS

1. ARMADA ESPAÑOLA. *Homepage* Institucional. Apresenta dados sobre a organização, meios e historia da Armada Espanhola. Disponível em:
<www.armada.mde.es>
Acesso em 02/07/05
2. BARKER, A. J. *Midway, Holocausto nipônico*. Rio de Janeiro: Editora Renes Ltda, 1976.
3. BELOT, Raimond. *Guerra Aeronaval en el Mediterráneo*. Madrid: Editorial Naval. 1976.
4. CHIA ENG SENG, Aaron. *Coutering the Friction and Fog of War in the Information Age*. Journal of the Singapur Armed Forces. Junho 2003. Disponível em:
<<http://www.mindef.gov.sg/safti/pointer/>>
Acesso em: 20/07/05
5. CLAUSEWITZ, Karl von. *Da Guerra*. Lisboa: Editora Perspectivas & Realidades, Artes Gráficas, Ltda, 1976.
6. DEPARTMENT of the Navy — Naval Historical Center. *The Destruction of USS Maine*. Washington, 2003. Disponível em:
<<http://www.history.navy.mil/faqs/faq71-1.htm>>
Acesso em: 05/07/05
7. ESPANHA. Estado Mayor de la Armada. *El Funcionamiento de la Organización de la Armada*. Madrid. 1998.
8. EVANS, David. *USS Vincennes case study*. Naval Science 305: Navigation and Naval Operations II. University of Pennsylvania. Philadelphia. 2001? Disponível em:
<<http://navsci.berkeley.edu/ns12b/Documents/Vincennes%20Case%20Study.doc>>
Acesso em: 01/07/05
9. GONZALEZ López, Manuel P. *Buques de la Guerra Civil Española*. Disponível em:
<<http://web.forodigital.es/uphm/mgl/buques/buques.htm>>
Acesso em: 20/06/05
10. JAR Torre, Luis. *Aterrizaje en formación: El USS Delphy... y trece destructores más*. Revista General de Marina. Madrid. Junio 2001. Disponível em:
<http://www.grijalvo.com/Batracius/Batracius_USS_Delphy_Aterrizaje_en_formacion.htm>
Acesso em 20/06/05
11. _____. *El crucero USS Milwaukee – Un salvamento memorable* . Revista General de Marina. Madrid. Noviembre 2000. Disponível em:
<http://www.grijalvo.com/Batracius/Batracius_USS_Milwaukee_Un_salvamento_memorable.htm>
Acesso em 20/06/05

12. _____. *USS Liberty – Accidente en la guerra de Gila*. Revista General de Marina. Madrid. Marzo 2004. Disponible em:
<http://www.grijalvo.com/BatraciusBatracius_USS_Liberty_Accidente_en_la_guerra_de_Gila.htm>
Acesso em 20/06/05
13. _____. *USS Memphis, ex USS Tennessee – Viene Una Ola*. Revista General de Marina. Madrid. Septiembre 2004. Disponible em:
<<http://www.grijalvo.com/Batracius/Memphis.htm>>
Acesso em 20/06/05
14. JOHNSON, Steve. *No. 5 Tube .The Admiralty Regrets...* Disponível em:
<<http://www.geocities.com/Pentagon/Quarters/6680/subs.htm>>
Acesso em: 21/06/05
15. LEVINSON, Jeffrey L; EDWARDS, Randy L. *Missile Inbound*. Annapolis: Naval Institute Press .1997.
16. PERTUSIO, Roberto L. *Estrategia Operacional*. 2 ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales: Escuela de Guerra Naval. 2000.
17. RAIHAN Al-Ekram, *Software Reliability Growth Modeling and Prediction*. Marzo 2005. Department of Electrical and Computer Engineering, University of Waterloo. Disponível em
<<http://wag.uwaterloo.ca/~rekram/reports/ece750—software-reliability-growth-modeling-and-prediction.pdf>>
Acesso em 02/07/05
18. REGAN, Geoffrey. *El libro Guinness de los desastros navales*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2000.
19. RUSSIALINK. *Memorial page of K-141 KURSK*. Agosto 2000. Disponível em:
<<http://www.russialink.org.uk/kursk/events.htm>>
Acesso em: 18/07/05
20. WATTS, Barry D. *Clausewitzian friction and future war*. Washington: INSS. McNair Papers 52, 1996.
21. WOODWARD, Sandy. *One Hundred Days*. Anápolis: Naval Institute Press, 1992.

ANEXO A.
EVENTOS DE FRICÇÃO NO MAR

ANO	FATO HISTÓRICO	UNIDADE	DESCRIÇÃO SUCINTA	FONTES					REF
				P	M	R	N	M A	
1588	Invasão de Inglaterra	Grã Armada	Não consegue invadir a Inglaterra, atrapalhada pelas tempestades.					X	[1]
1588	Invasão de Inglaterra	Rosario	Capitão rendeu o navio sem luta, atemorizado pela fama de <i>Drake</i> .	X					[18:65]
1676	Batalha de <i>Oland</i>	Krona	Navega de contra-vento sem reduzir velas nem fechar as portas das gaiutas. Entrou água pelas mesmas e afundou.	X					[18:283]
1702	Combate de <i>Benbow</i>	HMS <i>Defiance</i> HMS <i>Windsor</i>	Os capitães fugiram do combate durante seis dias	X					[18:286]
1744	Batalha de <i>Tolon</i>		A retaguarda não ajuda no ataque pelas brigas entre os almirantes ingleses.	X					[18:290]
1757	Sítio de <i>Menorca</i>	Almte <i>Byng</i>	Esquadra inadequada, má atuação tática, e finalmente foge do combate.			X			[18:74]
1779	2ª tentativa de Invasão Inglaterra	-	Atraso no começo do plano. A esquadra franco-espanhola fica enfraquecida pelas doenças e condições meteorológicas.			X		X	[18: 293]
1782	-	HMS <i>Royal George</i>	Afundou enquanto atracado pela excessiva escora durante um reparo.	X					[18:248]
1805	Batalha de <i>Trafalgar</i>		A decisão Almirante <i>Villeneuve</i> para sair à mar esteve condicionada pela chegada do seu substituto. <i>Villeneuve</i> ordenou virar e deixou a esquadra parada a contra-vento. Falta de coesão entre os espanhóis; estes não obedeciam e lutavam sem coordenação.	X	X				[1]
1805	Batalha de <i>Trafalgar</i>		Vários navios perdidos em um temporal					X	[1]
1807	Sítio a <i>Constantinopla</i>	Almte <i>Duckword</i>	Rechaçado em Constantinopla. Erro de decisão no ultimato aos turcos	X					[18:56]
1827	Batalha de <i>Navarino</i>		A esquadra aliada (Ruso-UK-FR) destrói a esquadra turca, não sendo essa a intenção política.			X			[18:300]
1854	Guerra da <i>Crimea</i>	Almte. <i>Price</i>	Desembarque em <i>Petropavlovsk</i> em lugar errado.				X		[18:42]
1854	Guerra da <i>Crimea</i>	HMS <i>Leopard</i>	Destrói na Finlândia interesses britânicos.			X			[18:53]
1866	Batalha da <i>Lissa</i>		A esquadra italiana é derrotada pela austríaca, muito inferior em número, pela falta de decisão de seu Almirante.	X					[18:306]
1866	Batalha de <i>Lissa</i>	<i>Affonfatore</i>	Afundado por um temporal depois da batalha.					X	[18:310]
1875	-	HMS <i>Vanguard</i>	Fechados em nevoeiro, <i>Vanguard</i> reduz a velocidade sem fazer o sinal. HMS <i>Iron Duke</i> bate pela popa e afunda.	X					[18:257]
1878	-	<i>Grossert Kurfust</i>	Afundado ao bater com o <i>König Wilhelm</i> quando seu timoneiro confundiu bombordo com boreste.	X					[18:260]

1889	-	7 navios diversos	7 navios fundeados em <i>Samoa</i> são afundados por um furacão .					X	[18:63]
1893	-	HMS <i>Victory</i>	Colisão com HMS <i>Camperdown</i> . Erro na distância separação entre guias das colunas.	X					[18:44]
1898	-	USS <i>Maine</i>	Afundado pela explosão de 5 tons de pólvora, esquentadas pela ignição espontânea do carvão da caldeira.		X				[6]
1905	Guerra Russo-Japonesa	Esquadra russa	Afundada pela esquadra japonesa: Navios com muitas avarias. Tripulações não adestradas. Almirante com estresse	X	X	X			[18:12]
1914	I GM	Goeben	Almirante decide não engajar pelo medo à potencia, <i>Goeben</i> foge.	X					[18:68]
1914	I GM	<i>Aboukir, Hogue, Cressy</i>	Afundados pelo submarino alemão U-9, quando operando sem escolta. Os dois últimos quando pararam maquinas para pegar os náufragos do primeiro.	X		X			[18:120]
1915	I GM	Batalha de <i>Dogger Bank</i>	Erro no sinal retira todos os cruzadores britânicos da batalha..	X					[18:338]
1915	I GM	Batalha de <i>Dogger Bank</i>	Erro nos sinais termina a perseguição. As seguintes sinais mau interpretadas dentro deste contexto			X			[18:340]
1916	-	USS H-3	Encalha na entrada de <i>Humbolt Bay</i> devido à baixa visibilidade					X	[11]
1916	-	USS <i>Milwaukee</i>	Encalha na praia tentando rebocar o H-3 por uma má concepção da manobra	X					[11]
1916	I GM	SS D3	SS britânico é afundado por um dirigível francês aliado.				X		[18:212]
1916	-	USS <i>Memphis</i>	Afundado por um Tsumami enquanto fundeado.					X	[13]
1918	I GM	Viribus Umitis	Itália em guerra com Áustria. Áustria vende o navio a Yugoslavia. Italianos colocam mina e afundam o navio poucas horas após a transferência.				X		[18:61]
1918	I GM	SS J-6	Afundado pelo navio-Q <i>Cymric</i> quando confundiu a numeral J-6 com U-6.				X		[18:229]
1923	Desembarque <i>Alhucemas</i>	Encouraçado <i>España</i>	Encalhou no norte da África por causa do nevoeiro e afundou.					X	[9]
1923	-	USS <i>Dolphi</i>	USS <i>Dolphi</i> e outros 6 DD encalham na <i>Honda Point</i> devido a erros de navegação . A corte marcial achou culpado ao Capitão do <i>Dolphi</i> .	X					[10]
1936	Guerra Civil Espanhola	Encouraçado <i>España</i> (ex-Alfonso XIII)	Torpedeado pelo SS C-4. O torpedo não explodiu.		X				[9]
1939	-	HMS <i>Thetis</i>	SSK afundou em provas, porque as duas portas, interior exterior, de um tubo lança-torpedos estavam abertas	X					[14]
1939	II GM	SS HMS <i>Oxley</i>	Afundado pelo SS HMS <i>Triton</i> . Falha em uma bengala não permitiu responder ao sinal de identificação.		X,				[18:214]
1940	II GM	CT <i>Leberech Maas</i>	Afundado por um He-111 próprio (alemão).				X		[18:117]
1940	Ataque a <i>Tarento</i>		Dois <i>Swordfish</i> não completam a missão por falha técnica.		X				[3]
1940	Batalha de <i>Ponta Estilo</i>		A aviação italiana bombardeou sua própria esquadra				X		[3]

1940	II GM	<i>Prince of Wales</i>	Afundado pela aviação japonesa. Os grupos de controle de avarias cometeram erros importantes.	X					[18:142]
1941	II GM Caça do <i>Bismark</i>	<i>HMS Hood</i>	Hidro-avião do <i>Prince Of Wales</i> combustível contaminado. Almte <i>Holland</i> lançou <i>Hood</i> contra <i>Bismark</i> , em clara inferioridade. Atiraram sobre o <i>Prinze Eugen</i> achando que era o <i>Bismark</i> . Falha da torre do <i>Prince of Wales</i> .	X	X		X		[18:346]
1941	II GM	Ataque Aéreo Japonês a Filipinas	Ataque devia ser simultâneo a <i>Pearl Harbour</i> . Demorou-se pelo nevoeiro.					X	[3]
1942	Batalha Mar do Coral		Avião de esclarecimento japonês confunde navio tanque com porta-avião .	X					[2: 59]
1942	Batalha Mar do Coral		Ataque japonês sobre NAe americanos impedido pela baixa visibilidade.					X	[2: 60]
1942	Batalha Mar do Coral		Aviões japoneses tentam pousar no <i>Yorktown</i> .				X		[2: 60]
1942	Batalha de <i>Midway</i>		Avaria na catapulta do <i>Tone</i> atrasa decolagem. Não tendo sido assim, a FT americana tivesse sido detectada antes da mudança de bombas por torpedos.		X				[16:105]
1942	II GM	HMS <i>Trinidad</i>	Atingido pelo seu próprio torpedo, por causa da queda da temperatura, a qual congelou os giroscópios.					X	[18:97]
1942	II GM	Comboio PQ17	O <i>First Sea Lord</i> decidiu pessoalmente dispersar o comboio. Sem proteção, os navios mercantes foram afundados pelos SS alemães	X					[18:127]
1944	II GM	Exercício TIGER	Comboio realizando um exercício fica sem escolta e é atacado por lanchas torpedeiras alemãs, que afundam 3 LST				X		[18: 357]
1944	II GM	Golfo de <i>Leyte</i>	Após o primeiro ataque da força do Almirante <i>Kurita</i> , os americanos acharam ter destruído, quando na verdade estava intacta e pôde re-atacar mais tarde					X	[18: 362]
1944	II GM.	Batalha do Golfo de <i>Leyte</i>	Após superar a linha de NaeL de escolta, o almirante <i>Kurita</i> retirou-se sem destruir a força anfíbia americana.	X					[18: 365]
1945	II GM	USS <i>Indianapolis</i>	Afundado por I-58. Noite nublada abriu-se e a luz da Lua permitiu detecção e torpedeamento por I-58					X	[18:143]
1945	IIGM	USS <i>Indianapolis</i>	O começo da operação de resgate se retrasou cinco dias por não saber ninguém o que o cruzador estava fazendo. Erro pessoal na decodificação de um mensagem influiu .	X				X	[18:143]
1967	Guerra dos seis dias.	USS <i>Liberty</i>	Atacado pela FA israeliana quando confundido com um CT egípcio.					X	[12]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Broadsword</i>	Falhas esporádicas no sistema Sea Wolf .		X				[21:286]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Atlantic Conveyor</i>	Atingido por um míssil <i>Exocet</i> , o qual tinha sido despistado por uma nuvem de chaff.				X		[21:295]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Sheffield</i>	Atingido por um <i>Exocet</i> . HMS <i>Glasgow</i> reportou o ataque, mais <i>Sheffield</i> não reagiu.				X		[21: 13]

1982	Guerra das Malvinas	800 Sqdn.	Dois <i>Harrier</i> perdidos no nevoeiro				X	[21:178]
1982	Guerra das Malvinas	Gazelle	Helicóptero britânico abatido por míssil <i>Rapier</i> próprio				X	[21:315]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Coventry</i>	Atingido por bombas de um A-4 quando atrapalhou o fogo da HMS <i>Broadsword</i>			X		[21:287]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Olmeda</i>	Fundeados em Ascensão, confundem baleia com rastro de periscópio				X	[21: 96]
1982	Guerra das Malvinas	800 Sqdn	Pilotos <i>Harrier</i> confundem <i>Mirage</i> com SETD lançando <i>Exocet</i> .				X	[21: 139]
1982	Guerra das Malvinas	A/A Argentina	Abate um <i>Mirage</i> próprio retornando avariado.				X	[21: 140]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Yarmouth</i>	Ouviu algo no HF e declarou uma emergência aeronáutica por suposta caída de aeronave				X	[21: 168]
1982	Guerra das Malvinas	Varios	<i>Hermes</i> , <i>Invencible</i> , <i>Glamourgan</i> e <i>Glasgow</i> com problemas mecânicos	X				[21: 182]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Glasgow</i>	Lançador de Sea-Dart e canhão falham durante ataque aéreo.	X				[21: 213]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Invencible</i>	Lançou seis mísseis sobre nuvens de chaff.				X	[21: 296]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Glamourgan</i>	Chegando o dia, e temendo um ataque aéreo, seu Comandante decidiu passar pela esquina de uma zona de perigo de mísseis. Foi atingido por um míssil <i>Exocet</i> .	X				[21: 327]
1982	Guerra das Malvinas	ARA 25 <i>Mayo</i>	Não pôde decolar os A-4 por falta de vento				X	[21: 167]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Coventry</i> HMS <i>Broadsword</i>	Receberam duas mensagens consecutivos mais trocados na ordem, e cumpriram a ordem que ficava anulada pela seguinte mensagem, o que quase leva a um engajamento com o <i>HMS Arrow</i> e <i>HMS Alacrity</i>			X		[21: 206]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Yarmouth</i>	Reagiu contra um torpedo quando ouviu no sonar o barulho de uma zodiac.				X	[21: 17]
1982	Guerra das Malvinas	SH-3D	Caiu ao mar pela falha do radio-altímetro.		X			[21: 227]
1982	Guerra das Malvinas	SH-3D	Caiu ao mar com 22 homens por uma falha mecânica.		X			[21: 236]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Brilliant</i>	Falha do sistema <i>Sea Wolf</i> durante ataque aéreo.		X			[21: 258]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Brilliant</i>	Mau funcionamento do radar em cenário costeiro.				X	[21: 264]
1982	Guerra das Malvinas	HMS <i>Coventry</i>	Falha sistema Sea Dart tentando lançar sobre aeronave esclarecimento de Argentina.		X			[21: 272]
1982	Guerra das Malvinas	A-4	Vaga aérea tentando ataque sobre NAe. O 30% dos aviões não consegue AAR.	X				[21: 285]
1982	Guerra das Malvinas	A-4	Atacam HMS <i>Avenger</i> , erram e reportam ter atingido o NAe <i>Invencible</i>				X	[21: 304]
1982	Guerra das Malvinas	HS <i>Yarmouth</i> / HMS <i>Ambuscade</i>	Se suspende missão de AFN por problemas mecânicos em ambos navios.		X			[21: 329]
1987	Guerra Iran-Irak	USS <i>Stark</i>	Atingido por 2 mísseis lançados por um avião iraquiano. Erro avaliador. Absentismo operador STIR	2				[15]
1987	Guerra Iran-Irak	USS <i>Stark</i>	Avião F-1 confundiu USS <i>Stark</i> com navio tanque iraniano.				X	[15]

1987	Guerra Iran-Irak	USS <i>Stark</i>	Míssil <i>Exocet</i> não explodiu.		X				[15]
1988	Guerra Iran-Irak	USS <i>Vincennes</i>	Abate avião de passageiros iraniano.				X		[8]
1990	Guerra do Golfo	Cb <i>Diana</i>	O começo da guerra surpreendeu-a em porto egípcio em contra do planejado.			X			
1991	Guerra do Golfo	Cb <i>Vencedora</i>	Falha um dos motores principais.		X				
1991	Guerra do Golfo	Cb <i>Vencedora</i>	Enfermo meningites.	X					
1991	Guerra do Golfo	Cb <i>Vencedora</i>	Estado da mar impede realizar visitas durante dos dias.					X	
1991	Guerra do Golfo	Cb <i>Descubierta</i>	Membro do equipe de visita sofre acidente ao cair pela escada de uma praça.	X					
1991	Guerra do Golfo	Cb <i>Vencedora</i>	Contacto sonar!!! (Inimigo não tinha submarinos!)				X		
1991	Guerra do Golfo	Cb <i>Vencedora</i>	Falha em um contactor do sistema lança chaff dispara um cartucho		X				
1993	Sharp Guard	FF <i>Asturias</i>	Fragata confundiu P3 com ataque de míssil.				X		
2000	-	SSN <i>Kursk</i>	Afundado pela explosão de um torpedo próprio		X				[19]

CONTAGEM DE CASOS DE FRICÇÃO

	PESSOAL	MATERIAL	RUIDO	NEVOEIRO	METEO
ATE 1850	8	0	4	0	2
1850-1900	4	1	1	1	2
1900-1950	13	7	4	9	7
1950-2000	6	12	5	13	4
TOTAL	31	20	14	23	15

PORCENTAGEM DE CADA FONTE DE FRICÇÃO

	PESSOAL	MATERIAL	RUIDO	NEVOEIRO	METEO
ATE 1850	57%	0	29%	0	14%
1850-1900	44%	11%	11%	11%	22%
1900-1950	33%	18%	10%	23%	18%
1950-2000	15%	30%	13%	33%	10%
TOTAL	30%	19%	14%	22%	15%

Guerra das Malvinas	8%	32%	16%	32%	12%
---------------------	----	-----	-----	-----	-----

ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE TERRORISMO

Capitão-de-Mar-e-Guerra Wilson Pereira de Lima Filho

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Wilson Pereira de Lima Filho foi aluno da Naval War College em 2005/2006, ocasião em que escreveu este artigo. Após, na Escola de Guerra Naval, foi Encarregado da Área de Estudo III – Política e Estratégia - e, atualmente, é o Capitão dos Portos do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a história recente podemos observar que o terrorismo vem trabalhando de maneiras diferentes, dependendo da época e do ambiente. Ele tem sido usado como instrumento, principalmente, por pequenos grupos e atores que não representam estados agindo contra um governo estabelecido no intuito de “libertar” o povo, resolver diferenças religiosas, problemas sociais, ou com o objetivo de alcançar mudanças políticas radicais. A conquista da liberdade é uma questão complexa demais para ser definida já que a cultura e a história exercem grande influência nesse conceito. A liberdade pode ser interpretada de formas diferentes dependendo do local do mundo onde estivermos. O significado da liberdade no Ocidente pode não ser entendido como tal no Oriente, por exemplo. De um modo geral, a liberdade é a “bandeira” dos terroristas.

A palavra terrorismo vem da expressão “*regime de la terreur*”, que prevaleceu na França entre 1793-1794. Originalmente, era um instrumento do estado já que esse regime foi elaborado para reforçar o poder do governo revolucionário e protegê-lo dos elementos considerados subversivos (<http://www.cdi.org>). Como consta de todos os livros que tratam deste assunto, o terrorismo é muito difícil de ser definido, pois pode surgir de diferentes modos. Não obstante, vou apresentar uma definição que, em minha opinião, melhor sintetiza o que é o terrorismo: “um ato simbólico que tem como objetivo influenciar o comportamento político ou social através de meios que fogem ao normal e que implicam no uso de ameaça ou violência” (Perry Thornton, página 71). Gostaria de enfatizar a prevalência da violência como uma característica do terrorismo.

Primeiramente, farei algumas considerações sobre o terrorismo como uma estratégia para alcançar um objetivo político, enfatizando as

atividades terroristas conduzidas pelos antigos grupos IRA¹, SL², FLN³, OAS⁴ e pelo terrorismo revolucionário na Rússia. Usando experiências históricas selecionadas desses conflitos, apresentarei os principais aspectos que podem levar uma estratégia terrorista ao fracasso. Estudarei os casos de sucesso, além dos de fracasso, para poder identificar os fatores que influenciaram no triunfo desses grupos. Desse modo, poderemos traçar os mapas para o fracasso no caso de algumas dessas condições não serem preenchidas.

DISCUSSÃO

Antes de estabelecer os parâmetros possíveis para uma estratégia de fracasso, é importante ressaltar que a facção que escolher o terrorismo deve estar ciente das habilidades, fraquezas e riscos intrínsecos a essa estratégia, já que o terrorismo deve ser o último recurso possível, quando não restarem outros meios de se atingir as metas da organização (Martha Crenshaw, páginas 11/12).

No Peru, Abimael Guzman⁵ estabeleceu um interessante plano estratégico de longo prazo com três etapas bem definidas, de acordo com a teoria Maoísta da guerra revolucionária: agitação e propaganda, estabelecimento de bases sociais e materiais e luta armada. (Thomas Marks, páginas 254 e 255). A organização e o planejamento eram alguns dos pontos fortes do movimento, ao mesmo tempo em que a centralização do poder nas mãos de um único líder foi uma das razões dos resultados malsucedidos do SL. Quando o líder Abimael foi preso, a organização ruiu. A escolha do nível de centralização adequado para um grupo terrorista é um assunto muito complexo; vai depender do grau de comprometimento e de capacitação de seus componentes, do número de guerrilheiros, do plano estratégico e da geografia da área de operação. Podemos garantir que o SL não teve êxito, já que não conseguiu alcançar sua meta de estabelecer uma República Popular do Peru; por outro lado, a revolução durou mais de dez anos e teve graves conseqüências no país e no povo. Ainda assim, o SL é um dos alicerces das atividades terroristas na América Latina.

Um ponto interessante é que, até a década de 1990, pode-se observar apenas o surgimento de grupos terroristas internos ou regionais como, por exemplo, no Peru, na Argélia, na Irlanda e no Oriente Médio. O componente tecnológico incluído por Michael Handel⁶ na trindade Clausewitziana

¹ Irish Republic Army

² Sendero Luminoso, a mais perigosa organização terrorista do Peru.

³ Front de Libération Nationale (Guerra da Argélia)

⁴ Organisation de l'Armée Secrète, organização terrorista que se opôs à independência da Argélia

⁵ Líder do Sendero Luminoso

⁶ Michael Handel, no seu livro *Masters of War*, sugere um quarto elemento para a trindade Clausewitziana da natureza da guerra (o povo, os militares e o governo). Esse quarto elemento seria a tecnologia.

influenciou muito a mudança na natureza da guerra terrorista. A Internet, a mídia ao vivo, satélites e outros instrumentos do novo mundo globalizado fizeram com que o terrorismo se tornasse transnacional (Professor Walling, notas pré-tutoriais). O estrategema dos terroristas é executar atos de crueldade que chamem a atenção da população local, do governo e do mundo para sua causa. Os terroristas planejam seus ataques de modo a obter máximo de publicidade e escolhendo alvos que sinalizem aquilo pelo qual lutam.

Quando o Governo usa seu poder legítimo matando gente inocente e espalhando o medo entre as pessoas para alcançar seus objetivos, essa maneira de proceder também é considerada terrorismo. Por exemplo, em 1945, as forças regulares francesas bombardearam vilarejos argelinos na área de Sétif, causando a morte de milhares de argelinos. Esse tipo de terrorismo “oficial” estava fadado ao fracasso, pois provocou um sentimento de revanche e de nacionalismo entre o povo argelino. (Martha Crenshaw, página 482).

O governo francês enfrentou um problema complexo na Guerra da Argélia. Os franceses não podiam confiar em seus militares e havia profundas diferenças religiosas e culturais entre muçulmanos e europeus. O problema assumiu proporções maiores devido às ações das duas principais organizações terroristas concorrentes: FLN (nacionalista) e OAS (extrema direita). Ao analisarmos os procedimentos da OAS podemos identificar alguns dos aspectos que explicam seu fracasso, sobretudo falta de apoio popular, organização inadequada e falta de comprometimento com setores da população argelina. (Marta Crenshaw, páginas 502 a 506). Os franceses não dosaram o uso da força contra civis, chegando a autorizar publicamente o uso da tortura. Isso contribuiu para acabar com sua popularidade e favorecer o movimento nacionalista.

Por outro lado, o povo argelino costumava ver o FLN como um movimento nacionalista que lutava pela liberdade. Isso rendeu ao movimento bastante apoio popular e seus atos terroristas exerceram um grande impacto na opinião pública internacional. O nacionalismo foi decisivo no apoio que os muçulmanos de Argel deram ao FLN e foi um resultado da repressão francesa. Além disso, a malograda estratégia do OAS favoreceu o FLN que acabou como um possível parceiro do governo francês contra o OAS; a independência argelina seria a solução para os problemas que a França estava enfrentando na Argélia. (Martha Crenshaw, páginas 508 a 511).

Quando pensamos no IRA, vemos um grupo terrorista que tinha o apoio popular e a simpatia internacional; uma estrutura organizacional muito boa e objetivos muito bem definidos e limitados. A estratégia britânica de contra-terrorismo se baseava na destruição, na tortura e no homicídio, na matança de centenas de civis desarmados. Todos os esforços para esmagar o IRA eram frustrados devido à excelente rede de inteligência estabelecida pelo líder do IRA, Michael Collins (Robert Kee, páginas 646 a 650). Esse comportamento teve um papel benéfico para o IRA à medida que a causa terrorista conquistava a simpatia da população irlandesa e a opinião pública.

O SR Russo⁷, por sua vez, tinha alguns aspectos que certamente levaram ao seu fracasso. Notamos uma deficiência de planos estratégicos bem definidos e objetivos sem limite. As células terroristas não tinham instruções precisas do que deveriam fazer; agiam quase que como grupos independentes sem uma coordenação superior. Após o período de ativação, essas células costumavam roubar dinheiro, propriedades, comida, objetos de valor das pessoas, sempre sob a bandeira da causa revolucionária, mas muitas vezes sem a permissão do comitê central. Apesar da boa liderança de Gershuni e Savinkok, a descentralização, as divergências internas e a falta de controle levaram o grupo ao malogro. (Anna Geifman, páginas 74 a 76).

Quando tentamos identificar os fatores que podem levar um grupo terrorista ao fracasso, nos vemos diante de uma situação muito complexa; no entanto, é claro que os principais pontos são o planejamento e a organização. Podemos observar que um grupo terrorista que não conte com um plano estratégico bem construído somado a uma organização eficiente do ponto de vista administrativo, logístico e operacional e com o nível adequado de descentralização está fadado a falhar. Outra questão importante é a definição dos objetivos/metapas. Caso estes não estejam bem definidos e limitados, será difícil atingir o sucesso. Os grupos com inúmeros e ilimitados objetivos e que mudam suas metas a todo tempo têm grande probabilidade de falhar.

A liderança tem igual importância. A ausência de um líder estratégico, no momento adequado, é crucial. Esse líder deve ser dotado de uma visão prospectiva da arena internacional e das questões internas do país e ser capaz de identificar os pontos fracos de modo a definir os alvos certos. Entretanto, a centralização total do poder é perigosa e pode tornar-se uma fraqueza, conforme já observamos anteriormente nos comentários sobre Abimael Guzman e o SL.

Alguns aspectos que podem levar o terrorismo ao fracasso são variáveis independentes; estou falando sobre as características do alvo. Se o povo do país almejado pelo grupo terrorista estiver satisfeito e orgulhoso de seu país, será muito difícil conquistar seu coração e sua mente. Um bom governo é um dos grandes obstáculos para a vitória de um grupo terrorista. O povo não vai querer mudanças, já que está bem. A cada ataque terrorista, o povo ficará mais unido e consciente de que deve lutar para defender o *status quo*.

Outro ponto importante é o apoio popular. Podemos observar que a maioria das organizações terroristas, e até mesmo os Governos, que não conquistaram o apoio popular fracassaram. Para se movimentar pelo terreno é essencial ter alguém que esconda os elementos e ofereça algum tipo de

⁷ SR – o Partido dos Revolucionários Socialistas era uma organização terrorista que, apesar de não ter tido êxito, conseguiu plantar a semente da Revolução Russa.

apoio logístico e informação. Esse aspecto está relacionado a outro: a opinião pública, como acontece às vezes, quando o povo não dá apoio, mas concorda com a causa e aceita a atividade terrorista como uma boa forma de melhorar a situação real de sua sociedade.

Outro fator fundamental, que pode conter uma conotação tática, mas tem sérias implicações no nível estratégico, é a seleção de alvos. Se os terroristas matam pessoas inocentes em seu próprio país, irão angariar o ódio do povo e terão baixa probabilidade de sucesso. No entanto, se fizerem o mesmo com pessoas de outra religião ou crença política, os impactos poderão afetar apenas a opinião pública internacional. A gradação da violência e a maneira como o grupo trata seu capital humano, principalmente a porção mais necessitada, é fundamental. O derramamento exagerado e desnecessário do sangue dos inocentes e o maltrato da população nativa são uma receita de fracasso. O desafio é espalhar o medo sem matar pessoas cujas mortes afetariam a comunidade.

Na verdade, um grupo terrorista precisa de recursos para desenvolver suas operações e cabe ao líder escolher a melhor maneira de fazê-lo. Há diversas opções. Tentarei apontar algumas delas: o apoio internacional, atos criminosos (ex. assaltos a bancos, chantagens, ataques, seqüestros e tráfico de drogas), a corrupção de membros do governo, o apoio de empresas (ou pessoas) com recursos e que não gostam do alvo ou que simpatizam com a causa. Sem dinheiro, não há sucesso!

Além disso, observamos que as organizações que conseguiram negociar com estados obtiveram sucesso total ou parcial (por exemplo, FLN e IRA⁸) e, também, legitimidade no momento em que os terroristas e os representantes do Estado se sentaram à mesa de negociações.

A Inteligência é de suprema importância para o êxito de qualquer operação militar, até mesmo as terroristas, como pudemos constatar com o sucesso do IRA. O grupo precisa montar uma rede eficiente de agentes nas áreas de interesse, tentando infiltrar e recrutar espões dentro do governo alvo. Sem a inteligência as chances de êxito são muito poucas.

CONCLUSÃO

A história do terrorismo é um desenrolar de atividades violentas. Estas podem ser incluídas em um *continuum* que vai desde as atividades malogradas até as de total êxito. Às vezes fica difícil determinar se um grupo teve sucesso ou não. Não é um jogo de certo ou errado; algumas organizações obtêm um sucesso parcial durante algum tempo. Esses grupos podem não ter vencido a guerra, mas certamente ganharam algumas batalhas.

⁸ Robert Kee, in "The Green Flag", pages 573 to 581.

A seguir, como conclusão, apresentarei um mapa do caminho para o colapso terrorista. Não é uma receita de fracasso; antes, mostra os principais pontos para os quais os terroristas devem atentar; estes seriam os calcanhares de Aquiles e poderiam contribuir para a destruição da organização:

1 – Organização deficiente, inclusive no que diz respeito à falta de uma estrutura operacional, logística e administrativa eficiente. Metas e objetivos indeterminados e ilimitados;

2 – Plano estratégico imperfeito, sem ações concretas para conquistar os corações e as mentes na defesa da causa da organização e sem respeitar a importância da propaganda e das operações psicológicas;

3 – Ausência de uma liderança eficaz, sem uma descentralização de poder adequada e coordenada;

4 – Intensificação das atividades terroristas sem o apoio popular e com um pequeno contingente de guerrilheiros que não estão totalmente comprometidos com a causa;

5 – A luta contra um país com um Bom Governo, cuja sociedade tem um bom padrão de vida e está satisfeita com o status quo;

6 – Não considerar a inteligência como sendo de importância vital, principalmente dentro das forças inimigas;

7 – Travar uma guerra sem ter um plano concreto para a obtenção de apoio financeiro;

8 – Matar pessoas inocentes desnecessariamente, sem fazer a relação entre os alvos e vítimas e as metas da organização. Não dar atenção à dose de violência nos ataques terroristas;

9 – Tratar mal os guerrilheiros e simpatizantes da causa;

10 – Não dar atenção à importância da opinião pública internacional;

11 – Ignorar o uso dos meios da Tecnologia da Informática, inclusive a internet e o terrorismo cibernético⁹.

12 – Desconsiderar a possibilidade de negociação com o inimigo (ator estatal) para ganhar legitimidade como ator não estatal.

⁹ Ataques a computadores através de vírus e outros meios cibernéticos que destroem a infraestrutura de informações. Jonathan White, no livro "Terrorism, an introduction", página 7.

AS NOVAS TENDÊNCIAS NA CONDUÇÃO DO CNTM: UMA VISÃO SOBRE A DOCTRINA ADOTADA PELA AMAS.

Capitão-de-Fragata André Luiz de Mello Braga

O Capitão-de-Fragata André Luiz de Mello Braga foi Instrutor da Área de Estudo I – Operações Navais e Jogos de Guerra, em 2006, quando produziu este artigo. Atualmente, é Assessor do Gabinete do Comandante da Marinha.

A era da informação, na qual estamos inseridos, pode ser caracterizada pela rapidez na troca de conhecimento e um alto fluxo de dados, isso tem como consequência uma aceleração dos processos de mudança e desenvolvimento. Aqueles que não se mantiverem abertos e aptos para acompanhar esse acelerado processo evolutivo estão condenados a cair no esquecimento e ficarem excluídos da história.

Estar inserido no processo não significa aceitar as novas idéias sem analisá-las, significa adquirir o conhecimento, aplicá-lo em seu favor e contribuir para o desenvolvimento de novas idéias.

No campo do conhecimento naval, verifica-se hoje uma mudança na forma de conduzir e aplicar as atividades de Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM). Esse assunto se reveste de grande importância, já que, para o Brasil, o peso do tráfego marítimo (TM) para o comércio exterior é determinante, cerca de 95% dessa fatia da economia é realizada por via marítima.

O segurança do TM é uma necessidade estratégica, principalmente para o Brasil e, para se minimizar a vulnerabilidade decorrente dessa necessidade, realiza-se o CNTM como instrumento fundamental para a garantia dessa segurança. Sem a segurança, o TM se tornaria em uma vulnerabilidade crítica, podendo até significar o estrangulamento da economia de um Estado.

Os países da OTAN adotam, agora, uma doutrina mais flexível calcada na cooperação, isto é, a organização de CNTM passa a assumir uma postura mais orientadora, menor interferência do Estado e conta com a cooperação da comunidade marítima para executar as atividades de CNTM. Essa postura advém da identificação de novas ameaças e as exigências de maior dinamismo e flexibilidade para enfrentá-las.

Nesse contexto os países integrantes da Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estão “estudando a matéria” de forma a assumirem um posicionamento que atenda aos seus

interesses e não simplesmente seguir sem questionamento as novas tendências. Este artigo pretende analisar a nova doutrina de CNTM e apresentar uma visão em nível operacional dessas mudanças.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A DOCTRINA ORIGINAL (2)

A doutrina original tem cerca de um século de história e desenvolvimento, tendo sido empregada nas duas grandes guerras do século passado.

O Controle Naval do Tráfego Marítimo (CNTM ou *Naval Control Shipping – NCS*) é um dos componentes necessários para se obter a segurança¹ do tráfego marítimo.

O CNTM original pretende, assim, contribuir para a garantia do fluxo marítimo de cargas vitais para um determinado Estado ou um grupo de Estados aliados em contraposição a ameaças de outros Estados. Para tal exige o estabelecimento de uma estrutura organizacional sob controle do Estado, que interferirá nas atividades de transporte² e tráfego marítimo. A intensidade dessa interferência poderá ser desde simples avisos e comunicados até o efetivo roteamento do tráfego e formação de comboios.

Para atender à necessidade de se graduar o nível de interferência do Estado, a doutrina original estabelece alguns tipos de CNTM:

- Controle Naval do Tráfego Marítimo Crise (CNTM/C);
- Controle Naval do Tráfego Marítimo Pleno (CNTM/P); e
- Controle Naval do Tráfego Marítimo Emergência (CNTM/EMERG)

Em situações de normalidade política, quando não se observa ameaça ao TM, não é ativada a Organização do Controle Naval do Tráfego Marítimo (ORGACONTRAM) nem a Organização da Direção Civil do Transporte Marítimo (ORGDCM). Nessa situação o TM é tão somente acompanhado pelo órgão militar designado, no Brasil, o Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM).

¹ Na doutrina empregada pelo Brasil a segurança é composta de CONTROLE e PROTEÇÃO, o primeiro componente está relacionado com as medidas necessárias para o acompanhamento, orientação e até mesmo o roteamento do fluxo de navios mercantes, a segunda componente está relacionado com as medidas necessárias para contrapor as ameaças, tais como, coberturas cerradas ou afastadas, armar navios mercantes, etc.

² Transporte Marítimo – para a doutrina brasileira, significa o gerenciamento da eficiência dos portos, estabelecimento de prioridades de cargas, seleção de navios e destinos. Essa atividade está sob a responsabilidade da Organização da Direção Civil do Transporte Marítimo, a qual, no presente momento, é exercido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Quando há alguma evolução política que configure tensão entre Estados (crise), a ORGACONTRAM é ativada e o CNTM/C é assumido. O CNTM/C possui duas fases bem definidas:

- CNTM/C Fase 1: quando há uma situação de tensão entre Estados, mas ainda sem uma configuração de risco imediato para o TM. Nessa fase o TM é alertado a respeito da situação, *brifado* e acompanhado.
- CNTM/C Fase 2: iniciado quando há o estabelecimento de uma Área de Risco ao Tráfego Marítimo (ARTM ou *Shipping Risk Area - SRA*). Nessa situação há alguma ameaça ao TM já configurada em determinada área, o que exige medidas necessárias para desviar esse TM. Outra exigência seria estabelecer medidas específicas para aqueles navios que necessitem atravessar a área de risco, medidas como o estabelecimento de sistemas de comboios, sistema de rotas, etc.

O estabelecimento do CNTM/P ocorrerá quando a crise estiver escalada a tal nível que o conflito seja iminente ou mesmo tenha sido deflagrado. Nessa situação haverá o estabelecimento da Estrutura Militar de Guerra e, obviamente, a interferência do Estado será total. O estabelecimento do CNTM/P é uma decisão política, uma vez que requer uma interferência total do Estado. Entretanto, outros fatores, além do militar e estratégico, influenciam para essa decisão, como, por exemplo, problemas de ordem econômica, como valores de seguro, que podem tornar inviáveis o comércio por via marítima. Assim deve-se pesar bem todas as variáveis até a tomada de uma decisão.

O CNTM/EMERG é empregado quando ocorre uma evolução da situação de uma forma muito rápida, não havendo tempo hábil para se estabelecer de forma gradual todas as etapas do controle naval; nesse caso, a prioridade é preservar os navios, divertindo-os para localidades mais seguras e, posteriormente, passar para um controle naval efetivo.

O leitor deve ter percebido que o foco da ameaça, considerada nessa doutrina, é proveniente de divergência entre Estados, isto é, não considera como prioridade a atuação de grupos criminosos ou terroristas. Espera-se o emprego de força regular organizada de um Estado contra outro; para tal, seriam empregadas as Estratégias Clássicas (Curso, Batalha Decisiva, etc) por meio de operações ou ações de guerra convencionais (Ações de Submarino, Operações Anti-Submarino, etc).

A ORGACONTRAM, quando ativada, possui uma série de autoridades responsáveis por conduzir as atividades de CNTM de acordo com a doutrina em vigor. A tabela 1 a seguir apresenta essas autoridades de forma concisa.

AUTORIDADE	SIGLA EM INGLÊS	RESPONSABILIDADES	EQUIVALENTE NA ESTRUTURA BRASILEIRA EXISTENTE
CSAM	MAC	Comandante Superior de Área Marítima é o responsável por estabelecer as diretrizes gerais do CNTM, estabelecer o Sistema de Comboios, Sistema Rotas, proteção do TM, etc.	ComOpNav
CAM	AC / SC	Comandante de Área Marítima, nível intermediário de comando.	COMTOM (quando designado)
ACO	OCA	Autoridade do Controle Operativo é o responsável pela operação do Sistema de Comboios, proteção do TM no interior de sua área de responsabilidade, etc.	ComDN
OCONTRAM	NCSO	Oficial do Controle Naval do Tráfego Marítimo é o responsável pela organização de comboios, seleção de comodors, realização da Conferência do Comboio, realização de visitas aos navios mercantes, preparação dos documentos necessários para os navios mercantes, etc.	Capitanias Delegacias Agências
AUONTRAM	REPTOF	Auxiliar do Controle Naval do Tráfego Marítimo é Oficial das Forças Armadas ou funcionário consular designado para um porto estrangeiro em país aliado, devendo enviar suas informações sobre o TM.	Adidos Navais, Militares ou Diplomatas credenciados em países aliados
CONSULTRAM	CONSA	Informantes Consulares do Controle Naval do tráfego Marítimo é um Oficial de Marinha credenciado junto às autoridades consulares de seus respectivos países, em países neutros de interesse, para exercerem atividades de CNTM. Sua responsabilidade básica é informar os movimentos do TM e instruir NM atracados de sua bandeira. De um modo geral, os deveres desses Oficiais serão, tanto quanto possível, idênticos aos atribuídos aos OCONTRAM.	Adidos Navais, Militares ou Diplomatas credenciados em países neutros
OLICONTRAM	NCSLO	Oficial de Ligação do Controle Naval do Tráfego Marítimo é um Oficial de Marinha designado para servir em um Estado-Maior de um NCSO aliado. Ele representa os interesses de sua nação em assuntos pertinentes ao CNTM, como membro daquele Estado-Maior.	Oficial Assessor do CAMAS

Tabela 1 – Autoridades da ORGACONTRAM

A NOVA DOCTRINA DA OTAN

A globalização, evolução tecnológica e o novo ordenamento internacional levaram à percepção de novas possibilidades e ameaças. O dinamismo do mundo moderno, com suas mudanças aceleradas, exige o desenvolvimento de formas mais ágeis e flexíveis para a realização do CNTM.

As companhias de navegação “não gostam” ou “não desejam” ser controladas positivamente, pois a diversidade e agilidade do comércio internacional, sob o ponto de vista delas, ficam prejudicadas sob controle do Estado. Essa diversidade pode ser verificada nas características de cada frete: o navio pode estar sob registro de uma determinada bandeira; a tripulação pode ser formada por elementos de várias nacionalidades; a carga; o seguro da carga e o seguro do navio também podem ser firmados sob nacionalidades distintas. Por essas razões é possível inferir que muitos países, e não apenas um único, terão parcela de responsabilidade sobre esse navio e sua carga, arcando com os ônus de quaisquer perdas ou recebendo seu quinhão dos lucros. Dessa forma, é possível perceber que uma evolução doutrinária tornava-se necessária.

Na verdade, todos os envolvidos receberão sua parte do lucro ou arcarão com sua parcela do prejuízo. É fácil perceber que uma evolução doutrinária era exigida.

Em artigo recente, publicado na Revista Passadiço de Novembro de 2005, o Capitão-de-Fragata Vanley apresentou um paralelo evolutivo do pensamento das doutrinas original e nova. A tabela 2, a seguir, reproduz esse paralelo:

FATO	DOCTRINA ORIGINAL	DOCTRINA NOVA
Evolução do Conflito	Divergências entre Estados. A escalada convencional de uma crise entre Estados, normalmente, segue uma graduação do nível de tensão até o Conflito.	Há, nos dias de hoje ameaças não necessariamente advindas de Estados, por exemplo, o terrorismo. Por essa razão poderá não haver, necessariamente, uma graduação do nível de tensão.
Tipo de Ameaça	Afundamento.	Pirataria e desastres ambientais
Características dos navios	Baixas velocidades, manuseio lento da carga e capacidade de comunicações reduzidas.	Altas velocidades de trânsito, rápida movimentação de carga e flexibilidade de comunicações.
Posicionamento dos navios	Dificuldades de obtenção das posições dos navios e seus planos de viagem.	Emprego dos modernos sistemas de acompanhamentos, inclusive por satélite.
Interferências no TM	Total interferência do Estado por meio de autoridades civis e militares. Os interesses particulares assumem menor importância.	Participação dos navios é totalmente voluntária. Os interesses particulares (comerciais) são preservados.
Relacionamentos Cia. X Governos	Alto nível de interação e volume de atividades entre os diversos setores envolvidos.	Incremento do número de navios requerendo um relacionamento mais próximo entre as partes envolvidas no processo.

Tabela 2 – Paralelo evolutivo entre as doutrinas original e nova

Se a navegação mercante não deseja ser controlada, quais são então os seus anseios? Decerto a liberdade e agilidade do comércio e do TM são exigências fundamentais.

Dessa forma, pode-se dizer que a comunidade marítima, mais especificamente a navegação mercante, deseja três itens básicos:

- segurança dos meios;
- liberdade para operar; e
- ambiente comercial estável.

Nesse ponto o leitor já possui informações suficientes para perceber que o balanceamento entre controle e flexibilidade torna-se crítico e de difícil ajuste. Assim, a pergunta que deve ser feita é: como atender aos anseios da navegação mercante com uma interferência mínima do Estado?

Para tentar responder a esse questionamento, os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou *North Atlantic Treaty Organization* – NATO) adotaram então uma nova doutrina chamada *Naval Co-operation and Guidance for Shipping* (NCAGS).

Nessa doutrina as formas de controle são mais flexíveis, informais e orientadoras, cabendo à autoridade militar quatro tarefas básicas:

- identificar e alertar a comunidade marítima sobre as possíveis ameaças, suas áreas de operação, bem como sugerir medidas visando a salvaguardar os interesses dos proprietários, armadores e mesmo comandantes dos navios mercantes;

- acompanhar o tráfego dos navios mercantes;
- identificar as principais rotas comerciais; e
- identificar as atividades locais que possam interferir na navegação (pesca / áreas de pesquisa, prospecção de petróleo, etc.).

Para que se atinja a flexibilidade adequada com eficiência, a participação e as responsabilidades da comunidade marítima devem ser, naturalmente, maiores e mais positivas. Caberia, então, a comunidade marítima assumir certas responsabilidades, como se segue:

- informar sobre a situação geral na área em que os navios mercantes estiverem navegando;
- evitar as áreas de potencial risco;
- adotar medidas de proteção para os navios mercantes (*Self Protective Measures*);
- manter aberto o canal de comunicações entre autoridades civis e militares (diálogo constante); e
- atentar para os Avisos aos Navegantes divulgados.

Para facilitar o estabelecimento das atividades de CNTM, agora mais ágeis e flexíveis, a OTAN criou um órgão permanente de CNTM, chamado *NATO Shipping Center* (NSC).

O NSC pode ser definido como um núcleo de caráter permanente, sediado na Inglaterra no *MCC NORTHWOOD*. Esse órgão atua na manutenção

permanente das linhas de comunicações e entendimentos entre os organismos militares e civis dos países participantes da OTAN (nações aliadas).

O *MCC NORTHWOOD* também interage com as agências internacionais e opera como um concentrador de informações, sendo capaz de fornecer, com abrangência universal, os dados estáticos e dinâmicos necessários a respeito de plataformas mercantes, desde a situação de normalidade.

Para o funcionamento do NCAGS, foram criados os chamados Pontos de Cooperação (*Shipping Co-operation Point – SCP*). Um SCP funcionará de forma modular e atuará como um “braço” do sistema, fisicamente mais próximo da região de interesse. Seu estabelecimento deve ser o mais flexível possível, podendo ser instalado em terra (forma mais comum) ou no mar. Quando em terra, pode ser estabelecido em hotéis, escritórios portuários, embaixadas ou bases militares; quando no mar, em navios de guerra, apoio ou mercantes.

Um SCP contará com uma equipe de militares (da ativa ou reserva) e/ou civis, com a necessária qualificação na doutrina NCAGS, equipados com computadores, telefones, fax e tudo mais que as comunicações modernas podem oferecer. Essa equipe nada mais fará do que manter contatos e troca de informações com o MCC e as diversas companhias de navegação, navios, etc. Essa troca de informações sempre estará focada na orientação da comunidade marítima visando a salvaguardar as plataformas flutuantes próprias, aliadas ou de interesse, quando em navegação em áreas de risco.

As comunicações diretas entre o SCP e os navios e órgãos civis faz com que a linguagem empregada seja a mais livre e clara possível, sem as preocupações da formalidade do sistema MERCO utilizado na doutrina NCS. Como o núcleo é a OTAN, a língua utilizada é o inglês.

Para atender toda essa flexibilidade, foram estabelecidos novos tipos de CNTM:

- *Co-operation*;
- *Guidance*; e
- *Supervision*.

Em *Co-operation* considera-se a situação de normalidade. Nela não são esperadas ameaças ao TM. São observados os interesses dos armadores e os navios são tão somente acompanhados por meio de informações enviadas tais como: posição, rumo, velocidade, portos de origem e destino, etc.

Na *Guidance* o que se deseja é o assessoramento ao TM, haja vista a existência de alguma ameaça à navegação; dessa forma, pretende-se contribuir para a preservação da segurança dos navios próprios, aliados e neutros de interesse. Nessa situação, faz-se necessário que algumas medidas sejam adotadas, as quais dependerão do tipo da ameaça que se configure.

Em *Supervision* considera-se a situação de conflito (guerra declarada). Semelhante ao CNTM/P depende de decisão de nível político. O CNTM Supervisão produz várias conseqüências em diversos aspectos de interesse

de um Estado. Nessa situação, a prioridade está na segurança dos navios consignados de forma compulsória; contudo, não se deve esquecer dos navios consignados voluntariamente, garantindo-se, assim, a continuidade do comércio marítimo e a logística nacional. As “cargas vitais” para o esforço bélico e setores-chaves da economia têm, obviamente, a maior prioridade.

Percebe-se que há um processamento, em nível operacional, mais flexível. Para se obter uma visão esquemática e simplificada desse processamento NCAGS pode-se observar a figura 1 em anexo.

AS NOVAS AMEAÇAS

A nova doutrina identifica novas ameaças, algumas nem tão novas assim, mas que configuram aquelas de maior probabilidade de ocorrência na atual conjuntura internacional. São elas:

- Pirataria;
- Terrorismo; e
- Poluição ambiental.

Todas essas ameaças são muito emblemáticas para os dias atuais, principalmente para os países da OTAN, núcleo de surgimento dessa nova doutrina e alvos prioritários do terrorismo internacional.

A pirataria é uma ameaça que interfere com o TM desde a antiguidade. Essa ameaça já foi considerada extinta, mas vem ressurgido com muita força na atualidade. O problema da pirataria é tão importante que a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (Jamaica 1982) tem um tratamento específico para o assunto obrigando todas as Marinhas de Estados signatários a combatê-la.

O terrorismo é o foco da atualidade para os Estados Unidos da América e seus aliados mais próximos. Essa preocupação gerou uma série de exigências envolvendo a todos que comercializam com aqueles países e fez surgir o ISPS-Code (*International Ship And Port Facility Code*).³ Os países fora da OTAN também se preocupam com essa ameaça em particular, mesmo que em grau de prioridade mais baixa. Na realidade, não se deve esquecer que um navio pode ser um vetor de transporte de agentes terroristas e seus artefatos, como por exemplo minas. Além disso, o navio por si só pode ser empregado como uma arma, no caso de estar transportando explosivos de alto poder de destruição.

A poluição ambiental é uma ameaça a ser evitada em qualquer situação desde a situação de normalidade política, e nenhum Estado está livre de ser vítima de um desastre ambiental, acidental ou não.

³ ISPS-Code: representa um conjunto de normas de certificação de segurança de operação dos portos e navios. A idéia é permitir o fluxo de cargas somente entre aqueles portos certificados reduzindo o risco da ameaça terrorista.

Uma especial atenção deve ser dada às minas como arma que apresenta grande possibilidade de utilização pela nova ameaça terrorista. As minas representam uma ameaça permanente por serem de emprego simples e barato. Não se deve esquecer que a utilização de minas pode, também, ser classificada como uma operação de guerra convencional, prevista na Doutrina Básica da Marinha (DBM): “Operações de Minagem e Contramedidas de Minagem”.

O SISTEMA DE COMBOIOS

Uma vez que as novas ameaças tornaram-se o foco de preocupações e, a agilidade e flexibilidade são as principais armas para combatê-las, surge uma nova discussão: abandonar ou não o Sistema de Comboios?

Dentro da OTAN essa discussão está tendendo para o abandono do Sistema de Comboios, a exceção da Alemanha que advoga a necessidade de manutenção do sistema.

Essa discussão não é novidade na história; o grande pensador da Guerra no Mar, Julian Stattford Corbett, pelas mesmas razões de hoje, acreditava que as interferências provocadas pelo Sistema de Comboios atrapalhariam mais do que propriamente contribuiriam para a segurança do tráfego marítimo.

Para Corbett, as altas velocidades dos navios a vapor, a invenção do telégrafo sem fio, o desaparecimento dos corsários, entre outras modificações do quadro marítimo daquela época, permitiriam uma navegação mercante independente mais eficiente. Mesmo havendo perdas, essas seriam menos importantes do que a eficiência atingida com o abandono do Sistema de Comboios. A história demonstrou que Corbett, nesse aspecto, estava equivocado.

Esse equívoco da análise de Corbett foi logo comprovado pela Primeira Grande Guerra. Corbett não havia considerado adequadamente as possibilidades do submarino e a possibilidade de um Estado decidir pela autorização de uma campanha submarina irrestrita, assumindo as conseqüências políticas dessa decisão.

A hesitação do Reino Unido em estabelecer o Sistema Comboios logo ao início da Primeira Grande Guerra, cobrou um preço muito caro em vidas e em tonelagem de navios afundados.

Essa discussão está aberta e realmente não pode ser considerada encerrada, mas, ao se estudar o assunto, deve-se levar em consideração a nova conjuntura do comércio marítimo internacional, suas exigências e necessidades, sem contudo esquecer-se de lições já experimentadas no passado. Parece sábio evoluir com o pensamento e as formas de emprego do Sistema de Comboios, mas não se deve abandonar essa ferramenta de resultados testados e aprovados.

A DOCTRINA ADOTADA PELA AMAS

A AMAS surgiu como uma decorrência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR⁴) que estabeleceu quatro áreas marítimas no entorno do continente americano para a execução do controle interamericano do tráfego marítimo: Área Marítima do Atlântico Norte (AMAN), Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), Área Marítima do Pacífico Norte (AMPAN) e Área Marítima do Pacífico Sul (AMPAS), conforme apresentado na figura 2 em anexo. Hoje, a AMAS é a única a atuar de forma efetiva, fruto da integração entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Brasil, juntamente com os demais países da AMAS (Argentina Uruguai e Paraguai), reuniram-se na semana de 17 a 21 de abril de 2006 para discutir a adoção de uma nova doutrina.

Como resultado dos entendimentos, o Coordenador da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) adotou uma postura que pode ser considerada por alguns “Conservadora”, para outros “Cautelosa”, mas talvez o termo que melhor defina essa posição seja “Híbrida”. Na verdade, houve o reconhecimento da necessidade de evoluir e se modernizar, principalmente adequando-se às exigências de agilidade e flexibilidade da atual conjuntura internacional, mas sem abandonar procedimentos clássicos consagrados e devidamente aprovados contra as ameaças convencionais.

O abandono de conhecimentos complexos como a estrutura e organização de um Sistema de Comboios pode custar caro, como custou para o Reino Unido no início da Primeira Grande Guerra.

A nova doutrina da AMAS empregará os novos conceitos de tipos de CNTM, enfatizará a cooperação para a realização dessa atividade, atribuirá flexibilidade ao processo, mas manterá o emprego do Sistema MERCO e o Sistema de Comboios. Fica mantida também a estrutura da ORGACONTRAM e suas autoridades.

No que se refere a agilidade e flexibilidade pode-se destacar dois aspectos:

- a classificação dos tipos de CNTM passa a ser semelhante a da OTAN:
 - Cooperação (CNTM/C – com as mesmas características da *Co-operation*);
 - Orientação (CNTM/O – com as mesmas características da *Guidance*); e
 - Supervisão (CNTM/S – com as mesmas características da *Supervision*).
- adoção de Pontos de Comunicação.
- estabelecimento de uma ARTM não dependerá mais de uma decisão do CSAM, mas poderá ser estabelecida por determinação de um

⁴ TIAR: Dentro do contexto da Guerra Fria, foi uma forma de estabelecer uma aliança defensiva nas Américas sob a liderança e apoio dos Estados Unidos da América.

ACO dentro de sua área de responsabilidade. Isso tornará o processo de evolução do controle mais flexível e sensível à rapidez das mudanças de situação de uma crise.

- O emprego de comboios, apesar de mantido, será utilizado em situações muito específicas.

O CNTM é uma atividade em constante processo de evolução. A consolidação desses novos conceitos e o aprimoramento na execução das atividades de CNTM, dentro da AMAS, serão obtidos no decorrer dos anos por meio da experiência adquirida nos exercícios realizados e intercâmbios com outros países fora da AMAS. Com isso, o CAMAS poderá reavaliar os conceitos e procedimentos adotados, introduzindo os ajustes necessários para se obter a melhor forma de execução do CNTM.

CONCLUSÃO

Parece sábio evoluir de forma consciente, dando um passo de cada vez. O CAMAS assumiu uma postura híbrida para garantir que seus interesses sejam respeitados, sem deixar de reconhecer a necessidade de mudar e se adaptar.

As novas ameaças são uma realidade inexorável e medidas necessárias devem ser adotadas para que se possa enfrentá-las adequadamente, mas não se pode descartar as ameaças convencionais, essas com seus resultados nocivos já comprovados pela história.

A discussão quanto a validade do Sistema de Comboios, na atualidade, ainda encontra-se em aberto. Ao se estudar o assunto, deve-se levar em conta a nova conjuntura do comércio marítimo internacional, suas exigências e necessidades; sem contudo, esquecer-se de lições já experimentadas no passado. Parece sábio evoluir com o pensamento e as formas de emprego do Sistema de Comboios, mas não se deve abandonar essa ferramenta de resultados testados e aprovados.

A continuidade da evolução é fator primordial para não ser deixado para trás e ser esquecido pela história. O CNTM é uma atividade em contínuo processo de evolução. Adquirir experiência por meio dos exercícios e observações permitirá a inserção de novos ajustes e a constante melhoria do processo, e contribuirá para a segurança do TM, vital para o desenvolvimento do Brasil e seus aliados.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Egn-304 A. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, 2003.
2. FONTENELLE, Alexandre Schmitt Dyott. **Controle Naval do Tráfego Marítimo para Oficiais**. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2006. CNTM, Curso Expedito de Controle Naval do Tráfego Marítimo para Oficiais em abril de 2006.
3. SOARES, Vanley Monteiro. Controle Naval do Tráfego Marítimo: Uma Doutrina em Constante Evolução. **Revista Passadiço**, Rio e Janeiro, ed. 25, p 22-26, 2005.

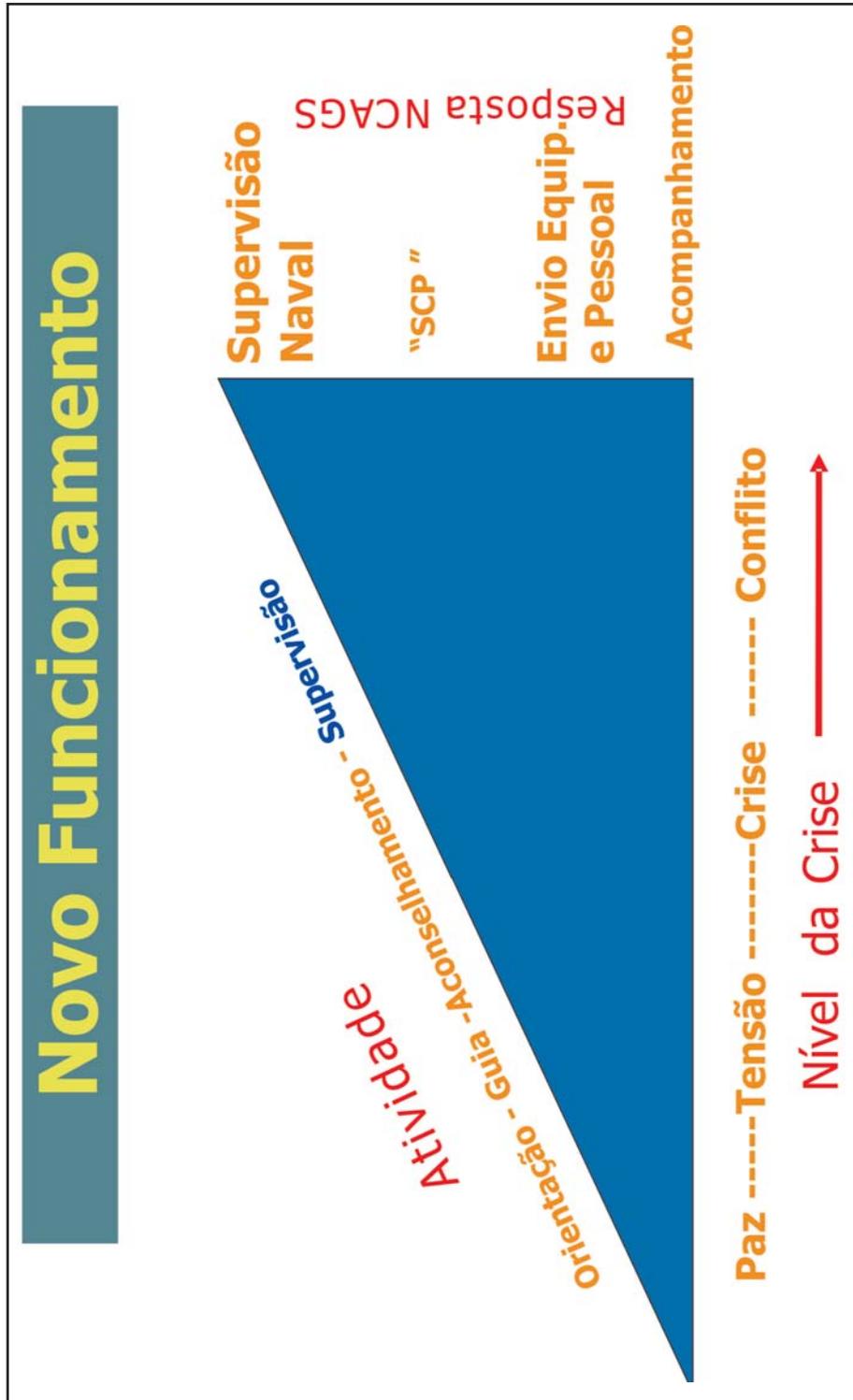


Figura-1

FIGURA ILUSTRATIVA – ÁREAS MARÍTIMAS DO TIAR

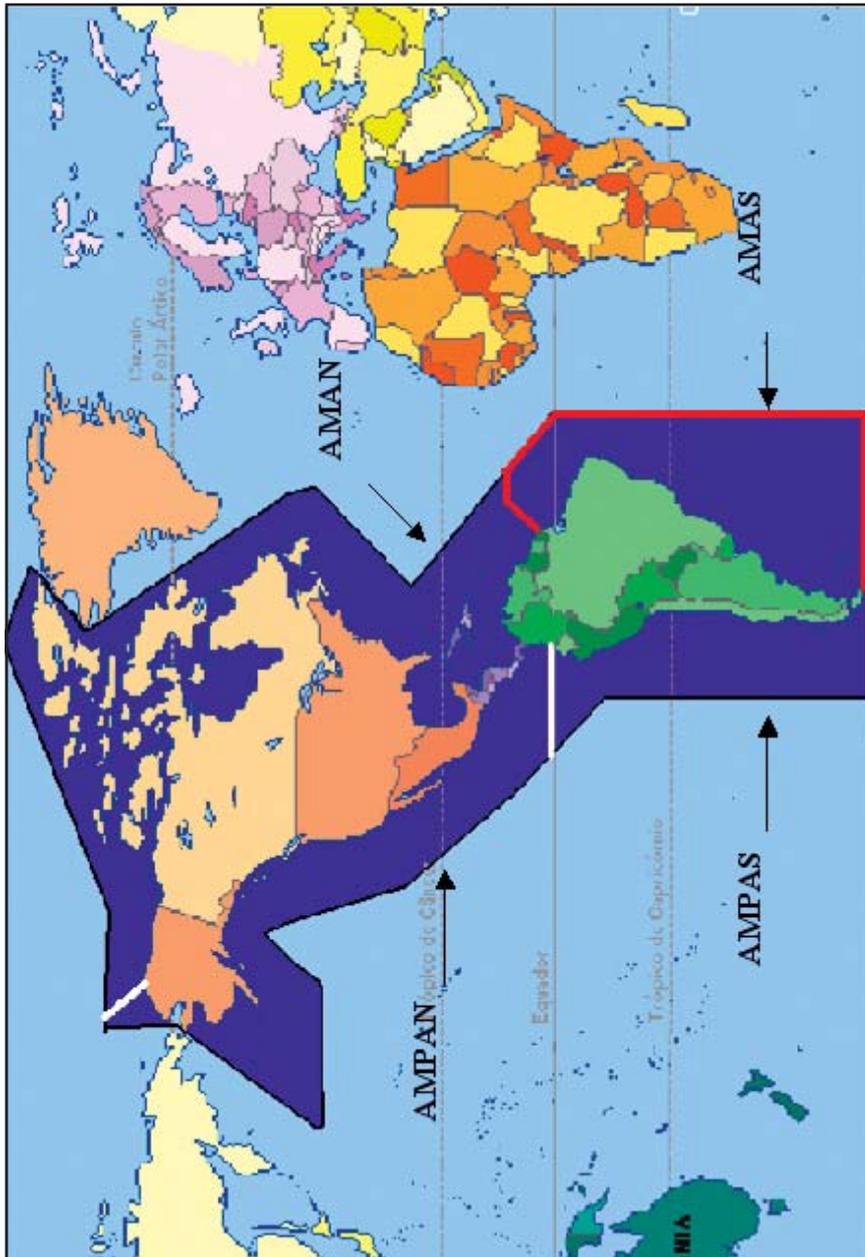


Figura-2

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A SOBERANIA NACIONAL

CF Kléber Albuquerque Cerqueira

O Capitão-de-Fragata Kléber Albuquerque Cerqueira foi Oficial-Aluno do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), na Escola de Guerra Naval, em 2005, ocasião em que escreveu este artigo. Atualmente, é Imediato da Fragata Defensora.

INTRODUÇÃO

Os esforços internacionais de combate a crimes praticados contra a vida e a dignidade do ser humano contam com o engajamento do Brasil desde 25 de setembro de 2002, quando o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, promulgou o **Decreto nº 4.388**, que incorporou o **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI)** ao ordenamento jurídico brasileiro. Embora a edição desse ato constitua a base para a construção de um esquema de cooperação judiciária e submissão do país à jurisdição dessa corte de direitos humanos, continua necessária a realização de ajustes na legislação brasileira e no corpo do Estatuto, para possibilitar a implementação definitiva daquele tratado no nosso sistema normativo.

O propósito deste ensaio é, então, debater se as incongruências existentes entre o **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional** e a nossa legislação ferem a **Soberania Nacional brasileira**. Para isso se faz necessário analisar alguns pontos do Estatuto, confrontando-os com a Constituição Federal e com os conceitos de Soberania Nacional e do Estado.

O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Ao final da 2ª Grande Guerra, fruto da extrema violência e das atrocidades cometidas durante o sangrento conflito, a comunidade internacional sentiu a necessidade da criação de um tribunal **autônomo, imparcial e permanente** com poderes para investigar, processar e julgar indivíduos acusados de cometer crimes que afetassem toda a humanidade, mesmo que cometidos por nacionais dentro dos seus próprios territórios.

Nascia então o polêmico conceito de que a proteção aos direitos humanos não deve se restringir ao arbítrio de um único Estado. Não deve se reservar aos limites da competência nacional ou à jurisdição doméstica

exclusiva, porque supostamente revela tema de legítimo interesse de toda a comunidade internacional, em prol de uma esperança de realização de justiça e de combate à impunidade.

A idéia da criação dessa corte internacional, com tais características, traria ainda dois conceitos novos no ordenamento jurídico internacional. O primeiro seria a revisão da noção tradicional de Soberania absoluta do Estado, que passaria a sofrer um processo de **relativização e flexibilização na gerência dos seus assuntos internos**, para garantir a existência de direitos humanos internacionais e universais. O segundo conceito seria o da **proteção global**. Cidadãos de quaisquer Estados teriam os seus direitos básicos protegidos em seus países e em qualquer outra parte do planeta.

As primeiras tentativas de estabelecimento de cortes internacionais foram concretizadas com as criações dos **Tribunais Militares de Nuremberg e Tóquio**, para o julgamento dos crimes de conspiração, de guerra, contra a paz e contra a humanidade, cometidos, respectivamente, pelos nazistas e pelos japoneses durante a segunda guerra mundial. A criação destes tribunais foi polêmica, pois até então existia uma corrente de pensamento que defendia que somente Estados e não indivíduos poderiam ser julgados por tais crimes.

A idéia defendida por esta corrente de pensamento não prevaleceu. Em Nuremberg, por exemplo, doze pessoas foram condenadas à força, três à prisão perpétua e quatro a penas de prisão, que iam de 10 a 20 anos.

Em 1993 e 1994, foram instituídos dois tribunais especiais para punir as graves violações ao **Direito Internacional Humanitário** ocorridas, respectivamente, na **ex-Iugoslávia** e em **Ruanda**. Estas duas cortes, diferentemente dos tribunais de Nuremberg e Tóquio, não eram compostas por militares, mas exclusivamente por magistrados. Diferenciavam-se ainda dos dois primeiros, por não admitirem a pena de morte.

Estas quatro cortes precursoras do **Tribunal Penal Internacional** possuíam ainda um caráter “ad hoc”, ou seja, eram provisórias e criadas para um fim específico.

Foi então lançada, no início da década de 1990, no seio da Organização das Nações Unidas (ONU), a semente do **Tribunal Penal Internacional**. A idéia era instituir uma corte de direitos humanos sem vinculação a Estados ou a demandas específicas.

Mesmo que a iniciativa da criação do TPI tenha surgido no seio da ONU, cuja Comissão de Direito Internacional coube redigir o primeiro projeto de estatuto dessa corte, houve a preocupação em se preservar sua desvinculação desse organismo internacional. A medida teria o intuito de afastar qualquer risco de influência política na condução dos processos e no resultado dos julgamentos por **crimes contra a humanidade, de agressão, genocídio e guerra**. A isenção que se procurou construir em

torno do novo tribunal, lhe credenciaria a exercer controle mais rígido e eficiente sobre artifícios voltados à eliminação de provas, intimidação de testemunhas e fuga de acusados.

A partir dessas diretrizes básicas, processou-se a Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, realizada na cidade de Roma, na Itália, em 17 de julho de 1998, que resultou na aprovação do seu Estatuto (**Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**, ou simplesmente **Estatuto de Roma**). Essa data representa, assim, o marco de criação de uma corte internacional, supranacional e **permanente** de defesa dos direitos humanos.

O **Estatuto de Roma** entrou em vigor em 1º de julho de 2002, após ser ratificado por 60 países, fato que conferiu ao TPI personalidade jurídica internacional e capacidade para **atuar de forma complementar** ao sistema jurídico interno dos Estados parte. Em função do limite imposto ao seu exercício jurisdicional, essência do princípio da complementaridade, essa corte só poderá agir caso seja constatada a **falta de interesse, de condições materiais, ou ainda irregularidades na consecução do processo e julgamento do acusado pela Justiça de seu país**.

Até novembro de 2003, 92 dos quase 130 países que haviam assinado o Estatuto de Roma à época, também já haviam procedido a ratificação dessa convenção multilateral, aval necessário para que se submetam à jurisdição do TPI. Quanto ao Brasil, assinou o tratado em 7 de fevereiro de 2000, depositando o instrumento de ratificação em 20 de junho de 2002, logo após a aprovação do texto do Estatuto de Roma pelo Congresso Nacional, o que ocorreu em 06 de junho de 2002 (Decreto Legislativo nº 112/2002).

Composto por 128 artigos, distribuídos por 13 capítulos, o Estatuto de Roma define local de funcionamento, composição, estrutura administrativa e forma de financiamento do TPI, competência, critérios para admissibilidade de causas e normas jurídicas aplicáveis, ritos processuais sobre o inquérito e a ação penal, penas e suas formas de execução, procedimentos relativos a recurso e revisão de pena, assim como regras de cooperação internacional e auxílio judiciário.

A estrutura dessa corte internacional de direitos humanos conta com uma Câmara de Julgamento Preliminar, uma Câmara de Primeira Instância, uma Câmara de Apelações, a Procuradoria e a Secretaria. Enquanto a Câmara de Julgamento Preliminar acompanha a fase de apuração e levantamento de provas sobre o delito denunciado, a Câmara de Primeira Instância trata de instaurar o processo, caso a acusação seja procedente.

Idêntico procedimento de seleção é aplicado à escolha de juízes e do procurador do TPI, realizada pela assembléia dos Estados parte, que devem contar com reconhecida idoneidade moral, competência e experiência na área penal. Se aos magistrados cabe o julgamento das causas, ao procurador reserva-se a atribuição de receber as denúncias e decidir pelo seu acolhimento e pela abertura das investigações.

A instalação do **Tribunal Penal Internacional** ocorreu no dia 11 de março de 2003 com a posse de seus 18 magistrados. Em seu corpo de juízes figura a brasileira Sylvia Helena de Figueiredo Steiner, que, na condição de Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, integrou o grupo de trabalho encarregado de elaborar o anteprojeto de lei para adaptar a legislação brasileira ao **Estatuto de Roma**. Naquela mesma ocasião, foi eleito seu presidente o juiz canadense Philippe Kirsch, procedendo-se, no dia 21 de abril de 2003, a escolha do advogado argentino Luis Moreno Ocampo como seu procurador.

No tocante ao funcionamento desse tribunal, é importante esclarecer que seu alcance investigativo se limita à apuração de crimes praticados, após a vigência do **Estatuto de Roma**, nos territórios, a bordo de nave ou aeronave nacional, ou por cidadãos dos Estados que aderiram ao tratado. **Vale ressaltar ainda a imprescritibilidade** dos delitos sob sua alçada, que podem ser denunciados por um dos **Estado parte**, pelo **Conselho de Segurança da ONU**, por **vítimas** e **Organizações não-Governamentais (ONG)**.

ATOS BRASILEIROS EM RELAÇÃO AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

O Brasil assina o texto do **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional** em 07 de Fevereiro de 2000.

A portaria nº 1036 de 2001, do Ministério da Justiça, cria um **Grupo de Trabalho** composto por onze membros, representantes das seguintes organizações: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Ministério Público Militar, Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, Ministério Público Federal, Advocacia-Geral da União, Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Tribunal Regional Federal da 3ª Região; com o propósito de apresentar uma proposta de adaptação da legislação brasileira ao **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**, de possibilitar o exercício da jurisdição primária pelo Estado brasileiro e de viabilizar a cooperação com o Tribunal Penal Internacional.

Em 2002, este Grupo de Trabalho elabora um anteprojeto de lei, a ser enviado ao Congresso Nacional, definindo os crimes de **genocídio**, **crimes contra a humanidade**, **crimes de guerra** e **crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional**.

O Decreto Legislativo nº 112, de 06 de Junho de 2002, aprova o texto do **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**.

Este mesmo Decreto declara ainda que, estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional brasileiro, quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido **Estatuto**, assim como, quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I, do artigo 49, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos contrários aos interesses nacionais.

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, por meio do Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002, o Presidente da República promulga através do Decreto Presidencial **nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.**

Nota-se que os diversos pontos do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional foram amplamente avaliados por autoridades e especialistas da área jurídica e foram submetidos à aprovação dos Poderes Legislativo e Executivo brasileiros.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Federal, no seu Título I, DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, artigo 1, enuncia que, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros, a **soberania** e a **dignidade da pessoa humana**. No seu artigo 4º, especifica que o Brasil é regido, nas suas relações internacionais, pelos princípios da **prevalência dos direitos humanos**.

Já no Título II, DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, capítulo I, DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, artigo 5º, a Carta Magna brasileira define que, constitui crime **imprescritível**, somente, a ação de grupos armados, civis ou militares, que atuem, de forma deliberada, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; e que **no Brasil não serão aplicadas penas de caráter perpétuo**.

O artigo 5º estabelece ainda que, **nenhum brasileiro será extraditado**, exceto o naturalizado, em caso de crimes comuns, praticados antes da sua naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico de entorpecentes.

Pode-se afirmar então que, a Constituição brasileira reflete uma ampla preocupação com a garantia dos **direitos humanos**, assegurando-os de forma irrestrita aos cidadãos brasileiros.

Pode-se considerar, ainda, inconstitucionais a **extradição de cidadãos brasileiros** e a aplicação da pena de **prisão perpétua**.

A Constituição não deixa dúvidas quanto a quais os crimes que estariam sujeitos à **imprescritibilidade**.

A LEGISLAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

“Os Estados Partes no presente Estatuto. Conscientes de que todos os povos estão unidos por laços comuns e de que suas culturas foram construídas sobre uma herança que partilham e preocupados com o fato deste delicado mosaico poder vir a quebrar-se a qualquer instante, tendo presente que, no decurso deste século, milhões de crianças, homens e mulheres têm sido vítimas de atrocidades inimagináveis que chocam profundamente a consciência da humanidade, reconhecendo que crimes de uma tal gravidade constituem uma ameaça à paz, à segurança e ao bem-estar da humanidade, afirmando que os crimes de maior gravidade, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto, não devem ficar impunes e que a sua repressão deve ser efetivamente assegurada através da adoção de medidas em nível nacional e do reforço da cooperação internacional, decididos a por fim à impunidade dos autores desses crimes e a contribuir assim para a prevenção de tais crimes, [...] Determinados em perseguir este objetivo e no interesse das gerações presentes e vindouras, a criar um Tribunal Penal Internacional com caráter permanente e independente, no âmbito do sistema das Nações Unidas, e com jurisdição sobre os crimes de maior gravidade que afetem a comunidade internacional no seu conjunto, sublinhando que o Tribunal Penal Internacional, criado pelo presente Estatuto, será complementar às jurisdições penais nacionais, decididos a garantir o respeito duradouro pela efetivação da justiça internacional. Convieram no seguinte: [...]”

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional – preâmbulo.

O **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**, documento normativo dessa corte, enuncia no capítulo I, artigo 4º, REGIME JURÍDICO E PODERES DO TRIBUNAL, que o TPI terá personalidade jurídica de âmbito internacional. Possuirá, ainda, poderes necessários ao desempenho das suas atribuições e ao alcance dos seus objetivos, assim como, **poderá atuar, nos termos do seu Estatuto, no território de qualquer Estado Parte** ou no território de qualquer outro Estado, mediante acordo especial com o mesmo.

No seu capítulo II, COMPETÊNCIA, ADMISSIBILIDADE E DIREITO APLICÁVEL, artigo 5º, CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL, o Estatuto de Roma estabelece que a competência do **Tribunal Penal Internacional** será restrita aos crimes mais graves, que afetem a comunidade internacional como um todo, sendo estes: crime **de genocídio, contra a humanidade, de guerra e agressão**.

No capítulo VII, AS PENAS, artigo 77, PENAS APLICÁVEIS, o **Estatuto** estabelece que o TPI pode impor ao criminoso condenado por um dos crimes previstos no seu artigo 5º, as seguintes penas: pena de prisão por um número determinado de anos, até o limite máximo de 30 anos, e **pena de prisão perpétua**, em casos de elevada gravidade do fato e se as condições pessoais do condenado assim demandarem.

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O ESTATUTO DE ROMA

Pode-se notar que os principais pontos de discordância entre a legislação vigente no Brasil e o **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional** são:

- a aplicação da **pena de prisão perpétua** a eventuais crimes cometidos por cidadãos brasileiros, penalidade esta, prevista neste Estatuto e veementemente proibida pela nossa Constituição;
- a **extradição de brasileiros** para serem julgados pelo Tribunal Penal Internacional, em Haia, Holanda, também pode ser considerada ponto de incongruência entre as duas legislações em questão, pois a nossa Constituição também proíbe esta prática; e

Todos os crimes listados no **Estatuto de Roma não prescrevem** e a Constituição brasileira deixa bem claro quais seriam os crimes imprescritíveis no Brasil.

Desta maneira, os pontos aqui discutidos, para que sejam adequados aos interesses da Corte Internacional, devem passar antes por uma reforma constitucional. Tal fato não é possível uma vez que se tratam de cláusulas pétreas, que não podem ser suprimidas ou revistas, nem mesmo por emendas constitucionais, pois a Constituição Federal, no seu artigo 60º, parágrafo 4º, inciso IV, estabelece que não serão objetos de deliberação, a proposta de emenda que tente abolir a forma federativa do Estado brasileiro, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os **direitos e garantias individuais dos brasileiros**.

Resta saber, se a **Soberania Nacional** brasileira estaria sendo ferida, caso o **Tribunal Penal Internacional** decidisse pedir a **extradição** de um nacional brasileiro, para ser julgado por aquela corte, assim como, em um eventual caso de condenação de um réu brasileiro à **prisão perpétua** e ainda se um suposto criminoso brasileiro fosse indiciado pelo TPI por **crimes já prescritos** pelas nossas leis, mas ainda em vigor, a luz do **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**.

Cabe ainda ressaltar que o Brasil vem participando ativamente de missões de paz da Organização das Nações Unidas, com envio significativo de contingentes militares para países com instáveis situações políticas, como Angola, Moçambique, Timor Leste e mais recentemente o Haiti. Muitas vezes, devido à instabilidade reinante, as tropas brasileiras são obrigadas, para o cumprimento da missão que lhes foi imposta, a entrar em combate real.

Nós brasileiros, com este aumento de projeção no cenário internacional, estamos cada vez mais expostos e sujeitos a nos confrontarmos com as normas do **Estatuto de Roma** que estabelece que qualquer suposta vítima poderia denunciar um eventual crime, para ser investigado pelo **Tribunal Penal Internacional**.

Até hoje, nenhum brasileiro foi denunciado ao TPI. Porém, ficaríamos em uma situação extremamente difícil se uma suposta vítima denunciasse um militar brasileiro, membro do nosso contingente nas Forças de Paz da ONU, do cometimento de um dos crimes de jurisdição do Estatuto de Roma.

Estas diferenças entre legislações não são exclusividade do caso brasileiro. Alguns países de grande influência no cenário internacional também consideram inconstitucionais alguns pontos do **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Estados Unidos, Rússia, China e Israel sequer o ratificaram, não reconhecendo assim a legitimidade do TPI.

Os EUA, por exemplo, alegam que os combatentes de suas Forças Armadas podem ser vítimas de processos influenciados e politicamente motivados e já assinaram tratados bilaterais com mais de 20 países, concedendo aos cidadãos americanos imunidade contra ordens de prisão do Tribunal Penal Internacional.

Fica claro que a ratificação brasileira ao Estatuto e a aprovação do Decreto Legislativo nº 112 e do Decreto Presidencial nº 4.388, depois de uma exaustiva análise da pauta em questão pelo Grupo de Trabalho composto por especialistas e autoridades da área jurídica, refletem uma tendência do Brasil em assumir uma postura politicamente correta no cenário internacional, a despeito da inconstitucionalidade de certos pontos do Estatuto e de uma discussão mais profunda sobre a questão do ferimento da Soberania Nacional.

A SOBERANIA NACIONAL E A SOBERANIA DO ESTADO

Ao longo da História da humanidade o conceito de Soberania sempre esteve associado a **poder**. Nos Estados absolutistas este poder era exercido de forma irrestrita pelos seus **soberanos**. As bases do absolutismo foram estabelecidas na França, no século XVI, tendo como um dos seus principais ideólogos, Jean Bodin, que afirmava: “a soberania do rei é originária, ilimitada, absoluta, perpétua e irresponsável, em face de qualquer outro poder temporal ou espiritual.”

A partir da Revolução Francesa, com o fim do absolutismo e a conseqüente consolidação dos Estados liberais modernos, o poder do soberano foi transferido para o Estado.

O pensador francês Emanuel Joseph Sieyès criou **A Doutrina da Soberania da Nação**, onde afirmava: “em toda Nação livre – e toda Nação deve ser livre – só há uma forma de acabar com as diferenças que se produzem com respeito à Constituição. Não é aos notáveis que se deve recorrer, é à própria Nação”. Sieyès estabelecia então, **O Princípio da Soberania da Nação**, afirmando ser esta o alicerce para a criação do Estado moderno. A independência da nação, em relação à qualquer interferência externa, era o elemento essencial para a sua legitimação.

Nascia ainda, da Escola Clássica Francesa, a **Teoria da Soberania Nacional**, que teve o filósofo Jean-Jacques Rousseau como o seu principal teórico. Esta teoria baseia-se no princípio de que **a Nação é a fonte única** do poder. O governante só o exerce legitimamente se houver o consentimento nacional.

O conceito de Soberania na Escola Clássica Francesa envolve ainda as seguintes características:

- a Soberania é **una**, pois **não admite a existência de mais de uma autoridade soberana dentro de um mesmo território.**

- a Soberania é **indivisível**. O poder soberano pode delegar suas atribuições e dividir competências, como por exemplo no caso dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas **não admite em hipótese alguma, a divisão da sua Soberania.**

- a Soberania é **inalienável**, ou seja, **não pode ser transferido a terceiros**. O poder soberano é legitimado pelo **corpo social** (entidade coletiva possuidora de vontade própria), que por sua vez, é constituído pelo somatório das vontades dos seus componentes. Os representantes deste corpo social devem exercer o **poder de soberania** baseados na **Constituição e nas leis**.

- a Soberania é **imprescritível**. Não é limitada pelo tempo. Não se pode conceber soberania por apenas um certo período de tempo.

A **Teoria da Soberania do Estado** nasceu nas escolas alemã e austríaca, tendo como principais ideólogos Georg Jellinek e Hans Kelsen. Baseia-se na idéia de que **a única fonte de direito é o Estado**.

Os principais pontos defendidos por Jellinek e Kelsen foram:

- a Soberania é de natureza estritamente jurídica. É um **direito exclusivo do Estado** e é de caráter absoluto, isto é, não admite limitações de qualquer espécie.

- soberania é a capacidade de **autodeterminação do Estado**, sendo esta o seu requisito básico.

- toda forma de coação estatal é legítima, pois sintetiza o direito de expressão da vontade soberana do Estado.

Nas três teorias mencionadas, **Princípio da Soberania da Nação**, **Teoria da Soberania Nacional** e **Teoria da Soberania do Estado**, o conceito de Soberania está associado à autodeterminação, à não-ingerência externa e ao respeito incondicional às leis e a Constituição, sendo de competência exclusiva do Estado, o trato dos seus assuntos internos.

CONCLUSÃO

Seguramente, a criação do **Tribunal Penal Internacional** com caráter independente e permanente, com o seu Estatuto reconhecido por

vários Estados, representa um grande avanço da humanidade, na tentativa da valoração dos direitos humanos em caráter universal e no combate à impunidade, com relação aos **crimes de genocídio, contra a humanidade, de guerra e agressão**.

O conceito de **complementaridade** do TPI garante aos Estados o direito de investigar, processar e julgar os indivíduos que venham a cometer tais crimes, legando ao TPI o poder de atuar apenas nos casos em que os Estados apresentem **falta de interesse, de condições materiais**, ou ainda **irregularidades na consecução do processo e julgamento** do acusado pela Justiça do seu país. Porém, a definição clara da **falta de interesse** e **irregularidades** é extremamente difícil, podendo levar a ingerências da Corte Internacional em assuntos de interesse exclusivo do Estado.

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, como está escrito hoje, possui diversos pontos conflitantes com a legislação de diversos países, dentre eles o Brasil. Os pontos de incongruência com a nossa legislação dizem respeito à aplicação da pena de **prisão perpétua**, à **extradição de nacionais** e à **imprescritibilidade de crimes**. Eventuais decisões e sentenças no tocante a estes três assuntos poderiam contrariar a Constituição Federal brasileira, caracterizando uma intromissão do TPI em assuntos internos do Brasil, ferindo assim a nossa **Soberania**.

Pode-se concluir, então, que a idéia do estabelecimento de uma corte internacional para o julgamento de crimes graves contra o ser humano é válida. Porém, ajustes na legislação de alguns países membros e em alguns pontos do Estatuto de Roma, tornando-os compatíveis, necessitam e podem ser feitos. E só assim o Tribunal Penal Internacional poderá fazer justiça de forma universal em prol dos direitos humanos, sem ferir a **Soberania** dos Estados.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Decreto nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em:
<<http://www.mj.gov.br/sal/tpi/decreto.htm>>.
Acesso em: 15 jul. 2005.
2. JORGE, Higor Vinicius Nogueira. **O Tribunal Penal Internacional e sua evolução histórica**. Site do Curso de Direito da UFSM. Santa Maria-RS. Disponível em:
<<http://www.ufsm.br/direito/artigos/internacional/tribunal.htm>>.
Acesso em: 16 jul. 2005.
3. PIOVESAN, Flávia. **Princípio da complementariedade e soberania**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA”, 1999. DF. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dicitos/sip/tpi/textos/tpi_piovesan.html>.
Acesso em: 16 jul. 2005.
4. **Dicionário de Latim jurídico**. Direito, Política e Legislação. Disponível em:
<<http://www.direito.fib.br/dicionario>>. Acesso em: 12 jul 2005.
5. BRASIL. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Estatuto de Roma**. Disponível em:
<<http://www.mj.gov.br/sal/tpi/estatuto.htm>>.
Acesso em: 17 jul. 2005.
6. BBC BRASIL. **Tribunal Penal Internacional terá presidente canadense**. Disponível em:
<<http://www.bbcbrasil.com>>.
Acesso em: 10 jul. 2005
7. BRASIL. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Grupo de trabalho**. Disponível em:
<<http://www.mj.gov.br/sal/tpi/composicao.htm>>.
Acesso em: 17 jul. 2005.
8. BRASIL. **Decreto legislativo nº 112**, de 06 de junho de 2002. Aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em:
<http://www.mj.gov.br/sal/tpi/dec_lei.htm>.
Acesso em: 15 jul. 2005.
9. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
10. **EUA boicotam Tribunal Penal Internacional**. JBoonline internacional, 12 mar. 2003. Disponível em:
<<http://jbonline.terra.com.br/jbpapelinternacional2003/03/11/jorint20030311003.html>>
Acesso em: 14 jul. 2005.

11. FRANCO, Eliana. **Teoria Geral do Estado**. Material didático. Disponível em:
<<http://www.profpito.com/ead6.doc>>.
Acesso em: 12 jul 2005.

12. CRUZ, Paulo Márcio. **Soberania, Estado, Globalização e Crise**. Artigo - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Disponível em:
<<http://www.mundojuridico.adv.br/documentos/artigos/texto327.doc>>

PREVER PARA PROVER NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PREPARAÇÃO

Capitão-de-Fragata (IM) Claudio Rodrigues Corrêa

O Capitão-de-Fragata (IM) Cláudio Rodrigues Corrêa foi Instrutor da Área de Estudo II – Administração e Logística – quando elaborou este trabalho. Atualmente, está fazendo Doutorado em Administração pelo Instituto COPPEAD de Administração, inserido no Programa PRÓ-DEFESA.

Às vésperas da comemoração do centenário de criação da mais antiga Organização Militar da Intendência na Marinha do Brasil¹, olhar para o século que se inicia é um desafio obrigatório. Desde os tempos em que ao Intendente cabiam atividades como vistoriar a carga dos navios, comprar os gêneros necessários aos armazéns reais e até supervisionar a construção naval, ocorreram mudanças no mundo e na atividade bélica que requerem da Intendência um constante “remanejar de velas” para alcançar porto seguro. Segundo Del Re: “a Intendência não comporta lances épicos, arrebatados ou impressionantes. Seu trabalho é anônimo e penoso, envolve mais suor e fadiga do que sangue...”. (10, introdução) Assim, a singradura que nos espera é árdua e o mar, cada vez mais encapelado. Na busca por um rumo certo, levantamos questionamentos que nos farão refletir para tomar decisões apropriadas.

O que caracteriza o século XXI e quais as implicações para a atividade militar?

Segundo Leivas e Scavarda, a Intendência “é a arte de aprovisionar e manter a máquina militar em seus diversos níveis.” (10, introdução) No século XXI, o “prever para prover” adquire complexidade e dinamismo e a “máquina militar” pode ser substituída por “complexo industrial militar”, devido à ampliação do seu escopo no contexto da Era da Informação.

Alvin Toffler² classifica as mudanças ocorridas ao longo da história em ondas dinâmicas, sendo a 1ª delas associada à Era Agrícola, a 2ª onda à Era Industrial e a 3ª onda à Era da Informação. Paralelamente à evolução da humanidade, os conflitos armados se aperfeiçoaram em saltos.(12)

O mundo físico “encolhe” para caber nesse outro mundo complexo e ultraveloz de elétrons e bits. Com a Internet, a globalização do fluxo de informação é uma realidade e a distância física importa pouco. Computadores de alta velocidade podem resolver alguns problemas técnicos de extrema

¹ Em quinze de junho de 1907, criação do Depósito Naval do Rio de Janeiro, hoje, Depósito de Material Comum do Rio de Janeiro.

² Alvin Toffler, consultor de estratégia e escritor do livro “O Choque do Futuro” e outros congêneres.

complexidade em frações de segundos. “Cabos de fibra ótica provêm transferência de informação mais rápida e confiável a menor custo. Telefones celulares permitem mobilidade, liberdade e conectividade instantânea.” (9:5)

Individualmente, tais tecnologias impactarão de forma pontual toda a sociedade. Tomadas juntas, no entanto, seu impacto será, significativamente, ampliado. “Um mundo de linguagem única, unido pela rede global de microprocessadores e computadores pessoais, está emergindo.” (9:5) Autores como Max Weber e E.F. Schumacher entendem que o relacionamento de causalidade entre tecnologia e sociedade é intrínseco e complexo, sem predominância de uma sobre a outra. (1:XXIV)

A proliferação de tecnologias emergentes de comunicação e informação e a decorrente ampliação de habilidades e desempenho humanos caracterizam a Era da Informação. Além do impacto nos negócios, comércio e serviços, essa nova “vaga” de tecnologias também projeta significantes ganhos na maneira como atividades governamentais e militares são conduzidas e abrem espaço para um novo conceito no campo da defesa dos Estados. Pouco derramamento de sangue; teatro de operações virtual; alta complexidade tecnológica; civis como combatentes; e indefinição da divisão planejamento-execução (2:147) caracterizam o novo espaço de batalha. A relevância do domínio do conhecimento em detrimento da detenção do poder físico, dando àquele o posto de recurso estratégico imprescindível.

É errôneo pensar que a forma de guerra dominante será aquela definida por satélites, robôs ou armas inteligentes. O elemento comum que une todas estas tecnologias não é material, é intangível e chama-se conhecimento.

Como características do conhecimento, cita-se que é inesgotável, pode ser utilizado por ambos os lados de um conflito armado e, ao mesmo tempo, é não linear, ou seja, um fragmento de informação correta pode proporcionar imensa vantagem tática ou estratégica. Isto permite inferir que a qualidade do conhecimento disponível em dado momento pode representar um ponto de inflexão na guerra. (4:85)

O conhecimento agora é um recurso essencial de destruição nos conflitos armados. “Assim, da mesma forma como Carl Von Clausewitz pensou a guerra da Era Industrial, há que se pensar, de agora em diante,... que as estratégias do conhecimento irão dominar o raciocínio militar.” (4:84).

Que papel a Intendência vai assumir no complexo e dinâmico contexto bélico deste século?

Segundo Michel Foucault, quando o conhecimento pode ser analisado [...] ele se torna uma fonte de poder. (3:142).

As tarefas de prever e prover os recursos necessários ao aprestamento e ao exercício pleno do que aqui nomeamos como complexo

industrial militar, num ambiente de incertezas e de escassez de orçamento de defesa, passam por uma gama de campos de atuação e de conhecimento em consonância com o mundo globalizado no qual provemos Defesa.

A velocidade com que as mudanças ocorrem pressiona as organizações no sentido de buscarem uma adaptabilidade cada vez maior, a fim de não ficarem desatualizadas. Segundo Chiavenato, alguns aspectos serão vitais para a Administração neste novo milênio: a emergência das organizações enxutas e flexíveis e o advento e a consolidação da sociedade do conhecimento e da nova economia e o fim da avaliação do administrador pela capacidade de assegurar lucros à organização.

Nesse contexto, cabe à Intendência conhecer as principais teorias administrativas aplicadas às organizações, analisando suas perspectivas futuras, o processo decisório na resolução de problemas, fundamentada da lógica. É necessário cuidado, pois, cada teoria traz foco ou solução dentro da abordagem escolhida, tendo em vista as variáveis selecionadas. Por isso, muitas das ações para manterem as organizações atuais, como benchmarking, reengenharia e empowerment podem ser assimilados como modismos.

Este esforço implica o uso obrigatório de complexos sistemas de projeção de demanda, modernas técnicas de armazenagem e sistemas informatizados de controle de inventário, nos quais são investidas ferramentas de pesquisa operacional. Sustenta-se por engenharia financeira e orçamentária integrada e interativa com os órgãos de Governo que controlam recursos. Requer também, sistemas de auditoria amplos e regulares, provendo transparência e demonstrando a efetividade nos gastos perante uma sociedade cada vez mais exigente e consciente quanto ao seu direito de ter seus impostos bem aplicados.

Na busca por otimizar a aplicação de recursos financeiros e flexibilizar o quantitativo de homens e mulheres prontos para o combate, mesmo em tempo de paz, algumas Forças Armadas têm optado por terceirizar mão-de-obra. Inicialmente, foram incluídos serviços como alimentação e fardamento, típicos da atividade de Intendência, mas sua atuação vem se ampliando para tarefas que vão desde controle de inventário de munição e peças sobressalentes de armamento até operações especiais. Como exemplo, o Governo dos EUA está revendo esse processo (que denominam *outsourcing*) devido a graves problemas quanto ao controle das atividades exercidas pelas firmas contratadas, a falta de compromisso desses agentes e as lacunas na legislação quanto à imputabilidade criminal de civis em situações de guerra.

“A logística necessita desenvolver ferramentas de planejamento intuitivas e inteligentes para suporte a decisão que permitirão as forças logísticas serem proativas em relação às demandas do guerreiro.” (8). A logística, menina dos olhos da Intendência, foi definida por Creveld como “A arte prática de movimentar exércitos e mantê-los supridos.”(6, introdução) Ela tem sido testada

na sua capacidade expedicionária e necessita ser estudada e aplicada integradamente por todas as Forças Singulares subordinadas ao Ministério da Defesa, abrangendo aspectos desde os níveis mais elementares até os estratégicos, pois, “como no passado, a Intendência não pode estar ausente dos elementos do comando” (10, introdução).

Para lidar com tal amplitude de tarefas, outras áreas do conhecimento, usualmente não elencadas como pertinentes à Intendência, devem ser objeto de especial atenção. Dentre elas, pode-se citar a responsabilidade social, a ecologia e o direito comercial e tributário (essenciais para quem vai negociar com empresas fornecedoras); relações internacionais, geopolítica e sociologia.

O soldado regular manuseou, ao longo da história, diversos instrumentos de guerra (pau, foice, máquina, avião...) adequados ao seu tempo. Para cada tipo de instrumento, foram buscados correspondentes capacidades intelectuais, motivação e adestramento. Da mesma forma, o seu correspondente suporte logístico.

Qual o perfil profissional do Intendente para os desafios do novo século?

O renomado administrador e consultor Peter Drucker afirmou que “neste novo mundo de tecnologia e informação, um novo grupo social formado pelos trabalhadores e executivos que exploram e aplicam o conhecimento despontará, assumindo a liderança da nova sociedade.” (7)

Uma medida do surgimento da sociedade da informação é a que foca na mudança ocupacional. Peter Drucker formulou o termo *knowledge worker* para se referir àqueles cujo trabalho requeria formação escolar formal e avançada. “Esta nova categoria de trabalhadores surgiu nos países desenvolvidos e, cada vez mais, ganha espaço no mercado de trabalho.” (11:207) A sociedade da informação seria atingida quando houvesse predominância das ocupações em trabalhos da informação, ou seja, quando profissionais como atendentes, professores e advogados ultrapassassem, em números, os operários, carregadores, mineiros e outros trabalhadores braçais.

Para a Guerra do Golfo, os EUA enviaram 365 mil soldados, mas ela foi ganha por apenas dois mil deles, sendo que o apoio logístico chegou a incluir programadores de computador situados no interior do seu território, alguns dos quais trabalhando em casa... (4:84), o que demonstra que o intendente e o soldado estão, cada vez, mais interligados remotamente.

Portanto, todo militar deve se armar das seguintes características que vão permitir o enfrentamento dos desafios deste século: rápida assimilação e processamento de informações; desenvoltura em ambientes virtuais e/ou multinacionais; nível de conhecimento elevado; e flexibilidade para lutar contra inimigos não

convencionais, como terroristas, traficantes, sabotadores, fanáticos religiosos, etc. No caso dos intendentess, os oponentes se personificam na forma de lobistas e fraudadores por um lado e, por outro, na forma de consultores, auditores e fornecedores com elevado grau de especialização.

Os generais da 3ª onda compreendem que o exército que melhor treinar, aprender mais depressa e souber mais tem grande vantagem... O conhecimento é o substituto máximo dos outros recursos. (13:175)

Para tratar esse tipo moderno de guerra, é necessária alta capacitação pessoal, fruto de rigoroso processo de seleção, além de elevados investimentos em adestramento, especialização e retenção de recursos humanos. “A adaptação do meio militar às mudanças introduzidas pelas tecnologias da informação exigirá um longo processo educativo (grifo nosso).” (11:228)

As Forças Armadas da 3ª onda dão ênfase maciça ao treinamento e à educação em todos os níveis e seus sistemas para proporcionar o “treinamento certo à pessoa certa” como parte do processo de distribuição do conhecimento.

Como acontece nas empresas, aprender, desaprender [sic] e reaprender tornou-se um processo contínuo em todas as categorias ocupacionais das forças militares. Organizações de treinamento estão subindo na hierarquia social de poder dentro dos vários serviços militares. Em todas as armas, estão sendo criadas tecnologias avançadas para acelerar o aprendizado. (13:175)

Enquanto os profissionais, normalmente, têm um período de formação que cessa quando ingressam no mercado de trabalho, na sociedade do conhecimento, o tempo de escola não termina. Os trabalhadores do conhecimento, onde se incluem os intendentess, têm duas necessidades básicas: a educação formal que os capacita ao trabalho com o conhecimento; e sua educação contínua (por toda sua vida de trabalho) que os mantém atualizados. Eles terão que voltar à escola regularmente. A educação continuada não convencional “[...] para adultos altamente qualificados será uma área de grande crescimento na próxima sociedade, mas muito dela será ministrada em formas não tradicionais (grifo nosso), como seminários e treinamento on-line.” (7:258). Esta também se apresenta na forma de cursos e intercâmbios com outras culturas, variando a forma de pensar e resolver problemas de ordem logística.

Em suma, o século XXI se caracteriza pela Era da Informação onde complexidade e velocidade se impõem à sociedade e trazem implicações de alteração de forma e conteúdo para a atividade militar, com ênfase nos

aspectos tecnológicos e na gestão do conhecimento como recurso estratégico. Neste contexto bélico multifacetado e globalizado, a Intendência vai assumir um papel preponderante, devido ao dinâmico convívio com uma gama ampla de ramos do conhecimento aplicados ao melhor prever e prover para as forças militares. Para obter êxito nessa nova realidade social, o Intendente deverá buscar um perfil profissional que vá além das esferas do orçamento, finanças, contabilidade e auditoria e lhe permita ter amplitude de conhecimento, ao mesmo tempo em que se especializa tecnicamente, usando recursos de educação continuada e a distância.

GUERRA DO IRAQUE DÁ LIÇÕES SOBRE LOGÍSTICA

Retirado da revista “HARVARD BUSINESS REVIEW” – edição de nov/2003. Tradução e adaptação do CC Carlos Eduardo Leitão da Costa.

Capitão-de-Corveta Carlos Eduardo Leitão da Costa

O Capitão-de-Corveta Carlos Eduardo Leitão da Costa fez o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), na Escola de Guerra Naval, em 2006. Atualmente, é Instrutor da disciplina Processo de Planejamento Militar na Área de Estudo I – Operações Navais e Jogos de Guerra – da Escola de Guerra Naval e está indicado para o cargo de Imediato da Fragata Independência.

Todo Líder, por mais experiência e conhecimento que possua, sabe que a mais brilhante das estratégias depende de um bom planejamento preliminar para possibilitar uma boa execução. Alguns planos que se mostram promissores no papel podem ser frustrados no Teatro de Operações por conta de ações militares equivocadas ou pela ausência em um dos elos na cadeia de suprimento. Era esse o temor de alguns quando, em Março de 2003, o general americano Tommy R. Franks traçou os planos de ataque da chamada Operação Iraque Livre. Se seguisse a doutrina militar convencional, o General Franks teria lançado mais de 250 mil soldados americanos no vale do rio Eufrates e apoiado tal marcha com montanhas de materiais – incluindo roupas, medicamentos, alimentos, combustível, entre outros – e linhas de suprimento até as trincheiras. Em vez disso, Franks concebeu uma força fervilhante, rápida, competente, capaz de identificar e eliminar uma ameaça imediatamente. Uma mudança estratégica similar à feita por muitas empresas em anos recentes – competir com base na velocidade, mais do que no volume – e de profundas implicações para gestão da logística da operação. Uma cadeia de suprimento comercial pode tirar algumas lições de nosso esforço para atender o soldado no Teatro de Operações (TO).

Faça da colaboração uma realidade. Para a maioria das empresas, a cadeia de suprimento ideal envolve uma colaboração e uma gestão mais íntima da logística até a porta do cliente – e mesmo nas operações dele. Para os membros do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, o desafio justamente a obtenção de uma “conjunção”, uma integração dos quatro ramos das forças armadas. Na Guerra do Golfo de 1991, Operação Tempestade no Deserto, as forças norte-americanas ainda atuavam em vias separadas, como diferentes departamentos de uma grande

empresa. Para aumentar a dependência mútua e facilitar a comunicação entre elas, o Departamento de Defesa norte-americano criou uma grande central única logística. Isso significou que as forças norte-americanas em terra na Operação Iraque Livre – Fuzileiros Navais, Exército, forças de coalizão e outros – utilizaram uma única rede de distribuição.

Grande parte da responsabilidade por um apoio logístico rápido, flexível e decisivo a esse conjunto de forças foi terceirizada, passando para indústrias, distribuidores e fornecedores do setor privado. A Secretaria do Departamento de Defesa dos EUA para Logística e disponibilidade de suprimentos estima que mais de 85% de todo o material de apoio chegou ao Teatro de Operações em veículos civis.

Também, segundo relatos da própria sub-secretária de Logística do Departamento de Defesa dos EUA, Diane K. Morales, ocorreu uma série de acordos e contratos com fornecedores para garantir o suporte técnico eficiente de sistemas de armamentos vitais. Foram realizados, por exemplo, acordos de logística baseados em desempenho para cada caça F-18 e o radar *Joint Surveillance Target attack radar System* (JSTARS). Com isso, o propósito de deixar de pagar as empresas comerciais responsáveis pela manutenção desses sistemas por reparos executados e passar a compensá-las de acordo com a disponibilidade geral do sistema – o chamado esquema *power by the hour* – foi atingido com pleno êxito. Aviões e sistemas cobertos por tais contratos de colaboração, destinados a minimizar o tempo ocioso, em geral tiveram mais disponibilidade operacional do que os que estavam sob apoio convencional. O caça Super Hornet usado no Iraque, por exemplo, teve uma taxa de conclusão de missões superior a 97,5%, com 92% de disponibilidade operacional. Em contraste, a disponibilidade operacional de aeronaves com suporte convencional fica, em média, na casa dos 80%.

Administrar o fluxo, e não o estoque. Chefes militares norte-americanos aprenderam uma dura lição na Guerra do Golfo. Os planos previam, inicialmente, o acúmulo de estoques para 60 dias no Teatro de Operações antes do ataque por terra. Concluíram que eram capazes de transportar um imenso volume de material de apoio, mas o fato é que não podiam jamais enxergar o conteúdo dos contêineres uma vez em trânsito ou já no TO. O resultado dessa operação logística tradicional foi muitos elos rompidos na cadeia de suprimento. No final, 40 mil contêineres de material de apoio – metade de todo suprimento enviado à região – nunca foram usados.

Essa experiência sublinha uma verdade que muitos especialistas em logística conhecem muito bem: um material em estoque que não chega onde é necessário não agrega valor algum. A excelência na cadeia de suprimento consiste em saber exatamente o que se tem – a condição e a localização de cada item em estoque, em trânsito ou no campo – e administrar o fluxo desse material segundo as variações na demanda e nas exigências do cliente.

Foi um formidável desafio que os chefes de logística do Departamento de Defesa norte-americano foram capazes de superar. Mesmo o mais mutante dos campos de batalha oferece algum grau de previsibilidade, como declarou ao jornal “*Today*” o major-general Dennis Jackson, chefe de logística do Comando Central na Operação Iraque Livre: “O segredo é aliar tal previsibilidade à quantidade certa de suprimentos de reserva num canal consolidado (nossa central única de logística) capaz de suprir num fluxo constante as unidades de combate. Esse apoio chegava onde necessário, quando necessário e sem o desperdício associado às “montanhas de ferro” de material em excesso da Operação Tempestade no Deserto”, concluiu Jackson.

Use tecnologias já disponíveis até o limite máximo. O maior desafio durante a Operação Iraque Livre foi acompanhar o rápido movimento das forças, como observou o general-brigadeiro Jack C. Stultz Jr. , logo após encerrada a fase de combate. “ O problema não era tanto levar os suprimentos até as forças, mas saber para onde elas se dirigiam”, disse.

Ainda, segundo Diane K. Morales, O grande desafio logístico da Operação Iraque Livre foi respondido com uma combinação de diversas tecnologias da informação disponíveis. Toda unidade de combate era equipada com transponder para que tanto líderes militares em campo como especialistas em logística no Comando Central pudessem rastrear o movimento das tropas em tempo real. Além disso, todo contêiner despachado recebia uma etiqueta de identificação por frequência de rádio (*RFI D*, na sigla em inglês) no local de embarque, etiqueta rastreada por todo o globo e durante o avanço das tropas. Da integração desses dados, e de informações recebidas de outros sistemas, surgia um quadro único das operações que permitia à coalizão dominar as informações em tempo real – tanto em combate quanto na gestão da logística.

Hoje observa-se que , cada vez mais, as forças armadas vem utilizando novas tecnologias, cujos custos e benefícios potenciais ainda são investigados pelo setor comercial. A *RFI D* é um bom exemplo. Mas o sucesso norte-americano no emprego dessa tecnologia deve muito a aplicativos e recursos já disponíveis comercialmente. Na Operação Iraque Livre, o fluxo de suprimentos por pontos cruciais do país era monitorado a distância por usuários autorizados graças a sistemas de informática seguros. Essa e outras experiências semelhantes confirmaram que uma tecnologia comercial de ponta, selecionada com prudência e implementada de forma adequada, é um instrumento rápido e confiável de apoio a decisão. Nos dias atuais, os setores logísticos das forças armadas dos EUA trabalham em colaboração com a varejista *Wal-Mart*, que testa a tecnologia *RFI D*.

As mais recentes iniciativas da transformação do Departamento de Defesa norte-americano foram projetadas para obter maior economia, eficiência e agilidade. Sob a bandeira do programa *Future Logistics Enterprise*, buscou-se três objetivos a curto prazo: apoio a forças de combate de ponta a ponta, integração do empreendimento e gestão de sistemas por todo o ciclo de vida previsto. Na Operação Iraque Livre pode-se, pela primeira vez, comprovar a tese dos chefes militares. A capacidade do Departamento de Defesa dos EUA de administrar a logística de forma mais eficiente foi crucial para o sucesso da coalizão no TO.

SINOPSE DO LIVRO MOSHE DAYAN, UMA BIOGRAFIA

CREVELD, Martin Van. MOSHE DAYAN, uma biografia. São Paulo: Editora Globo, 2006, 245p.

Capitão-de-Fragata Eduardo Augusto Wieland

O Capitão-de-Fragata Eduardo Augusto Wieland fez o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), na Escola de Guerra Naval, em 2005 e, atualmente, é o Encarregado do Centro de Jogos de Guerra.

MARTIN VAN CREVELD é membro docente do Departamento de História da Universidade Hebraica, em Jerusalém, desde 1971. Autor de dezessete livros, sendo os mais importantes: *“Supplying War” (1978)*, *“Command in War” (1985)*, *“The Transformation of War” (1991)* e *“Ascensão e Declínio do Estado” (1999)*, entre outros. Esses livros foram traduzidos para quinze idiomas. O Professor MARTIN VAN CREVELD é um dos maiores peritos mundiais em história e estratégia militares. Detentor de inúmeros reconhecimentos educacionais e de pesquisa, o Professor VAN CREVELD tem dado consultoria às Organizações de Defesa de diversos países e feito palestras em, praticamente, todos os institutos de Altos-Estudos de Defesa, do Canadá à Nova Zelândia e da Noruega à África do Sul.

O interesse de Creveld por Moshe Dayan, segundo o próprio, deve-se a três características que o tornam um líder excepcional: sua coragem; sua compreensão do relacionamento entre a política e a guerra; e sua capacidade de enganar o inimigo, traço disfarçado pela sua franqueza.

Mas o livro não é apenas sobre a vida de Dayan e sim, também, sobre a formação do atual Estado de Israel. Um período “heróico”, de vitórias brilhantes, quando Israel se tornou um “país pequeno, mas corajoso”.

Creveld segue a cronologia neste livro. E ninguém mais credenciado que ele para escrever sobre Dayan. Autoridade inquestionável na Força de Defesa de Israel (IDF), em particular e, em guerras, ele é, em geral, um dos historiadores mais perspicazes e estudiosos da guerra. Além de seu trabalho revolucionário sobre logística - *Supplying war* – considerado por muitos como revolucionário, Creveld foi um dos primeiros a prever a tendência atual para a guerra assimétrica, o crescimento do terrorismo, o ressurgimento dos senhores da guerra e o declínio dos combates entre os Estados nacionais. Seu senso crítico o faz, às vezes, impopular em determinados círculos, até mesmo de seu próprio país. Ele é crítico ferrenho da Invasão americana no Iraque e já publicou um ensaio sobre o assunto (“Why Iraq will end like Vietnan did”).

Moshe Dayan nasceu num assentamento judaico em 1915, considerado o primeiro kibutz na terra de Israel, num momento em que o mundo estava em guerra. O fim da Primeira Guerra Mundial colocou o território sob domínio do Reino Unido, com a expulsão dos otomanos. Data de 1917 a Declaração de Balfour, documento adotado pelo conselho da Liga das Nações como promessa de ajuda para a criação de um “lar Nacional judaico”. Seu pai era russo e sua mãe ucraniana. Foi criado e educado junto com os árabes, onde aprendeu a cultura e a ler e escrever o arábico. Apesar dessa proximidade, as brigas e desavenças sempre ocorriam, pois os árabes e judeus lutavam pelo que achavam certo, até mesmo matando e sendo mortos. Desde o principio da retomada da imigração judaica para a terra de Israel, no fim do séc. XIX, as relações entre os imigrantes e a população árabe local nunca foram amistosas. A Revolta Árabe estourou em 1936 contra os dominadores britânicos e a comunidade judaica. Segundo Creveld, em vários aspectos ela se pareceu com as intifadas palestinas que aconteceram a partir de 1987. Como consequência da Revolta, os britânicos aumentaram seus efetivos na região e as comunidades judaicas colocaram seu pessoal à disposição do Exército e também para a força policial auxiliar, ajudando a proteger áreas estratégicas e liberando a força britânica para operações antiguerrilha. Em 1937, Dayan já era membro oficial da Força Auxiliar Judaica. Em 1938, Dayan conheceu um oficial inglês chamado Wingate, muito culto e considerado por Dayan “um gênio”. Foi com ele que Dayan aprendeu a ser um líder, seguindo sempre à frente nas batalhas. Foi com ele que aprendeu as estratégias, a matar sem remorso, a interrogar os prisioneiros matando um deles, a evitar terroristas. Foi lutando com ele que, em 1941, Dayan teve seu olho perfurado por estilhaços de um binóculo que fora atingido enquanto estava sendo utilizado. Foi a partir daí que ele passou a usar o tapa-olho que o caracterizou e o imortalizou. A transformação dele de especialista em táticas de pequenas unidades em um excelente estrategista e comandante no nível operacional da guerra é uma mostra de seu intelecto e capacidade. Moshe Dayan foi o líder e vencedor de seguidas guerras: 1948, 1956, 1967 e 1973. Esta última de uma forma não tão convincente como nas anteriores. Mas pelos seus desempenhos em 1956 e em 1967, quando teve vitórias arrasadoras, chegou a ser comparado pelo autor como o Almirante Nelson. Ele faleceu em 1981, deixando “várias” mulheres e filhos e um acervo histórico considerável.

Esse livro nos mostra como a velocidade, o impacto e a flexibilidade vencem batalhas. Mas vencer a guerra a longo prazo é o que importa e não só vencer batalhas. Dayan certamente compreende isso. Ele foi ao Vietnã observar os americanos pessoalmente e aprendeu lições.

Embora tenha sido capaz de brutalidades, sua compreensão e solidariedade com o povo árabe, e seu apreço pelas táticas da IDF, fizeram dele um político sensível e intuitivo. Prova disso é sua atuação destacada no acordo de Campo David, com o presidente Anwar Sadat, do Egito.

Um grande mérito do autor foi retratar Dayan não como um herói perfeito, mas como um ser humano: mulherengo, com uma atração irresistível por mulheres; saqueador, com uma coleção de itens históricos pilhados das suas conquistas; traiçoeiro, com seus métodos de enganar o inimigo e o atacar de surpresa.

Por tudo isso, o livro é recomendável para aqueles que se interessam pela história de Israel e o conflito árabe-israelense, bem como sobre as guerras, travadas com brilhantismo, lideradas por Moshe Dayan.

Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Horário de Funcionamento:

Dias úteis: 07h30 às 21h

Licenças administrativas: 8h às 17h

Sábados: 8h às 12h e 13h15 às 18h

Serviços:

- empréstimo automatizado de publicações para militares e civis da MB;
- empréstimo entre bibliotecas; e
- biblioteca participante da Rede BIM (Bibliotecas Integradas da Marinha)

Acervo:

A biblioteca é especializada em assuntos militares. O acervo da biblioteca possui publicações sobre os seguintes assuntos: Poder Naval, Poder Marítimo, Direito Internacional, Relações Internacionais, Política, Geografia Humana e Econômica, História Naval, História Geral e do Brasil, Administração, Economia e Contabilidade.

O acervo conta hoje com aproximadamente vinte e três mil títulos entre livros, monografias, ensaios, palestras, conferências e fitas de vídeo sobre diversos assuntos da área militar.

Contato:

Endereço: Av. Pasteur, 480, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2295-7882 r. 9335

Fax: (21) 2295-1795

e-mail: biblioteca@egn.mar.mil.br

site: www.egn.mar.mil.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

A Revista da EGN aceitará trabalhos inéditos, sob forma de artigos ou ensaios, relacionados à: Ciência Política; Geopolítica; Políticas de Defesa Nacional, Marítima Nacional e Naval; Estratégia, Estratégia Marítima e Estratégia Naval; Doutrinas Marítimas e Naval; Relações Internacionais; Direito Internacional Público; Estudo de Operações Militares; Planejamento Militar; Jogos de Guerra e de Crise; Gestão Estratégica; e Doutrina de Comando e Controle. A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres dos membros dos Conselho Editorial, Conselho Consultivo ou de Pareceristas ad hoc, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da Revista.

As colaborações para a Revista da EGN devem seguir as seguintes especificações:

1 – O artigo deve ser apresentado de acordo com a NBR 6022 – Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica – Apresentação.

2 – A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, na ordem em que serão descritos a seguir:

a) PRÉ-TEXTUAIS

Título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:) e na língua do texto.

O(s) autor(es) deve(m) ser indicado(s) por extenso, depois do título. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, aparecem em rodapé indicado por asterisco na página de abertura.

O resumo dos artigos na língua do texto terá no máximo 10 (dez) linhas e três palavras-chaves que devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “palavras-chave:”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

b) TEXTUAIS:

Os elementos constantes são a introdução, desenvolvimento e a conclusão.

c) PÓS-TEXTUAIS:

O resumo em língua estrangeira é elemento obrigatório: em inglês-Abstract; em espanhol-Resumen; em francês-Resumé, por exemplo.

Deve-se traduzir as palavras-chave para o idioma utilizado no resumo. (em inglês-Keywords; em espanhol-Palabras clave; em francês-Mots-clés, por exemplo).

As referências obedecerão à NBR 6023, por exemplo:

SOBRENOME, Nome. Título da obra em itálico: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, Ano. N° de páginas com p.

SOBRENOME, Nome. Título da parte. In: título da obra em itálico. Edição (se houver). Local: Editora, Ano. p.x-y.

SOBRENOME, Nome. Título do Artigo. Título do periódico em itálico, Local, v., n., p.x-y, mês e ano.

SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local, Ano. Disponível em :<endereço eletrônico>. Acesso em: dia mês e ano.

Alguns elementos pós-textuais, como título em língua estrangeira, notas explicativas, glossário, apêndices e anexos podem ser incluídos, seguindo as instruções da NBR 6022.

3 – O artigo deve ser apresentado em duas vias impressas, com seu respectivo arquivo digital em disquete/CD, no padrão Word for Windows. Terá, no máximo, 20 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5cm e margens de 2,5cm. Podem ser acrescentadas notas de rodapé ao final de cada página do texto.

4 – Para textos com imagens, as originais impressas deverão ser, preferencialmente, enviadas para serem digitalizadas na produção da Revista. Caso o autor fique impossibilitado de enviar as imagens originais, deverá encaminhar seus respectivos arquivos em 300 dpi no formato JPG e dimensionadas em aproximadamente 5x5 cm. As imagens não deverão estar inseridas no texto, mas em disquete/ CD anexo. No caso de imagens provenientes de máquina digital, deverão estar na mais alta resolução da câmera.

5 – Está disponível no site da Escola de Guerra Naval, no endereço www.egn.mar.mil.br/egn/revistaEgn.htm o modelo de confecção do artigo.

6 – Os ensaios deverão seguir as mesmas normas especificadas para os artigos.

7 – Os trabalhos devem ser remetidos com uma folha a parte com o nome completo do autor, seguido das referências com as quais deseja ser apresentado (máximo de 3 linhas), endereço completo, telefone para contato e e-mail.

8 – A Revista da EGN se reserva todos os direitos autorais sobre os trabalhos publicados, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução, com a devida citação da fonte.

9 – Toda correspondência referente à Revista da EGN deve ser encaminhada à Escola de Guerra Naval – Av. Pasteur, 480 – Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-240, aos cuidados do Editor da Revista da EGN.

TÍTULO DO ARTIGO DE PERIÓDICO: FORMA DE APRESENTAÇÃO PARA A REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Regina Boanerges Siqueira*, Cremilda Santos*

Resumo: Este trabalho apresenta um exemplo da estrutura de um artigo de periódico a ser editado pela Escola de Guerra Naval. Ao redigir, o autor deve lembrar que o resumo na língua do texto terá no máximo 10 linhas.

Palavras-chave: Normalização. Documentação. Referências. Artigos de periódicos.

Introdução

Parte inicial do artigo, onde devem constar as delimitações do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

Desenvolvimento

Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. É o núcleo do trabalho onde o autor expõe, explica e demonstra o assunto em todos os seus aspectos.

Conclusão

Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. O autor pode expor sua opinião com base em suas avaliações e interpretações, podendo recomendar ou sugerir mais pesquisas na área.

Abstract para língua inglesa
Resumen para língua espanhola

Keywords para língua inglesa
Palabras clave para língua espanhola

REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro: a Associação, 2003.
2. FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

Editoração Eletrônica, Fotolito, Impressão e Acabamento:
Departamento Industrial Gráfico da
Base de Hidrografia da Marinha em Niterói
Rua Barão de Jaceguai, s/nº
Ponta da Armação - Niterói - RJ
CEP 24048-900

